

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL**

**LIRIA ROMERO DUTRA**

## **O CLÍTICO ACUSATIVO NA REDAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Orientador: Dr. Paulo Coimbra Guedes**

**PORTO ALEGRE**

**2003**

LIRIA ROMERO DUTRA

**O CLÍTICO ACUSATIVO NA REDAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em 19 de dezembro de 2003.

**BANCA EXAMINADORA:**

Professor Dr. Paulo Coimbra Guedes

Professora Dr. Ana Maria Zilles

Professora Dr. Maria José Blaskovski Vieira

Professora Dr. Avani Terezinha de Oliveira

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, por perdoar as ausências e apoiar minhas iniciativas; ao meu companheiro de jornadas, Carlos Eduardo Dutra, por não me deixar esmorecer durante o percurso e aos meus filhos Bianca, Glauco e Isabela, por serem as razões maiores deste trabalho.

Agradeço ao professor Paulo Coimbra Guedes, por reafirmar sua confiança no meu potencial.

Agradeço aos colegas e alunos da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras e do Centro Universitário Ritter dos Reis, pelas contribuições em termos de subsídios para o trabalho.

Agradeço à bibliotecária Hilda Maria Fiuza Abras Reinehr, Coordenadora das bibliotecas do Centro Universitário Ritter dos Reis, pela disponibilidade e prontidão em dar acesso à bibliografia usada neste trabalho.

Agradeço, em especial à Professora Dr. Maria José Blaskovski, pelas discussões sobre a teoria da variação e à colega Professora Dr. Lúcia Leiria pelas sugestões feitas à redação do texto.

Agradeço à direção do Colégio João Paulo I, Unidade Sul, através de sua Diretora, Professora Carla Quadros e da Coordenadora Pedagógica, professora Hilda Berengan, por permitir e facilitar a coleta dos dados da pesquisa.

Agradeço à direção do Colégio Leonardo DaVinci, Unidade Beta, através de seu Diretor, Professor Argos Juarez Temes, da Coordenadora Pedagógica, professora Ivani Becker Dalcin e da Coordenadora de Língua Portuguesa, Professora Maria Helena Sperb, por permitir e facilitar a coleta dos dados da pesquisa.

Agradeço à ex-aluna e amiga Ingrid Costa, pela valiosa contribuição no levantamento e codificação dos dados.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oferta do curso e a todos os professores, pelo trabalho competente e pelo incentivo ao aprimoramento.

## RESUMO

Este estudo, na perspectiva variacionista, visou a verificar se informantes cursando a oitava série do Ensino Fundamental, o terceiro ano do Ensino Médio e o quarto semestre da Licenciatura em Letras usam o clítico acusativo como uma variante de objeto direto pressuposto, em seus textos dissertativos e narrativos. Além disto, pretendeu determinar quais outras formas de objeto direto aparecem nesses textos, com quais delas o clítico acusativo rivaliza e que fatores condicionam a ocorrência dessas variantes. Os resultados indicam que, em relação às variáveis extra lingüísticas, o clítico é mais freqüente no texto narrativo e menos freqüente nas produções dos alunos do Ensino Superior. Indicam também que o clítico é favorecido quando seu antecedente é sujeito de oração anterior e que o verbo triargumental e o co-referente com traço semântico [+animado] condicionam o aparecimento do clítico na redação escolar.

**Palavras-chave:** Teoria da Variação. Texto escolar. Clítico acusativo.

## ABSTRACT

This study aimed at verifying, under the Variation Theory perspective, whether eight grade elementary school students, high school third grade students and undergraduate Language fourth semester students use the accusative clitic as a variant for the presumed direct object on their compositions. It was also intended to determine which other kinds of direct object appear on their texts, which of them compete against the accusative clitic, and which features constrain such variants. The results indicate a decrease in the use of the accusative clitic as schooling increases. Therefore, its use is less frequent in the texts written by undergraduate students than in the ones written by elementary school students. As to linguistic variables, it was observed that the clitic is favored when it follows the subject of a preceding sentence. Triargumental verbs and [+animate] semantic feature also contribute to the appearance of clitics in school compositions.

**Key-words:** Variation Theory. Compositions. Accusative clitic.

## LISTA DE TABELAS

Tabela I – Distribuição do total de ocorrências de clítico acusativo em relação à função sintática do referente do objeto .....	91
Tabela II – Distribuição do total de ocorrências de clítico acusativo em relação ao traço semântico do referente do objeto .....	95
Tabela III – Distribuição do total de ocorrências de clítico acusativo em relação à escolaridade .....	97
Tabela IV – Ocorrência de clíticos em textos escritos .....	99
Tabela V – Distribuição das ocorrências de clítico acusativo em relação ao tipo de verbo .....	101
Tabela VI – Cruzamento dos fatores “função do referente” e “tipo de verbo” .....	102
Tabela VII – Frequência do clítico segundo a colocação em relação ao verbo .....	103
Tabela VIII – Frequência das variantes na redação .....	105
Tabela IX – Tipo de substituição do objeto .....	106

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>I - O OBJETO DIRETO PRONOMINAL NO PB: ESTUDOS REALIZADOS E QUESTÕES DESTE TRABALHO</b> .....	26
<b>1.1 Prolegômenos</b> .....	26
1.1.1 Sobre os tipos de verbos.....	27
1.1.2 Sobre a colocação dos pronomes.....	9
<b>1.2 O Objeto Direto Co-referencial: estudos realizados</b> .....	
1.2.1 Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa ...	33
1.2.2 Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil .....	38
1.2.3 O objeto direto nulo no Português do Brasil .....	45
1.2.4 O clítico acusativo em uma abordagem diacrônica.....	51
1.2.4.1 A diminuição de freqüência do clítico e sua relação com a ordem dos elementos na sentença .....	51
1.2.4.2 O preenchimento do objeto em cinco tempos.....	53
1.2.4.3 Diagnosticando uma gramática brasileira .....	53
1.2.4.4 Relação entre as construções de tópico e a questão dos clíticos.....	55
1.2.4.5 Objeto nulo, clíticos e a mudança no Português do Brasil.....	59
1.2.4.6 Clíticos, mudança e seleção natural.....	61
1.2.4.7 Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em PB.....	63
<b>1.3 Questões deste trabalho</b> .....	67
<b>II – PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA</b> .....	70
<b>2.1 Procedimentos</b> .....	70
<b>2.2 Definição operacional das variáveis</b> .....	73
2.2.1 Variável dependente .....	73
2.2.2 Variáveis independentes lingüísticas.....	77
2.2.2.1 Tipo de verbo .....	77
2.2.2.2 Traço semântico do objeto .....	79
2.2.2.3 Função sintática do referente .....	80
2.2.2.4 Colocação do clítico em relação ao verbo .....	81

2.2.3 Variável independente discursiva: tipo de texto.....	82
2.2.4 Variável independente extralingüística: escolaridade .....	83
2.2.5 A substituição .....	84
<b>2.3 Método de análise .....</b>	<b>85</b>
<b>III - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>88</b>
<b>3.1 Introdução.....</b>	<b>88</b>
<b>3.2 Uma visão panorâmica dos dados.....</b>	<b>88</b>
<b>3.3 A função sintática do referente do objetivo direto .....</b>	<b>90</b>
<b>3.4 O traço semântico do referente do objetivo direto .....</b>	<b>94</b>
<b>3.5 A escolaridade .....</b>	<b>96</b>
<b>3.6 O tipo de verbo .....</b>	<b>100</b>
<b>3.7 A colocação do clítico em relação do verbo .....</b>	<b>103</b>
<b>3.8 As variantes de objeto pressuposto na redação escolar .....</b>	<b>105</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>116</b>



# INTRODUÇÃO

## **Contextualização: onde se situa a pesquisa**

É fato que as línguas evoluem, modificando-se com o passar do tempo. Nesse processo, estão sujeitas à variação, que pode, ou não, operar mudanças de ordem fonética, morfológica, sintática ou semântica. Pode-se afirmar, como Labov (1972), que a variação é regra nas línguas, é a prova de que elas estão vivas. Entretanto, como as línguas são produtos sociais, estão sujeitas a controles sociais, que podem ratificar ou desautorizar a co-ocorrência de formas lingüísticas. Daí alguns tipos de variação se estabilizarem, sem estigmatização e outros serem estigmatizados, isto é, sofrerem rejeição por grupos de falantes. A contraparte do fenômeno da estabilização, que perpetua a co-ocorrência de fenômenos lingüísticos, é a mudança lingüística. Esta resulta do sobrepujar-se uma forma a outra, de modo que uma delas deixe de existir em dada língua.

Um dos mecanismos sociais de controle das variantes lingüísticas bastante efetivos é a escola, que, historicamente, reproduz a norma padrão tradicional lusitanizada<sup>1</sup> como um ideal de língua, reforçando o mito da unidade lingüística, construído ao longo de nossa formação histórica e social. Entre a língua portuguesa ensinada pela escola e as diversas variedades lingüísticas prestigiadas socialmente, instaura-se um conflito: a perspectiva normatizante do ensino da língua pela escola não corresponde à norma que sustenta o uso real da língua por parte das camadas sociais urbanas com escolaridade superior completa<sup>2</sup>. O resultado é um comportamento lingüístico “esquizofrênico”: ao brasileiro é permitido falar de acordo com as regras que presidem o uso lingüístico de seu grupo social, é permitido inclusive escrever suas cartas pessoais, e-mail, bilhetes, etc. de acordo com essas regras, mas não é aconselhado fazê-lo em avaliações, concursos, cartas oficiais ou textos escolares. A escola ensina a norma como se o falante brasileiro estivesse aprendendo uma língua estrangeira, e não tratando de sua própria. Esse

---

<sup>1</sup> O termo é usado por BAGNO, Marcos, em **A norma Oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

<sup>2</sup> Segundo definição do IBGE, considera-se culto o indivíduo que tem formação superior completa.

procedimento dá sustentação ao uso da norma como um instrumento para o policiamento dos usos lingüísticos próprios do povo brasileiro, de que muitos leigos – e alguns “especialistas” - se servem para apontar o que deve ser considerado certo e o que deve ser considerado errado em termos de uso da linguagem verbal, especialmente da escrita.

O ensino do padrão lusitanizado desconsidera as mudanças, tanto aquelas por que passou o Português Europeu no último século, como as que ocorreram ou estão ocorrendo na língua falada e também escrita pelos brasileiros<sup>3</sup>. Os exemplos constantes nas gramáticas normativas, fonte das lições de português ministradas pela escola, são oriundos dos clássicos, normalmente lusitanos, senão de literatos brasileiros com formação européia, na sua maioria conservadores do ponto de vista lingüístico. As inovações propostas pelos modernistas, que tentaram elevar o *status* da língua falada pelos brasileiros, transferindo para a escrita as formas usadas pela população do País e a variedade usada por autores contemporâneos, quando aparecem no exemplário da gramática, ali figuram como construções exóticas, aceitáveis apenas no contexto literário. Apesar disso, é sempre bom lembrarmos que, em termos de escrita, apenas a ortografia se define por lei, o restante é construído histórica e socialmente.

Cabe considerar, ainda, que a variedade padrão é a única em que a escola admite a escrita; que e a escrita circula pouco entre os indivíduos pertencentes às classes sociais menos favorecidas; que, se uma camada muito pequena da população chega a se alfabetizar, muito menor ainda é o número de pessoas que se mantêm na escola até o final da Educação Básica. Pode-se dizer, desse modo, que é na escola, em função da escrita, que se dá o primeiro embate entre o vernáculo<sup>4</sup> e o padrão estabelecido pela classe hegemônica. E o vernáculo é dado como vulgar, estropiado, ou, no mínimo, como inadequado frente ao padrão. Não é de se estranhar, portanto, que o desconhecimento dessa variedade tenha sido, historicamente, um fator impeditivo de acesso aos lugares de poder social.

---

<sup>3</sup> BAGNO, Marcos distingue língua padrão de variedades prestigiadas e de variedades estigmatizadas e discute a relação entre língua e poder na sociedade brasileira em **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. Do mesmo autor, também é interessante ver os usos não-normativos da língua em textos da grande imprensa brasileira, em **Português ou brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

<sup>4</sup> Vernáculo é a língua de origem, aquela aprendida em família

Mas isso não é um problema apenas para os cidadãos das classes populares, uma vez que a variedade que a escola ensina se distingue também das variedades dos falantes cultos. A única diferença entre aqueles e estes é que os últimos convivem com a escrita fora dos muros da escola.

De qualquer modo, para ambos, a escola funciona como um mecanismo de controle, consolidando a ideologia dominante, da qual faz parte o conceito de uma língua una e imutável. Isso contribui para o retardamento da mudança lingüística, pois, com a força de um aparelho ideológico de estado<sup>5</sup>, a escola desautoriza a variação.

Não se pretende, aqui, afirmar que a escola não deva ensinar a variedade padrão. Fora dela, a maior parte da população aprende apenas as variedades de seus grupos sociais, que, se forem variedades estigmatizadas de português não-padrão, muitas vezes poderão impedir o acesso dos indivíduos aos bens culturais e aos direitos sociais, que são registrados pela escrita, em língua padrão. A questão é que todas as variedades de língua constituem-se sócio-historicamente, estão impregnadas pelas marcas dos seus indivíduos falantes e nenhuma delas é menos boa que outra – e esse é um fato desconsiderado pela escola, que poderia alcançar maior sucesso no ensino se cotejasse as variedades, permitindo que os indivíduos cotejassem os contextos em que essas variedades figuram e os efeitos de seus usos.

Ao lado disso, conhecer a língua padrão e seu papel na sociedade é um direito do cidadão, pois lhe permite escolher a variedade de língua adequada aos diferentes ambientes sociais. Rui Barbosa já afirmava que “o homem não se impõe pela roupa que usa, mas pelas palavras que profere”<sup>6</sup>, e a variedade de língua pode ser escolhida, tal qual a roupa, em função de sua adequação à situação de uso.

Entretanto, alguns tipos de escola, sob a justificativa de ensinarem a língua padrão, dedicam demasiado tempo ao ensino da gramática tradicional e escasso tempo ao ensino do uso da língua em situações de comunicação variadas. Disso resulta que, nas aulas de língua portuguesa, essas escolas desconsiderem a existência da variação lingüística e procedam como se a língua fosse una e imutável.

---

<sup>5</sup> O conceito de aparelho ideológico de estado foi cunhado por Althusser e consta de ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6.ed. São Paulo: Graal, 1996.

Sabendo que a língua não é una, muito menos imutável, a Sociolinguística se ocupa de estudar as relações entre a língua e a sociedade, buscando compreender e sistematizar a heterogeneidade linguística (TARALLO, 1986).

Um dos fenômenos sobre os quais os sociolinguistas mais se têm debruçado é o apagamento do objeto direto no Português do Brasil, pois, se for verdade que o brasileiro não usa mais o pronome-objeto, o clítico acusativo, então a língua que se usa no Brasil, ao menos nesse aspecto, é distinta do Português Europeu e é necessário definir como, quando e por que a mudança ocorreu no Português Brasileiro.

Esse é o objeto de interesse desta pesquisa, cuja proposta é investigar, no microcosmo da escola, nos três níveis de ensino, se o clítico acusativo ainda está presente nos textos que a escola ensina a escrever.

Analisando os programas de Língua Portuguesa de escolas de Porto Alegre, a fim de averiguar em quais séries da Educação Básica ocorre o ensino dos complementos verbais, verificamos que, apesar de os Parâmetros Curriculares (BRASIL, 1998) enfatizarem o estudo da língua em situação de interação, em instituições cuja orientação é conteudista, o ensino de língua é privilegiadamente ensino de tópicos da gramática normativa, especialmente dos oriundos da área da sintaxe. Nessas escolas, a transformação do objeto em pronome-objeto é conteúdo das séries finais do Ensino Fundamental, visto novamente durante o Ensino Médio, mas sempre ensinada como se entre a língua do Brasil e a de Portugal não houvesse um Oceano de distância.

Como os escolares são repetidamente submetidos ao ensino dos complementos verbais, supõe-se que ao final do Ensino Fundamental, já tenham aprendido esse conteúdo e que, ao cabo do Ensino Médio, tenham, além de conhecimento teórico, prática de uso do pronome-objeto em textos escritos. Imagina-se que, então, estejam aptos a usá-lo em suas produções escritas, especialmente nas escolares.

Se a aquisição do clítico acusativo pelos falantes brasileiros, conforme indicam as pesquisas resenhadas no Capítulo I, adiante, dá-se em função do

---

<sup>6</sup> BARBOSA, Rui. In: DOWER, Nelson Godoy B. **Direito Civil Simplificado**: obrigações, contratos. São Paulo: Nelpa, 2001, epígrafe.

trabalho desenvolvido pela escola, é possível que, quanto maior o nível de escolaridade mais qualificado seja o uso do clítico nos textos produzidos na escola. Supõe-se, pois, que os alunos da licenciatura em Letras apresentem, entre os escolares, a maior proficiência no seu uso.

Tendo em vista esta contextualização, define-se esta pesquisa como uma investigação sociolingüística, orientada pelos princípios variacionistas, sobre o clítico acusativo no texto escrito produzido atualmente na escola.

### **Delimitação e Objetivos do Estudo**

Considerando a naturalidade da evolução das línguas, propiciada pelas variações e mudanças e o papel conservador da escola nesse processo, nesta pesquisa, observam-se as variantes do objeto direto pressuposto no texto produzido na escola, com o objetivo de verificar se o clítico acusativo de terceira pessoa co-referencial com outro nome no período – o objeto direto pronominal **o(s)**, **a(s)**, doravante também chamado de *objeto direto pronominal pressuposto*, está presente na redação escolar, que contextos favorecem seu aparecimento, com quais formas alterna e se a progressão escolar e o tipo de texto exercem influência sobre sua ocorrência.

Empreende-se, então, um estudo variacionista sincrônico cujo *corpus* é constituído por textos escritos na escola, concebendo que, se a presença do objeto direto pronominal pressuposto no sistema do Português Brasileiro é determinada pelo trabalho da escola, conforme indicam as pesquisas variacionistas que revisamos, ele deve aparecer em larga frequência na produção escolar. Por outro lado, é possível que o objeto direto pronominal pressuposto esteja desaparecendo, não só no texto oral e coloquial, mas também no texto escrito, o que seria um forte indício de mudança. E é no texto escolar, em que seu aparecimento seria mais provável, que isso poderá ser observado.

O objetivo desta pesquisa é, então, buscar respostas para as seguintes questões:

- 1 está o objeto direto pronominal pressuposto, neste momento, presente na redação escolar de estudantes da oitava série do Ensino Fundamental, da terceira série do Ensino Médio e do quarto semestre da Licenciatura em Letras?
- 2 Caso positivo, a frequência de aparecimento é significativa, ou comprova as afirmações de estudos anteriores?
- 3 Que fatores lingüísticos condicionam as ocorrências do objeto direto pronominal pressuposto nos textos?
- 4 Com qual forma o objeto direto pronominal pressuposto alterna: com a categoria vazia, com o pronome lexical, isto é, pronome pessoal reto usado em função acusativa, ou com sintagmas nominais, ou seja, substantivos que reiteram, mantendo identidade referencial com o antecedente do objeto, ou com qual outra forma?
- 5 O tipo de redação, dissertação ou narração, condiciona o aparecimento do objeto pronominal pressuposto?

As questões relacionam-se com as seguintes hipóteses:

- 1 a) o objeto direto pronominal pressuposto está presente nos textos dos escolares da oitava série do Ensino Fundamental;
- 1 b) o objeto direto pronominal pressuposto não está presente nos textos dos escolares da oitava série do Ensino Fundamental;
- 1 c) o objeto direto pronominal pressuposto está presente nos textos dos escolares da terceira série do Ensino Médio;
- 1 d) o objeto direto pronominal pressuposto não está presente nos textos dos escolares da terceira série do Ensino Médio;
- 1 e) o objeto direto pronominal pressuposto está presente nos textos dos alunos do quarto semestre da licenciatura em Letras;
- 1 f) o objeto direto pronominal pressuposto não está presente nos textos dos alunos do quarto semestre da licenciatura em Letras;
- 2 a) a frequência de aparecimento do objeto direto pronominal pressuposto é significativa, sempre que aparece nos textos de algum dos níveis de escolaridade;

- 2 b) a freqüência de aparecimento do objeto direto pronominal pressuposto, embora ele apareça nos textos de algum dos níveis de escolaridade, não é significativa;
- 3 a) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto é condicionada pelo tipo de verbo;
- 3 b) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto é condicionada pelo traço semântico do objeto;
- 3 c) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto é condicionada pelo função sintática do referente;
- 3 d) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto é condicionada pelo colocação do clítico em relação ao verbo;
- 4 a) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto alterna com a categoria vazia;
- 4 b) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto alterna com o pronome lexical em função acusativa;
- 4 c) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto alterna com sintagmas nominais reiterativos.
- 4 d) a ocorrência do objeto direto pronominal pressuposto alterna com outra forma não mencionada nas hipóteses acima.
- 5 a) o tipo de redação favorece o aparecimento do objeto direto pronominal pressuposto;
- 5 b) o tipo de redação não favorece o aparecimento do objeto direto pronominal pressuposto.

Respondendo às perguntas formuladas, pretende-se contribuir para o conhecimento dos fenômenos de variação e mudança por que passa o Português do Brasil e oferecer subsídios para o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

Para tanto, no próximo capítulo faz-se uma revisão bibliográfica sobre as variantes do pronome pessoal de terceira pessoa em função acusativa. No seguinte, apresentam-se informações sobre a amostra e a coleta de dados, definem-se as variáveis condicionantes da variação em estudo e expõe-se o método de

processamento dos dados. No terceiro capítulo, apresenta-se a descrição e a análise dos dados encontrados no *corpus* e busca-se compreender o fenômeno à luz da teoria variacionista.

## Quadro Teórico

### Teoria da Variação

A teoria da variação lingüística surgiu na década de 60, como uma alternativa à concepção gerativa de que o objeto dos estudos lingüísticos é a competência lingüística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade de fala homogênea. Os variacionistas buscam resgatar a correlação entre o social e o lingüístico, já presente em Saussure<sup>7</sup>, mas abandonada pelos gerativistas.

Para os variacionistas, a Lingüística deveria se ocupar das relações entre língua e sociedade, fundamentando sua teoria no dado empírico, a fim de sistematizar a heterogeneidade e a diversidade própria das línguas (TARALLO, 1986). O objetivo principal da descrição, na teoria da variação, passa a ser a análise e a sistematização das variantes lingüísticas usadas por falantes de uma mesma comunidade.

Há, segundo Cedergren; Sanckoff (1974), duas correntes variacionistas na teoria. Uma delas enquadra-se no modelo gerativo, pois tenta explicar a variação em nível social, dialetal, temporal e situacional, defendendo a existência de muitas gramáticas, cada uma delas ocupando um espaço ao longo de um contínuo ou dentro de outra configuração em que se distinguem as possíveis gramáticas; também em nível individual, procurando distinções mais sutis para serem incorporadas na descrição estrutural das regras, com a finalidade de eliminar, ou ao menos reduzir, o número de ambientes nos quais a variação possa ocorrer.

A outra corrente, em que se situam Labov, Sankoff e Bailey, aponta a variação como um aspecto central da competência lingüística. Nessa perspectiva,

---

<sup>7</sup> “[...] langue é um contrato estabelecido entre os membros de uma mesma comunidade lingüística.” (SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Ática, 1977, p. 22.).



para dar conta da variação, é necessário um modelo diferente do modelo gerativo. O novo paradigma é o Modelo da Teoria da Variação, ou Modelo Laboviano, cujo objetivo é incorporar a variação sistemática à teoria e à descrição lingüísticas.

A fim de abranger a variação inerente das línguas, Labov (1972) amplia o conceito de regra da gramática a fim de incluir o de regra variável. De acordo com Guy (1998), a análise da regra variável foi desenvolvida para dar conta da variação estruturada, governada por regras. Essa variação lingüística é aquela que regularmente apresenta taxas mais altas ou mais baixas de ocorrência em certos ambientes; também aquela que regularmente predomina em certos grupos sociais ou estilos de fala.

Três estudos clássicos, realizados por Labov, marcam o registro desse modelo na teoria. Em 1963, o autor investiga a centralização dos ditongos em *Martha's Vineyard*; em 1966, estuda o uso da variante /r/ na comunidade nova-iorquina e, em 1969, realiza pesquisa sobre o desaparecimento da cópula no inglês falado por adolescentes negros do Harlem, em Nova Iorque.

Nos dois itens a seguir, tomando como referência Cedergren; Sankoff (1974), resenhamos questões que envolvem *regra opcional versus regra variável* e *gramática social versus gramática individual*.

#### Competência lingüística e opcionalidade *versus* variabilidade

De acordo com Lobato (1986), na perspectiva da teoria gerativa, a diversidade das línguas reais entre si deve-se à existência de parâmetros variáveis no interior da gramática universal (GU). Fixando os valores desses parâmetros abertos, chega-se ao que Chomsky (1981) chama de “gramática núcleo”, uma gramática particular idealizada, pois abstrai a heterogeneidade existente no âmbito das comunidades lingüísticas. Interagindo com outros componentes do cérebro humano, a gramática núcleo gera uma língua dada. A experiência serviria para fixar os parâmetros variáveis da GU, levando à gramática núcleo. Esta é diferente do conhecimento lingüístico mentalizado pelos indivíduos reais, “por causa da heterogeneidade da experiência concreta nas comunidades lingüísticas reais e por

causa da incorporação, pelas línguas reais, de fatores periféricos, não-nucleares, como empréstimos, resíduos históricos, criações, etc.” (LOBATO, 1986, p. 400). Por isso, “o que está efetivamente representado na mente de um indivíduo, mesmo sob a idealização de uma comunidade lingüística homogênea, é uma gramática núcleo, acrescida de uma periferia de construções e elementos marcados” (CHOMSKY, 1981, p. 8). A noção de “gramática núcleo” se opõe à de “periferia”, sendo esta última a noção que permite tratar de certas idiossincrasias das línguas particulares, adquiridas tardiamente a partir de um ensinamento explícito.

A variação que possa existir com relação a subsistemas de regras é finita. De acordo com Raposo (1992), a fixação de um parâmetro num certo valor determina, em interação com outros princípios da UG, feixes complexos de propriedades concretas em diversos pontos da gramática.

Nessa concepção, a fixação dos valores dos parâmetros ocorre durante o processo de aquisição da linguagem pela criança<sup>8</sup>, em função do *input* lingüístico que ela recebe de sua comunidade de fala. As regras, então, não são opcionais, assim como a fixação dos parâmetros não é livre, mas resultado de evidências lingüísticas positivas que a criança recebe do seu meio. A variação sociolingüística é considerada nessa perspectiva, como parte da “periferia”, de que a teoria não se ocupa.

Foi a natureza sistemática da variação “livre” e sua correlação com fatores lingüísticos que estimulou a reavaliação do conceito de regra da gramática, que, segundo Cedergren e Sankoff, não é satisfatório por não abranger a variação sistemática existente mesmo no nível da gramática de um único indivíduo.

A natureza sistêmica da gramática, de acordo com Cedergren e Sankoff, é captada, efetivamente, pelo conceito de regra variável, já que esta leva em conta a covariação entre sua freqüência de aplicação e os fatores lingüísticos e extralingüísticos que constituem o ambiente.

---

<sup>8</sup> Segundo KATO (1999, p. 13), há duas abordagens para a aquisição da linguagem: a teoria da maturação e a teoria da continuidade. Segundo a versão forte da teoria da maturação, “o que a criança entende ou produz inicialmente não se caracteriza como gramática, assemelhando-se a um *pidgin*”; na versão fraca, essa fase inicial caracteriza-se “como sub-configurações de uma língua”, isto é, do saber interiorizado pelo falante. Segundo a teoria da continuidade, por outro lado, “a gramática da criança em todas as suas fases é uma gramática das línguas naturais, com todos os princípios ativados, embora seus enunciados possam ser truncados por problemas de processamento ou de desconhecimento de itens lexicais”.

A competência lingüística não pode, então, ser desvinculada dessa covariação, pois estudos de fala revelam que o desempenho lingüístico mostra claramente que a freqüência de execução de uma regra depende dos fatores de sua descrição estrutural. Desse modo, segundo os autores, é difícil negar que os aspectos do desempenho que se mostram sistemáticos na fala de um indivíduo ou de uma comunidade sejam reflexos da competência.

#### Gramática social *versus* gramática individual

A questão fundamental para a lingüística, de acordo com Cedergren e Sankoff (1974), é a descrição do conhecimento do falante-ouvinte ideal pertencente a uma comunidade de fala homogênea. As gramáticas descritas pelos lingüistas são consideradas gramáticas de comunidades de fala; baseadas, entretanto, no conhecimento do falante ideal, por isso as generalizações que fazem dependem do tamanho da comunidade de fala homogênea, que, na prática, se limita a um único indivíduo.

No modelo proposto por Labov, a linguagem é interpretada como uma estrutura heterogênea ordenada, por isso o modelo não busca falantes ideais; ao contrário, permite que o lingüista tenha acesso direto às comunidades de fala heterogênea.

Desse modo, manifestações lingüísticas, em nível fonológico e morfológico, por exemplo, que são bastante heterogêneas numa comunidade, podem ser compreendidas por uma única regra, a regra variável. Esta descreve a variação presente na comunidade, assim como prevê o comportamento lingüístico de cada indivíduo.

O interesse pelo objeto pronominal pressuposto presente na redação escolar

O uso do pronome com função de objeto direto já foi tema de estudos tanto sincrônicos quanto diacrônicos sobre variação no Português do Brasil: Berlinck (1988), Tarallo (1991), Cyrino (1996) e Pagotto (1996), entre outros, procederam estudos diacrônicos, evidenciando que a redução de freqüência do clítico acusativo no Português do Brasil integra mudança lingüística relacionada à ordem dos constituintes na sentença, à redução do paradigma pronominal e à mudança na cliticização fonológica. Esses estudos estão resenhados no próximo capítulo deste trabalho.

Estudos sincrônicos, como os de Omena (1978), Duarte (1986) e Corrêa (1991) evidenciaram a preferência dos falantes brasileiros pelo apagamento do objeto direto co-referencial com outro sintagma nominal (SN) no período, em detrimento do uso dos pronomes clíticos co-referenciais. De acordo com as conclusões das autoras mencionadas, quando o objeto co-referencial não está apagado, em seu lugar aparecem os pronomes pessoais retos, também chamados por Duarte (1986) de “pronomes lexicais”, e os sintagmas nominais (SNs) plenos, normalmente substantivos. Os dados dessas pesquisas apresentam tão poucas ocorrências do objeto direto pronominal pressuposto que parecem prenunciar seu desaparecimento no Português do Brasil.

Os trabalhos de Omena (1978), Duarte (1986), Corrêa (1991) e Nunes (1996) indicam que a presença do objeto direto pronominal pressuposto no texto escrito, embora com baixa freqüência, deve-se à aprendizagem propiciada pela escola e que a manutenção do clítico acusativo no sistema do Português Brasileiro seria decorrente desse trabalho da escola.

A pesquisa de Corrêa (1991) inclusive acompanhou a aquisição do clítico acusativo ao longo do Ensino Fundamental e analisou seu uso por estudantes universitários, concluindo que essa aquisição é gradual, pois passa por etapas, inclusive de hipercorreção, e que há baixa freqüência de uso do pronome oblíquo com função de objeto direto por falantes com alto nível de escolarização<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> O estudo de Corrêa está resenhado no próximo capítulo.

A escolha do texto escolar como fonte de pesquisa não é prática nova; já na década de 50, Mattoso Câmara Júnior (1972) apontava o texto produzido pelos escolares como fonte para estudos sobre variação e mudança na língua. Afirmava que os erros mais freqüentes e constantemente repetidos nas redações deveriam ser vistos como índices de tendências lingüísticas da língua coloquial culta, que, nos escolares, estaria sedimentada como linguagem transmitida no meio familiar.

Em dois artigos publicados originalmente em 1957, Câmara Júnior (1972) enfocou o pronome em função acusativa. No artigo intitulado “Êle como um acusativo no Português do Brasil” (p. 47-53), o autor afirma que vários filólogos concluíram que no Brasil sobreviveria uma construção arcaica, desaparecida do português europeu, como no exemplo (1), em lugar da apresentada no exemplo (2), ambos de Mattoso Câmara Júnior.

(1) *Vi **ela**, nom temo ty.*

(2) *Vi-**a**, nom te temo.*

No mesmo artigo, considerou, além da possibilidade acima, a hipótese de Paiva Boléo (1943), segundo o qual o pronome pessoal reto em função acusativa poderia ser o resultado de uma forma enfática de acusativo, acrescentado à forma átona como se fosse dativo, com posterior desaparecimento fonético da preposição, como se vê abaixo:

(3) *Vi-o **a ele**. → Vi-o **ele** → Vi **ele***

Mattos Câmara Júnior mencionou, ainda, a hipótese de Mário Marroquim (1934), que veria no fenômeno uma falsa analogia com estruturas com verbo no infinitivo, em que o pronome pessoal reto funciona como sujeito, como no exemplo (4), a partir da qual teria sido criada a frase sem o infinito, como no exemplo (5).

(4) *Mandou **ele** fazer.*

(5) *Mandou **ele**.*

Discordando das explicações daqueles filólogos para o fenômeno, Mattoso Câmara Júnior (1972, p.49) assegurou que “não se trata do emprego do caso-sujeito como um acusativo, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos”. Para o autor, trata-se de uma inovação brasileira em termos de estrutura, pela qual se dissocia o pronome de

terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais. O argumento de Câmara Júnior para essa afirmação centra-se no fato de o pronome pessoal reto de terceira pessoa ser substituto do nome, diferentemente dos pronomes de primeira e segunda pessoas, que não se referem a nomes e estão diretamente ligados às pessoas do discurso. Além disso, é o único dos pronomes a que se acrescentam desinências de gênero e número, à semelhança dos nomes e dos demonstrativos.

No artigo em que trata de “erros de escolares”, analisou textos da mesma natureza dos produzidos na prova escrita do “Exame de Admissão”<sup>10</sup> redigidos por 62 crianças entre onze e treze anos, matriculadas em uma escola da zona sul do Rio de Janeiro, tradicional região da população mais abastada daquela cidade.

Os resultados de seu estudo corroboraram conclusões de ordem fonética, morfológica e sintática a que, na época, já se chegava em relação à língua coloquial culta. Entretanto, dos dados emergiram o que Câmara Júnior chamou de “índices de conflito” entre a língua literária aprendida e a forte preparação para o “Admissão”, de um lado, e a linguagem familiar, de outro. Segundo Mattoso Câmara Júnior (1972, p. 36), esse conflito “provoca soluções de compromisso muito significativas para a dedução das tendências por depreender”.

Uma das tendências evidenciadas é a da língua coloquial do Brasil refugar a forma acusativa do pronome de terceira pessoa *o*, *a*, *os*, *as*, preferindo a essa a forma *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, respectivamente. As crianças, produtoras dos textos analisados pelo autor, alertadas para o “vulgarismo”<sup>11</sup> dessa construção durante a preparação intensiva para o “Admissão”, empregaram nas redações a forma acusativa, mesmo quando ela era inadequada, como no exemplo (6), transcrito por Mattoso Câmara Júnior (1972, p. 44), em que o pronome *o* substitui um *ele*, no qual evidentemente o aluno pensou, em vista da colocação resultante.

(6) *Passando um trem pediu para deixarem o viajar.\**

A forma natural, na língua coloquial, oral, certamente seria a expressa no exemplo (7); de outro modo, teríamos as formas expressas nos exemplos (8) e (9).

(7) *Pediu para deixarem **ele** viajar.*

<sup>10</sup> Até a Reforma de Ensino, estabelecida pela Lei 5692, de 1971, o ingresso no ensino de segundo grau, ou ginásial, ocorria por meio de seleção, através de prova escrita, chamada “Exame de Admissão”.

<sup>11</sup> Grifo nosso.

(8) *Pediu para o deixarem viajar.*

(9) *Pediu para deixarem-no viajar.*

Mais de quarenta anos depois, um aluno do Ensino Fundamental atualiza o fenômeno, em uma construção que atesta o conflito a que se refere Mattoso Câmara Júnior. No exemplo (10), abaixo, o aluno primeiro usa o pronome pessoal reto com função acusativa, depois, na mesma construção, usa o clítico acusativo de acordo com as regras da gramática ensinada pela escola.

(10) *Segurou **ele**, mas quando ia mordê-lo o peixe jogou um jato d'água na cara do Mingau (JFN09).*<sup>12</sup>

Esse processo faz sentido, uma vez que é próprio do pronome *reenviar a ou substituir uma outra palavra já utilizada no discurso*, quando empregado anaforicamente, ou representar um participante da comunicação, um ser ou objeto presente no momento do enunciado, quando empregado deiticamente. Resultado de “pro”, preposição latina que significa “à maneira de”, “em lugar de” e “nome”, que, desde o século XIII, significa “designativo”, “pronome” é a categoria gramatical que representa um nome ou um termo com a função de um nome (HOUAISS; VILLAR, 2001). Segundo Dubois et al. (1986, p. 489), os lingüistas distinguem os *pronomes pessoais propriamente ditos* (terceira pessoa do singular e do plural) dos *pronomes pessoais* (pronomes de primeira e segunda pessoas do singular e plural, na gramática tradicional), os quais desempenham o papel de nomes próprios.

O pronome pessoal de terceira pessoa remete àquela sobre a qual é o discurso, também chamada de “não-pessoa”. Conforme Neves (2000, p. 457), uma das funções dos pronomes pessoais é a de constituir expressões referenciais que representam, na estrutura formal dos enunciados, os interlocutores que se alternam na enunciação. Isso implica a existência de dois eixos: um eixo subjetivo, que abriga as pessoas implicadas na interação verbal, que têm papel discursivo: o locutor (a primeira pessoa) e o alocutário, ou receptor (a segunda pessoa) e um eixo não-subjetivo, que abriga as pessoas ou coisas não implicadas na interação verbal, que são as entidades a que se faz referência na fala (a terceira pessoa, também chamada de não-pessoa).

---

<sup>12</sup> Exemplo oriundo do *corpus* da pesquisa aqui relatada, coletado em 2002. Sempre que os exemplos forem oriundos desse *corpus*, aparecerão identificados desse modo.

Há, pois, uma diferença semiótica inquestionável entre o pronome da terceira pessoa e os da primeira e da segunda e, conforme Mattoso Câmara Júnior, é esta diferença que explica sua ausência em muitas línguas do passado ou atuais.

O que se vê, então, é apenas um demonstrativo, como em latim. A criação do pronome da terceira pessoa resulta de um tão grande enfraquecimento do valor dêitico, que passamos a nele ver uma forma separada do sistema dos demonstrativos. Mas não há nunca uma integração perfeita da nova forma no fundo semântico dos pronomes pessoais, e para o português não houve também integração morfológica. (MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, 1972, p. 50).

A não-pessoa pode ser representada por pronome pessoal reto ou oblíquo. A tradição gramatical em que se fundamentam as aulas de língua portuguesa indica que, quando se tratar de nominativo, caso latino de que resulta o sujeito em Português, deve-se usar o pronome reto e que, quando se tratar de acusativo, caso latino de que resulta o objeto direto em Português, deve-se usar o pronome oblíquo.

O pronome pessoal reto apresenta-se morfossintaticamente como forma livre<sup>13</sup>, por isso pode funcionar isoladamente de modo suficiente, como no enunciado que responde à pergunta *Quem Mingau segurou?*, cuja resposta, fazendo referência ao peixe, seria *e/le*.

Já o pronome pessoal oblíquo não constituiria isoladamente um enunciado aceitável, pois morfossintaticamente é uma forma dependente, que se associa às formas livres e aceita combinação com formas presas para compor enunciados. O que o define é seu caráter clítico, isto é, o fato de ser um vocábulo átono que, à semelhança do que fazem os artigos, as preposições, etc., se agrega fonologicamente à palavra anterior ou posterior, passando a integrar uma sílaba daquela palavra<sup>14</sup>.

Os estudos variacionistas que revisamos têm confirmado as conclusões de Mattoso Câmara Júnior (1972, p. 47-53) em relação à preferência dos falantes cultos pelo pronome reto, quando estes usam pronomes na posição de objeto direto, mas também têm indicado a presença do clítico, embora com baixa frequência, no texto escrito escolar. Tais estudos levantam hipóteses sobre as razões pelas quais o

<sup>13</sup> Os conceitos de *formas livres, presas e dependentes* foram cunhados por Mattoso Câmara Júnior em MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 69-76.

<sup>14</sup> A pesquisa sobre variação de CYRINO (1990), apresentada no próximo capítulo, relaciona essa característica do clítico acusativo de terceira pessoa a sua atual escassez no Português Brasileiro.



fenômeno ocorre no Português Brasileiro (PB), como se verá no próximo capítulo, em que revisamos a bibliografia sobre o assunto.

## **I - O OBJETO DIRETO PRONOMINAL NO PB: ESTUDOS REALIZADOS E QUESTÕES DESTE TRABALHO**

Neste capítulo apresenta-se a resenha de alguns dos estudos mais importantes acerca do objeto direto no PB, os quais ofereceram subsídios para a análise dos dados desta pesquisa.

O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, denominada *Prolegômenos*, faz-se uma revisão sobre os tipos de verbos e a colocação dos pronomes oblíquos, a fim de dar precisão aos termos que se usam nesta pesquisa. Na segunda, apresenta-se, sob a forma de resumo comentado, a revisão bibliográfica de algumas das mais citadas pesquisas sobre o objeto pressuposto no PB. Esta seção comporta quatro partes. Nas três primeiras são revistos estudos sincrônicos e, na seguinte, estudos diacrônicos, a fim de se construir o mais largo referencial possível para a discussão dos resultados desta investigação.

### **1.1 Prolegômenos**

Fazer pesquisa, em qualquer área, pressupõe a escolha de um referencial teórico capaz de dirigir a observação da realidade e de dar sustentação à análise de dados que emergem dela. É a definição do domínio epistemológico que fixa o ponto de vista a partir do qual o analista observará a realidade empírica, o que lhe pode garantir a cientificidade do estudo.

Na pesquisa que aqui se relata o olhar sobre a realidade é variacionista, na perspectiva de Labov (1994). Há, entretanto, conceitos a fixar previamente à revisão dos estudos já desenvolvidos a respeito da realização do objeto direto pronominal pressuposto, a fim de dar precisão aos termos usados neste trabalho, especialmente na definição das variáveis de estudo.

### 1.1.1 Sobre os tipos de verbos

Nesta pesquisa usa-se a terminologia de Frege (1978) para classificar os verbos em tipos. Frege considerou os verbos, em uma perspectiva lógica, como uma “função”, um tipo de “predicado”. Nessa perspectiva, uma sentença assertiva pode ser entendida, “assim como as equações ou expressões analíticas, como decompostas em duas partes, uma completa em si mesma e a outra necessitando de complementação, sendo insaturada”. Para o autor, diferentemente do que ocorre na tradição gramatical, “predicado” não é a parte da oração que exprime algo sobre o sujeito, mas “uma expressão de sentido incompleto que sugere preenchimento e antecipa desse modo a forma da oração acabada” (ILARI, 1987). Nessa abordagem, uma oração se constrói pelo preenchimento das lacunas do predicado com expressões nominais, que funcionam como “argumentos do predicado”. O número de argumentos que dado predicado requer ou admite - o “grau do predicado” - é definido pelo léxico da língua.

Na Teoria da Regência e Ligação, versão da gramática gerativa, de Chomsky, encontra-se a noção de que um verbo se combina com um certo número de argumentos e de que a estes atribui papéis semânticos. A teoria *teta* trata das circunstâncias em que um SN pode ser argumento de dada categoria. Nessa perspectiva, a forma fonética prevê filtros superficiais que impedem o aparecimento de seqüências mal formadas. Também os princípios concernentes às relações de co-referência impõem condições de boa formação (LOBATO, 1986), entre as quais se incluem os termos em co-referência compartilharem o mesmo papel temático. É relevante lembrar dessa noção, embora não pretendamos desenvolver, aqui, um estudo de base gerativista, uma vez que, nesta pesquisa, trabalha-se com o clítico co-referencial, que se sujeita a essas definições e para salientar que as noções a que recorreremos encontram sustentação em diferentes domínios epistemológicos.

De fato, entre os verbos, há os que são monoargumentais, isto é, admitem apenas um argumento. No PB, é o caso dos verbos unipessoais. Um conjunto de verbos unipessoais define o sujeito como único argumento. Verbos como “urgir”, “constar”, etc., não aceitam mais de um argumento, portanto, não têm complemento verbal. São considerados um sub-grupo dos verbos intransitivos.

(11) *Consta teu nome no catálogo.*

(12) *Urge que venhas à universidade.*

Ao lado desses, estão os impessoais, isto é, sem sujeito. Esses verbos são empregados na terceira pessoa do singular, por não haver um argumento com o qual devam estabelecer a relação de concordância. Verbos monoargumentais desse segundo tipo se fazem acompanhar por objeto direto (CUNHA, 1979, p. 423), isto é, complemento obrigatório, normalmente não introduzido por preposição:

(13) *Havia muitos dados para analisar.*

(14) *Faz muitos meses que trabalho nesta pesquisa.*

Os verbos poliargumentais, isto é, que representam predicados com mais de um argumento, aparecerão acompanhados por sujeito, visto como um argumento externo e, no mínimo, um complemento verbal. Entre o verbo e o argumento interno, “há um movimento lógico irreversível de um termo regente a um regido” (CUNHA, 1979, p. 480), que, numa perspectiva tradicional, chama-se “regência verbal”.

Os verbos são tratados, na perspectiva tradicional, como intransitivos, normalmente monoargumentais; ou transitivos, normalmente poliargumentais - excetuando-se os dos exemplos (13) e (14). Os transitivos, conforme Rocha Lima (1986, p. 212-224), definem

a) objeto direto: complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal. Identifica-se facilmente porque pode ser o sujeito da voz passiva e corresponde, na terceira pessoa, às formas pronominais **o**, **a**, **os**, **as** (ROCHA LIMA, 1986, p. 212).

(15) *Louvar **os bons**.*

Nesta pesquisa, o argumento interno em sentença em que haja argumento externo é considerado o segundo argumento. O verbo transitivo direto será chamado *verbo biargumental*.

b) objeto indireto: complemento que representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Apontam-se-lhe as seguintes características: o ser encabeçado pela preposição *a* (às vezes *para*) e o corresponder, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas **lhe**, **lhes** (ROCHA LIMA, 1986, p. 219).

De acordo com Rocha Lima, normalmente o objeto indireto serve de complemento a verbos acompanhados de objeto direto, representando o elemento em que termina a ação.

(16) *Os alunos forneceram os dados à pesquisadora.*

Esse é o caso dos verbos bitransitivos, que, nesta pesquisa, se inserem no grupo dos triargumentais.

Em Rocha Lima (1986, p. 221-222) encontramos, ainda, um terceiro tipo de complemento, o complemento relativo. Esse, de acordo com o gramático, “é um complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em* etc.), integra, com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa”. Entretanto, os verbos elencados por Rocha Lima como regentes desse tipo de complemento se fixaram na língua culta moderna como transitivos indiretos (CUNHA, 1979, p. 491), razão pela qual assim serão tratados nesta pesquisa.

Cabe lembrar que o objeto direto pode figurar como termo do predicado verbal, tanto quanto do predicado verbo-nominal. No predicado verbo-nominal, a ele será acrescido um predicativo do objeto, mediante um verbo que MACAMBIRA (1982, p. 212) designa como “transobjetivo”, isto é, transitivo de ligação. É de Macambira o exemplo abaixo:

(17) **Achamos** o mundo maravilhoso.

O verbo transobjetivo, nesta pesquisa, está incluído no grupo de verbos triargumentais.

### 1.1.2 Sobre a colocação dos pronomes

A teoria gerativa assegura que os falantes/ouvintes de uma língua possuem intuições sobre o caráter sintaticamente aceitável, ou não aceitável das combinações de sons em sua língua. Garante, também, que eles sabem que as seqüências de sua língua se estruturam sintaticamente em hierarquias, ou grupos sucessivamente maiores, denominados constituintes. É essa habilidade lingüística que lhes permite intuir relações hierarquizadas entre partes – sintagmas - de dadas seqüências gramaticais – as sentenças. O mesmo ocorre com relação às categorias ou classes

de palavras, o que não quer dizer que os falantes/ouvintes conheçam os rótulos que são atribuídos aos constituintes ou classes pelas diferentes teorias da gramática.

Sob a ótica variacionista, esse fenômeno é explicável pela regra variável. O falante-ouvinte produz e compreende distintas variantes como passíveis de ocorrência em um mesmo contexto.

Com relação à colocação dos clíticos acusativos co-referenciais de terceira pessoa, as pesquisas sociolingüísticas indicam que os falantes/ouvintes do PB tendem a proceder de modo diferente dos falantes/ouvintes do Português Europeu (PE), como se vê nos exemplos abaixo, compilados de Vilela; Koch (2001):

(18) *Ele trouxe-a ao Francisco* (PE).

(19) *Ele a trouxe ao Francisco* (PB).

Apesar de os falantes/ouvintes do PB procederem a seu modo próprio referentemente à colocação do clítico, a escola, cumprindo sua tarefa de disciplinadora das formas lingüísticas, segue ensinando, em 2003, o mesmo conjunto de regras que ensinava em 1964, como se vê, pela reprodução resumida que se faz, abaixo, da colocação dos pronomes átonos, segundo Said Ali (1964). Ressalve-se que, esse autor, àquela época, já advertia para o fato de “a pronúncia brasileira ser diversificada da lusitana, daí resultando a colocação pronominal em nosso falar espontâneo não coincidir perfeitamente com a do falar dos portugueses” (SAID ALI, 1964).

- a) Pronomes enclíticos: as formas pronominais átonas *me, te, se, lhe, o, a, nos, vos, lhes, os, as* colocam-se em português normalmente após o verbo a que servem de complemento e a ele se encostam, sendo pronunciadas como se com o verbo constituíssem um vocábulo só;
- b) Pronomes proclíticos: certas causas de ordem fonética podem determinar o deslocamento das referidas formas pronominais para antes do verbo;
- c) Pronomes mesoclíticos: com o verbo no futuro do presente ou do pretérito não se usa o pronome átono como enclítico; a posposição aqui é substituída pela interposição, colocando-se *me, te, se, etc.* entre a parte verbal correspondente ao infinitivo e as terminações *-ei, -ás, -á, -ia, -ias, etc.*

Veja-se a mesma regra, mais detalhadamente, segundo Kaspary (1986, p. 195):

- d) usa-se ênclise em início de oração, já que não se deve iniciar oração por pronome átono<sup>15</sup>; quando o verbo está no imperativo; sempre que não houver palavra que atraia o pronome átono:

(20) *Disseram-me que já era tarde.*

(21) *Dona Maria, traga-me dois cafezinhos.*

(22) *O gerente lembrou-lhe o compromisso que assumira.*

- e) usa-se próclise nas orações exclamativas; nas orações que expressem desejo (optativas); nas frases interrogativas; com os advérbios que modificam o verbo; com os pronomes indefinidos; com os pronomes relativos; com as conjunções subordinativas; com os pronomes pessoais retos e de tratamento; com os pronomes demonstrativos:

(23) *Como se fala mal do Brasil!*

(24) *Bons olhos o vejam.*

(25) *Quem lhe deu essa ordem?*

(26) *Talvez te convidem para gerente.*

(27) *Alguns se enganaram de sala.*

(28) *Desobedecia sistematicamente às ordens que lhe davam.*

(29) *Tanto o incomodaram, que se mudou para outra zona.*

(30) *Eu te preveni em tempo.*

(31) *Vocês me deixaram emocionado.*

(32) *Isso me agrada muito.*

- f) usa-se mesóclise no futuro do presente e no futuro do pretérito, nos casos em que não é obrigatória a próclise:

(33) *Dar-lhe-emos uma nova oportunidade.*

---

<sup>15</sup> No cotidiano, há inúmeros exemplos de uso de pronome átono em início de oração. Pode-se pensar também o mesmo em relação as outras regras. Lembremo-nos de que, em PB moderno, o mais usual é a próclise. Veja-se a pesquisa de NUNES (1996), cujo resumo consta deste trabalho.

Nesta pesquisa, considera-se a “forma verbal”, incluídos, nesse conceito, tanto o verbo simples como a locução verbal. Quando se tratar de locução verbal, próclise e ênclise serão tratadas em relação ao verbo principal da locução. Não se mencionará mesóclise daqui por diante, uma vez que a colocação do pronome nessa posição não aparece nos dados de nossa pesquisa, sequer nas referências das pesquisas resenhadas a seguir, marcando-se, possivelmente, como própria apenas de registro muito formal no PB.

## **1.2 O objeto direto co-referencial: estudos realizados**

A pesquisa sociolingüística no Brasil já completou três décadas, durante as quais foram desenvolvidos importantes estudos variacionistas sobre a língua falada no País. Na área da sintaxe, os trabalhos têm se dedicado a comprovar a distância cada vez maior entre o PE e o PB. As pesquisas vêm sendo empreendidas, ora usando o referencial variacionista, legado por Labov (1994; 2001), ora servindo-se da Teoria Gerativista, na perspectiva de Chomsky (1995), ora valendo-se da harmonização entre os dois referenciais, como propõe Lightfoot (1999).

Variação e mudança na ordem dos constituintes da sentença, nas construções de tópico, no sistema flexional e na concordância são objetos de estudo de pesquisadores como Tarallo, Kato, Galves, Omena, Corrêa, Duarte, Zilles e Nunes, entre outros.

Neste trabalho, três estudos recebem destaque especial: Omena (1978), Duarte (1986) e Corrêa (1991), já que trataram especificamente das variantes do clítico acusativo no PB. Esses trabalhos são resenhados nas três próximas seções. A seguir, na quarta seção, reunimos, em uma breve apresentação, as conclusões de estudos variacionistas diacrônicos sobre a sintaxe do PB, relacionadas ao tema de nossa pesquisa.



### 1.2.1 Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa

Omena (1978) analisou o pronome pessoal de terceira pessoa em função acusativa na fala de quatro adultos não-escolarizados residentes no Rio de Janeiro e cotejou os resultados com dados emergentes da análise de um texto escrito em português arcaico – *A Demanda do Santo Graal* –, possível cópia de uma tradução do trabalho do Pe. Augusto Magne, romance original francês, levada a efeito no século XIII, refundida em fins do século XIV e princípios do século XV. A análise comparativa que fez forneceu-lhe dados para concluir que o uso do pronome-sujeito pelo pronome-objeto é um fenômeno de mudança lingüística provavelmente iniciado no período arcaico da língua.

A pesquisadora selecionou os sujeitos do seu estudo tendo em vista uma pesquisa anterior, em que ela constataria apenas três ocorrências de pronome do caso oblíquo em quatro horas e meia de gravação de fala de um universitário de classe média de Minas Gerais. Esse fenômeno levou-a à conjectura de que o uso do pronome oblíquo em função acusativa seja uma variável socialmente condicionada, “ou seja, um fato lingüístico mais circunscrito ao registro escrito, cuja influência, aliada à da educação formal ministrada pela escola, refletir-se-ia na fala de pessoas mais escolarizadas” (OMENA, 1978, p.45). Centrou, então, sua observação num tipo de falante não-escolarizado, a fim de testar as seguintes hipóteses:

- a) o falante não-escolarizado desconhece o emprego do pronome oblíquo **o(s), a(s)**;
- b) no caso em estudo, utiliza a forma de caso reto ou a cancela;
- c) o uso dessa forma ou o seu cancelamento está condicionado a fatores lingüísticos.

Os dados de fala da pesquisa resultaram de 28 horas de gravação de entrevistas com indivíduos de uma mesma classe social, alunos do MOBREAL<sup>16</sup>, com perfil sócio-econômico homogêneo. Não foram levados em consideração os diferentes níveis de formalidade em que foram feitas as entrevistas, pois, segundo

---

<sup>16</sup> O MOBREAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, representou um grande esforço nacional de alfabetização de adultos, no Brasil, na década de 1970.

Omena (1978, p. 47), não interessavam os fatores sociais, apenas os lingüísticos. Os dados apresentaram apenas ocorrências de objeto direto sob forma elíptica<sup>17</sup> e sob forma de pronome sujeito - ele (s), ela (s)<sup>18</sup>.

Segundo a análise da pesquisadora, “a regra mais produtiva foi a de apagamento que registrou a porcentagem geral de 76% de ocorrência, em oposição a do emprego dos pronomes **eles** (s) – **ela** (s), cuja porcentagem foi de 24%” (OMENA, 1978, p. 94). A aplicação da regra de apagamento revelou-se não arbitrária, mas condicionada pelos fatores lingüísticos apresentados a seguir.

1. Traço semântico [inanimado] do SN antecedente: 95,1%.

Foram sistematicamente apagados os objetos que compunham uma expressão com o verbo **ter** (com o sentido de existir), assim como os objetos que retomariam sintagmas nominais indefinidos, coletivos, abstratos ou expressões indeterminadas, isto é, cuja referência a um ser é feita tomando-se o elemento pela classe. Isso demonstra que o pronome **ele** só se emprega em substituição a um SN que possua o traço [+ específico] ou [+referencial].

Com relação ao traço semântico, a tendência de apagamento foi maior quando o termo anterior possuía o traço [inanimado]. SNs não especificados favoreceram, então, a aplicação da regra de apagamento de modo categórico, enquanto o antecedente de traço [inanimado] condicionou de maneira variável, mas com alta probabilidade, a sua aplicação. As formas pronominais foram aplicadas, em 80% dos casos, quando o antecedente tinha o traço [humano]. Nos exemplos abaixo, compilados de Omena (1978, p. 52), é possível visualizar-se o fenômeno com o verbo *ter*, em (34) e com antecedente de sentido indeterminado, em (35).

(34) ... *tem té garota no meio, tem (0) também.*

(35) *Se não tem dinheiro, trabalha que ganha (0).*

<sup>17</sup> OMENA (1978), no Resumo de sua dissertação, denomina de “forma elíptica” o que os trabalhos posteriores chamam de objeto nulo, categoria vazia, objeto pressuposto ou anáfora zero.

<sup>18</sup> Optamos por manter, neste trabalho, a terminologia utilizada pelo pesquisador. O que Omena chama de pronome sujeito também foi designado pronome lexical, pronome pessoal reto, pronome pessoal em função nominativa, etc., em outros trabalhos.

2. Função sintática de complemento exercida pelo SN antecedente: 86,5%.

Houve maior ocorrência de apagamento quando o pronome objeto constituía cópia de um item com função idêntica na outra oração. A recuperação da elipse, nesse caso, torna-se possível não apenas por se tratar de cópia, mas também por causa do controle decorrente do paralelismo de função com o termo copiado, o que evita a ambigüidade estrutural. Omena (1978, p. 99-100) observa que

uma das condições para apagamento refere-se à possibilidade de posterior recuperação da estrutura subjacente; o apagamento do pronome-objeto em português efetua-se não só por tratar-se de uma cópia, como também por ser controlado pelo paralelismo de função com o termo copiado. Elimina-se, assim, a possibilidade de ambigüidade estrutural, assegurando a habilidade de recuperação da estrutura que subjaz ao apagamento.

Para esse tipo de ocorrência, Omena (1978, p. 34) apresenta o seguinte exemplo:

(36) *A gente tinha que provocar uma tensão no público e a gente tinha que sentir (0), porque...*<sup>19</sup>

3. Presença não reforçada do SN antecedente, no contexto: 84,3%.

Houve uma tendência ao uso do pronome objeto, como mecanismo enfático da repetição quando, antes dele, apareceu uma seqüência de nomes e/ou pronomes. Entretanto, os falantes abstiveram-se de uma referência lingüística direta a um determinado referente, depreensível do contexto do discurso, sempre que não se tratava de criar ênfase. Omena (1978, p.55) apresentou o exemplo abaixo para esse tipo de ocorrência:

(37) *Ela tá danada comigo. Deixei ela lavando louça. Botei ela...*

4. SN pronominal exercendo apenas uma função sintática na sentença: 78,6%.

O apagamento tende a não se realizar em estruturas complexas, como no caso de formas que representam, na estrutura superficial, o objeto de uma oração dominante e o sujeito de uma oração encaixada. A manutenção do pronome-objeto se justifica pela necessidade de manter clareza à comunicação, o que seria prejudicado pelo apagamento. Os testes estatísticos demonstraram que os SNs

<sup>19</sup> Esse exemplo pertence aos dados da pesquisa preliminar de OMENA, uma vez que a autora não transcreve exemplo desse tipo de ocorrência, que seja oriundo da pesquisa com os analfabetos.

pronominais que, em dados contextos, acumulam funções sintáticas realizavam-se formalmente, enquanto os que têm apenas uma tenderam a ser apagados, já que a elipse podia ser recuperada sem dificuldades. Abaixo, o exemplo de pronome em estruturas complexas (OMENA, 1978, p.98):

(38) *O médico deixô ela bebê bebida alcoólica.*

5. Existência de SNs concorrentes ao papel de antecedente, no contexto: 82,5%.

No caso da ambigüidade semântica, ou seja, quando há, em orações anteriores, dois sintagmas que poderiam ser antecedentes do pronome, a tendência foi de apagamento do pronome-objeto. Isso viabiliza a possibilidade de recuperação estrutural e desfavorece a ambigüidade de sentido, pois, nesse caso, o aparecimento da forma pronominal não desfaria a ambigüidade, ao contrário, a enfatizaria. O exemplo de Omena (1978, p. 55) é o seguinte:

(39) *Passei a mão no pano, num vestido meu, botei em cima da mesa, cortei (0)...*

A pesquisadora pontuou que, na competência do falante não-escolarizado do Rio de Janeiro, “a transformação que superficializa a cópia do SN conseqüente sob a forma de pronome objeto (caso acusativo) não parece ser uma regra bem estabelecida” (OMENA, 1978, p. 93), pois ela não registrou um só uso do pronome oblíquo – o (s), a (s). Registrou, entretanto, um depoimento do informante Jorge, que lhe pareceu interessante e é pertinente, também, para os propósitos deste trabalho, por isso vai transcrito a seguir. Segundo a pesquisadora,

Jorge contava ao entrevistador que costumava conversar com a professora e que isso lhe era útil, pois sempre aprendia coisas novas. E exemplificou: “de primeiro eu falava assim: ‘eu vi fulano’. Entendeu? Aí essa palavra num é certo..... aí então ela falô assim: a palavra certa é **a vi**, não **eu vi**, então nós.... mais uma que eu aprendi, né isso, e os otros lá também aprendem”. No entanto, na sexta entrevista, dizia ele: “eu nunca vi ela assim com bate-papo nem nada, mas ...” (OMENA, p.93-94).

Comprovadamente, a escola regula o uso dos pronomes com função de objeto direto. Essa declaração está expressa na fala do informante. Ela não se confirma, porém, no uso, isto é, na fala do mesmo informante.

O levantamento e a análise desses dados permitiram a Omena concluir que “as duas variáveis concorrentes no *corpus* observado foram, realmente, o emprego

do pronome sujeito em função de objeto direto e o cancelamento da cópia”. Além disso, segundo a autora, essas regras não são arbitrárias, mas condicionadas lingüisticamente.

Há uma alteração no quadro dos pronomes no que concerne ao uso exclusivo de determinadas formas em determinadas funções. Novas relações se estabelecem dentro da estrutura da língua, condicionadas por diversos fatores, entre os quais podemos destacar alguns condicionamentos lingüísticos. Tais alterações, já vimos, registravam-se mesmo no português arcaico, como nos testemunha a confusão no emprego dos pronomes pessoais, evidenciada nos documentos que nos restaram da Idade Média. (OMENA, 1978, p. 101).

A partir dessas observações, Omena cogitou se o emprego do pronome pessoal do caso reto no português arcaico poderia ter sido influenciado pelos mesmos fatores lingüísticos evidenciados no uso hodierno e se os fenômenos antigo e moderno estariam relacionados. Para verificar, em caso afirmativo, como se iniciara o processo, ela observou, também, o fenômeno no português arcaico.

O texto “A Demanda do Santo Graal”, analisado quanto à realização do objeto direto pressuposto, mostrou abundância do uso do pronome de caso acusativo na função própria, seguindo-se em número de ocorrências o apagamento da forma e o emprego do pronome de caso reto. Uma porcentagem de 64,8% de apagamento do pronome-objeto apareceu condicionada pelos mesmos fatores condicionantes do fenômeno na fala dos quatro mobralenses. Ambas as variações já concorriam, segundo Omena, naquele período, com a forma culta, mais própria do registro escrito. A pesquisadora assinalou as semelhanças e diferenças, concluindo que o uso do pronome-sujeito (o pronome do caso reto) pelo pronome-objeto (o pronome do caso oblíquo) é um fenômeno de mudança lingüística, provavelmente iniciado no período arcaico da língua.

Omena (1978, p. 115) conclui que

a questão da substituição do pronome de caso oblíquo – o (s), a (s) – pelo de caso reto – ele (s), ela (s) – constitui fenômeno diacrônico de mudança, resultante da influência de fatores lingüísticos e extra-lingüísticos condicionantes, provocando desequilíbrio e posterior remanejamento das relações estruturais no sistema pronominal.

Já em OMENA<sup>20</sup> (1978) encontram-se, então, referências à mudança paramétrica<sup>21</sup>, que outros pesquisadores tomam como argumento para uma hipótese de encaixamento sintático<sup>22</sup>.

### 1.2.2 Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil

Duarte (1986) desenvolveu pesquisa sociolingüística em que levantou condicionamentos lingüísticos, sociais e estilísticos relevantes na escolha de diferentes formas para a representação do objeto direto, assim como sua avaliação por parte dos informantes. Sua análise baseou-se em dados coletados por meio de entrevistas com informantes paulistanos, na fala veiculada pela televisão e, também, em dados de escrita.

A pesquisadora adotou a escolaridade como critério para a seleção dos informantes, pois parte do pressuposto de que “o uso do clítico acusativo no português do Brasil é resultante do ensino formal ministrado na escola, do hábito de leitura e da prática de escrita” (DUARTE, 1986, p.11). Assim, coletou, por meio de gravação, dados de fala natural de 45 informantes, separados em três grupos, organizados por grau de escolaridade: primeiro grau (completo ou incompleto),

<sup>20</sup> Embora o foco deste trabalho não seja especificamente discutir esse tema, adiante serão mencionados trabalhos que, evidenciando as estratégias de reversão do sistema pronominal do PB, apresentam dados sobre o uso do objeto direto pronominal pressuposto, como Berlinck (1989), Decat (1989), Tarallo (1991), Cyrino (1996), Pagotto (1996) E Nunes (1996).

<sup>21</sup> A teoria sintática na perspectiva de Princípios e Parâmetros foi proposta por Chomsky em 1981 e consolidada em 1986. Considera a existência de uma gramática universal inata (GU), cujos princípios gerais interagem com a experiência para produzir uma língua particular. Segundo a teoria, a experiência concreta nas comunidades lingüísticas fixa os parâmetros de variação que distinguem as línguas particulares (LOBATO, 1986, p. 399-400). Quando há variação lingüística e as evidências de dado fenômeno não são suficientemente fortes para a criança em sua língua, no período de aquisição da linguagem, ela tende a fazer a reanálise dos dados a que está exposta e a fixar novos valores paramétricos, definindo uma gramática diferente da gramática dos seus ascendentes (GALVES, 1995, p. 136-152).

<sup>22</sup> A noção de encaixamento foi proposta por Labov para explicar a rejeição à variante de prestígio e o exagero da variante conservadora, não-padrão e estigmatizada por parte da comunidade de Martha's Vineyard, no Estado de Massachusetts, que o pesquisador estudou em 1963. Está expressa com clareza, segundo Tarallo (1991, p. 72), em WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. Por encaixamento lingüístico da variável, entende-se a motivação das hipóteses, dos grupos de fatores. (TARALLO, 1986, p. 42-46).

segundo grau e terceiro grau. Considerou também a faixa etária, de 22 a 33 anos, de 34 a 45 anos e acima de 45 anos, obtendo um total de nove células com cinco informantes cada uma. Um décimo grupo de informantes, constituído de cinco jovens de quinze a dezessete anos, cursando a oitava série, foi formado para levar ao *corpus* uma modalidade de fala usada por uma geração mais nova.

O material coletado na televisão constituiu-se de quatro horas de gravação de episódios de novelas e quatro horas de entrevistas, acrescentando ao trabalho uma amostragem de dois diferentes níveis de formalidade que atingem o país inteiro, com uma “força a um só tempo inovadora e normalizadora” (DUARTE, 1986, p. 12). A pesquisadora acrescentou a esses os dados provenientes de textos escritos por 38 alunos de segundo grau e se serviu de outros dados, colhidos menos sistematicamente em jornais, revistas, propagandas e legendas de filmes.

Sua hipótese era de que faixa etária e nível de escolaridade mais altos favoreceriam o uso da variante padrão e o da categoria vazia, não estigmatizada socialmente; contrariamente, faixa etária e nível de escolaridade mais baixos propiciariam o uso de variantes não-padrão.

Na seleção dos dados só foram computadas as ocorrências de objeto direto co-referencial com um SN mencionado no discurso e que admitiriam a representação pelo clítico, a partir do que quatro variantes foram isoladas e quantificadas. A autora exemplifica todas as variantes com ocorrências oriundas dos dados de fala, de novela e de entrevistas. Abaixo, transcrevemos apenas um exemplo de cada tipo de ocorrência apresentados por ela.

1. Uso do clítico acusativo: 4,9%

(40) *Ele veio ao Rio só pra me ver. Então eu fui ao aeroporto buscá-lo.* (fala de informante).

2. Uso do pronome lexical: 15,4%

(41) *Eu amo o seu pai e vou fazer **ele** feliz.* (novela).

3. Uso da categoria vazia<sup>23</sup>: 62,6%

---

<sup>23</sup> Duarte identifica categoria vazia [Sne] com sintagma nominal elíptico. Nos exemplos, apenas (e).

(42) *A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator; não é ela o único responsável, o único elo que cria (e), e como tal ela não consegue recuperar (e).* (entrevista).

#### 4. Uso de outras categorias: 17,1%

##### 4.1. Sintagmas nominais lexicais:

(43) *Ele vai ver a Dondinha e o pai da Dondinha manda a **Dondinha** entrar, e ele pega um facão...* (fala de informante).

##### 4.2. Sintagmas nominais lexicais com determinante modificado:

(44) *(E o dinheiro?) Se pelo menos eu soubesse onde ele escondeu **esse dinheiro**...* (novela).

##### 4.3. Pronome demonstrativo *isso*:

(45) *No cinema a ação vai e volta. No teatro você não pode fazer **isso**.* (fala de informante).

A autora analisou os condicionamentos das ocorrências de fala, sob os pontos de vista morfológico, sintático, do traço semântico do objeto e estrutura sintática da frase *versus* traço do objeto, definindo os resultados que se vêm a seguir.

#### a) Segundo a forma verbal:

O uso da categoria vazia [SNe] superou, em todos os casos, as demais estratégias, independentemente da forma em que se encontrava o verbo; o pronome lexical, embora aparecendo com todas as formas verbais, foi mais usado com o gerúndio, o imperativo e os tempos simples. O maior percentual de clíticos ocorreu em estruturas com infinitivo (13,6%); ao mesmo tempo, o uso do clítico com o imperativo, os tempos compostos e o gerúndio foi nulo.

#### b) Segundo a estrutura sintática da oração:

Das 97 ocorrências de clítico, 5,4% apareceram em estruturas em que o antecedente era um objeto direto (OD) representado por sintagma nominal (SN); 1,3% em OD representado por sentença (S); 5,9% em OD (SN) + predicativo (PRED.); 1,7% OD (SN) + objeto indireto (OI) representado por sintagma nominal (SN); 21,8% OD (SN) + OI (S) e 1,8% OD (SN) + S. Em estruturas simples – SVO – se o objeto era um SN, a categoria vazia era mais freqüente (62,3%); com objeto



sentencial, o apagamento chegou a 79,7%. Em estruturas com objeto direto e indireto, se o objeto era um SN, o índice de apagamento era de 78%, passando a categórico com objeto sentencial. Em estruturas complexas, o pronome lexical apareceu com um índice de 35,6% e a categoria vazia, com 46,6%. Se o objeto era uma sentença, a categoria vazia aparecia em 84,6% das ocorrências.

c) Segundo o traço semântico do objeto:

O uso do clítico e do pronome lexical apareceram tão fortemente condicionados pelo traço [+ animado] do objeto que 78,4% das ocorrências do clítico e 92,4% das ocorrências do pronome lexical estavam condicionadas por esse traço. A preferência pela categoria vazia e pelos SNs anafóricos recaiu sobre elementos cujo antecedente era [- animado].

d) Segundo o cruzamento das variáveis estrutura sintática da frase e traços [+ animado] e [- animado]:

A realização do objeto anafórico como clítico foi mais freqüente em estruturas OD (SN/S, traço [+animado]:10,7%; OD (SN/S) + PRED. com traço [+ animado]: 7,6%; OD (SN) + S com traço [+ animado]:7,8%. O apagamento do objeto foi favorecido pelo traço [- animado]: há 76,8% de apagamento do objeto nas estruturas simples e 78,5% nas estruturas com predicativo, na presença desse traço e foi categórico nas estruturas complexas, quando o antecedente era [-animado]. O pronome lexical ocorreu em 54,5% das orações com predicativo e em 64,9% das estruturas complexas.

A autora analisou os dados também em relação aos efeitos sociais na realização do objeto direto anafórico, considerando, aí, como variáveis, a idade e a escolaridade dos informantes. Sua expectativa era de que níveis mais altos de idade e escolaridade propiciassem o uso da variante padrão, do clítico e também o uso não-padrão do objeto direto vazio.

Da análise do *corpus* com relação às variáveis sociais resultou a verificação de que o clítico foi absolutamente ignorado pelos informantes mais velhos com nível de escolaridade mais baixo e que os demais grupos com primeiro grau superaram os grupos com segundo grau, entre 22 e 46 anos, no uso do clítico. Os informantes com faixa etária entre 22 e 33 anos com terceiro grau e os que se enquadravam na faixa etária mais alta com segundo e terceiro graus foram os que apresentam uso mais

significativo da variante. A autora observou, ainda, que quase todos os grupos de informantes usaram o pronome lexical entre 20% e 28%, exceção feita ao grupo intermediário com terceiro grau, que privilegiou o uso da categoria vazia e o grupo mais velho, com terceiro grau, que apresentou apenas 14,5% de uso do pronome lexical.

Entre suas conclusões, consta que o comportamento lingüístico dos falantes em relação à variante da categoria vazia é bastante semelhante:

diferindo apenas nos casos de realização fonológica do objeto. Neste caso, a escolaridade, em maior grau, e a idade, em menor grau, são fatores relevantes. Ficam ainda constatados, o limitado uso do clítico e a significativa preferência dos falantes pelo esvaziamento do objeto direto anafórico. (DUARTE, 1986, p. 38).

O cruzamento dos fatores lingüísticos e sociais revelou que, na fala dos informantes com nível de escolaridade mais alto, o uso do pronome lexical estava condicionado à maior complexidade da estrutura da frase, 38,8% das ocorrências desse pronome estavam relacionadas a frases de estrutura simples e 61,2% estavam relacionados com estruturas complexas.

Com relação ao traço semântico, Duarte constatou que o traço [+animado] do antecedente é extremamente importante para a escolha da variante, já que verificou alta incidência de preenchimento do objeto em estruturas cujo antecedente do objeto era [+animado] e forte tendência ao uso da categoria vazia quando o antecedente possuía o traço [-animado].

Duarte constatou que os informantes com escolaridade e faixa etária mais baixas optam pela realização do objeto como pronome lexical, enquanto os informantes que estão no outro extremo privilegiam o apagamento ou recorrem aos SNs lexicais.

Houve baixo percentual de clíticos e preferência por objeto nulo, tanto na fala natural (4,0%) como no texto das novelas que pretendem reproduzi-la (5,6%). Nas entrevistas foram preferidos os SNs lexicais anafóricos (40,3%) e os [SNe], (47,2%), embora o percentual de clíticos fosse pouco maior que nas outras modalidades (11,4%). Considerando o estilo, os resultados demonstraram que, proporcionalmente à faixa etária e nível de escolaridade, na fala mais formal, cresceu a ocorrência de clíticos (31,1%), decresceu o uso de pronomes lexicais (2,2%), de SNs anafóricos (51,1%) e de objeto nulo (15,6%).

Após as entrevistas, através das quais a autora também coletou dados, submeteu seus informantes a um conjunto de perguntas para as quais pediu resposta completa, objetivando comparar a primeira produção com uma segunda, resultado de situação mais formal. Duarte previu perguntas pelas quais pudesse receber respostas em que ocorressem objetos diretos anafóricos, em estruturas que variavam desde as mais simples (SVO) até as mais complexas (SN + S), como em:

(46) *Quando você viu o Mário pela última vez?*

(47) *O que você acha do Mário?*

(48) *O que você viu o ladrão fazendo?*

Submeteu pelo menos três informantes de cada grupo ao teste e constatou que os informantes jovens e o grupo mais velho com primeiro grau apresentaram comportamento semelhante, independentemente do tipo de situação de fala. Nos demais grupos com primeiro grau, caiu ou desapareceu o uso do clítico e diminuiu o uso do pronome lexical na produção mais formal. Para os grupos com segundo e terceiro graus, aumentou significativamente o número de ocorrências de clítico e reduziu-se o uso do pronome lexical nas respostas às perguntas, o que, de acordo com a autora, “possibilita verificar que os informantes destes grupos têm consciência do prestígio da primeira forma em relação à segunda”. O uso da categoria vazia predominou na situação de teste, sobre as outras estratégias na fala dos informantes, menos na daqueles que tinham o terceiro grau e na dos mais velhos com segundo grau, que deram preferência aos SNs lexicais. O clítico, então, longe de ser uma estratégia usual, mesmo em situações mais formais, nos dados da pesquisa de Duarte, teve seu uso superado pelo dos SNs, mesmo pelos informantes com terceiro grau.

Duarte (1986, p. 56), comprovou que os fatores sociais – escolaridade e idade – interagem com os condicionamentos lingüísticos. Para o informante mais velho com nível de escolaridade mais alto, o uso da categoria vazia com o traço [+animado] foi comum, não só em estruturas simples, mas também em complexas, como se vê no exemplo (49), enquanto o informante com nível de escolaridade mais baixo, independentemente da faixa etária, preferiu o preenchimento, conforme o exemplo (50):

(49) (...) *Mas ele é muito medroso. Quem já tentou matar (e) foi o empregado da Porcina (...).*

(50) *Ele já ia embora. Aí o fiscal falou: “Segura ele. Não deixa ele ir embora. Aí nós cercamos ele e trouxemos ele de volta.*

A estratégia preferida na fala natural, considerando-se o conjunto de informantes, segundo a autora, é a categoria vazia (63,3%), seguida pelo uso do pronome lexical (17,8%), do SN lexical (14,5%) e, finalmente, pelo uso do clítico (4,7%). Como tanto os jovens como os mais velhos com primeiro grau não usaram o clítico, reforçou-se a relevância do fator escolaridade para a realização das variantes.

Tomando-se a fala natural das entrevistas com informantes e a fala oriunda das novelas e comparando-as com a fala mais formal das entrevistas com informantes e a fala das entrevistas de TV, Duarte concluiu que não é o clítico que distingue os dois estilos, mas o uso do pronome lexical.

Ao aplicar, aos informantes, testes de avaliação da variável, a autora verificou que a noção de variante estigmatizada recaía sobre o uso do clítico em contextos informais e sobre o uso do pronome lexical em contextos formais. A categoria vazia, entretanto, passou despercebida, imune a críticas dos informantes na maior parte das construções apresentadas.

Em um artigo publicado posteriormente, Duarte (1989, p. 29) assegura que

a escola é um instrumento que municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico e esse fator, associado à idade, é relevante na realização desta variante. Mas fica também claro que, mesmo habilitado a usá-la, o falante o faz de modo parcimonioso, buscando formas substitutivas, como SNs e [SNe].

Ao final desse artigo, afirma que a pesquisa sociolingüística pode fornecer à escola elementos indispensáveis à formulação de programas de ensino eficazes e realistas, no caso de a instituição desejar permitir o acesso dos alunos à norma culta e garantir-lhes o domínio de diferentes estilos.

### 1.2.3 O objeto direto nulo no Português do Brasil

Corrêa (1991) desenvolveu um estudo variacionista servindo-se dos princípios e categorias gramaticais gerativistas, no qual descreveu a aquisição do objeto nulo no PB. Segundo a autora, crianças com cerca de dois anos produzem a maioria de frases de verbo transitivo com objeto nulo; em contraposição, na fala dos adultos com escolaridade de terceiro grau, os objetos nulos são raros, estando praticamente ausentes na escrita culta. Essa pesquisa importa aos propósitos da pesquisa que aqui se relata, pois, no bojo do estudo que a autora faz sobre a aquisição do objeto nulo, são apresentadas informações a respeito da aquisição e uso do objeto direto pronominal pressuposto.

Na resenha da pesquisa de Corrêa, que adiante se apresenta, reproduzem-se detalhadamente apenas as conclusões a que a autora chega a respeito do fenômeno que interessa a esta pesquisa.

O *corpus* da pesquisa de Corrêa foi constituído por textos orais e escritos, coletados em uma única escola da rede de ensino oficial, tendo em vista que, segundo a autora, “classes sociais não são relevantes para a descrição do objeto nulo” (CORRÊA, 1991, p. 45). Os textos foram produzidos após a apresentação de uma peça teatral em que um grupo de alunos representou, para colegas da primeira à oitava série, um roubo em uma lanchonete, servindo-se apenas de gestos, sem usar palavras, para não influenciar a produção dos dados. Logo após a encenação, cinco voluntários de cada série narraram a cena oralmente e, depois, por escrito. Cinco voluntários com terceiro grau completo fizeram o mesmo e cinco adultos não-escolarizados contaram oralmente a história, a fim de exercerem o papel de controladores dos efeitos da escola. O *corpus*, então, foi constituído por cinquenta transcrições de narrativas orais e quarenta e cinco redações.

A variável dependente envolveu a ocorrência de objeto nulo, em contraposição ao elemento não nulo, como nos exemplos abaixo, criados por Corrêa (1991, p. 49).

(51) *Pegaram a carteira e colocaram (0) na mesa*

(52) *Pegaram a carteira e colocaram ela na mesa*

(53) *Pegaram a carteira e a colocaram na mesa*

(54) *Pegaram a carteira, colocaram a carteira na mesa e...*

Pela análise, foram definidos nove fatores condicionantes das ocorrências de objeto nulo:

1. tipos de objeto nulo: anafórico, catafórico, de referência arbitrária; referência exofórica;
2. marcas de concordância no plural do verbo transitivo: [+ plural]; [-plural]; reduzida do sufixo de plural; hipercorreção (plural pelo singular);
3. lugar do antecedente: na posição de tópico; na oração adverbial; na oração principal; no discurso; fora do discurso; em oração coordenada;
4. acúmulo ou não de funções pelo objeto direto: só objeto (sem acúmulo); objeto mais outra função (sujeito de “small clause”);
5. traço de animacidade do antecedente do objeto anafórico:[+humano]; [+inanimado];
6. tipo de oração que contém o objeto direto nulo: independente (absoluta); coordenada; adverbial; adjetiva; substantiva; principal.
7. contexto posterior: objeto no final da oração; próclise com verbo final; [+predicado de “small clause”]; [+SP] objeto indireto- OI, complemento nominal - CN; [+advérbio ou SP] que não fossem “small clause”, OI ou CN;[+oração sem tempo];
8. correspondência entre a função do objeto e a do seu co-referente: mesma função; funções diferentes.
9. escolaridade e tipo de texto (para ter uma visão mais nítida da evolução, os textos das séries foram agrupados de duas em duas séries): primeira e segunda; terceira e quarta; quinta e sexta; sétima e oitava; terceiro grau; não-escolarizados.

Corrêa (1991) verificou, então, que o objeto direto em primeira menção é abundante nas produções (63%), mas menos freqüente quando pressuposto<sup>24</sup>: 37%.

<sup>24</sup> Corrêa chama esse objeto de “objeto pressuposto” (p.56) e o separa dos objetos de primeira menção. Em primeira menção, ela elenca os SNs típicos, como nomes com determinantes; orações, pronomes demonstrativos seguidos de oração e até determinantes sem núcleo.

Quando o objeto direto é uma informação dada, aparece nos dados de Corrêa (1991, p. 55), na seguinte proporção:

- a) objeto nulo: 22,3%
- b) pronome lexical: 5,3%
- c) SN: 3,6%
- d) clítico (gramatical): 3,0%
- e) clítico (hipercorrigido): 0,4%
- f) outros: 2,4%

O objeto direto aparece preferencialmente no final de sentenças, na forma de expressões cristalizadas pelo uso, orações, pronomes seguidos de oração e, principalmente, na forma de sintagmas nominais. O objeto direto pressuposto ocorre como clítico, como SN anafórico, como pronome lexical ou como objeto nulo endofórico.

A aquisição do clítico e o preenchimento do objeto nulo, de acordo com Corrêa, são acompanhados pela aquisição do traço, redundante, de [+ número], redundante, da concordância verbal. O preenchimento do objeto direto nulo é progressivo, assim como o uso da concordância e do clítico, tanto nos textos orais como nos escritos.

Com relação ao traço semântico do antecedente do objeto, a pesquisadora verificou que o objeto nulo é preferencialmente co-referente de antecedente com traço [-animado]: 73% dos casos para antecedente inanimado e 31% para antecedente com traço [+humano].

Segundo Corrêa (1991) há, ainda, correlação entre a função sintática do antecedente e a do objeto nulo, de tal modo que, quando o antecedente do objeto pressuposto é um objeto direto, em 80% dos casos, o objeto é nulo e em apenas 29% dos casos de antecedente com outra função o objeto é nulo.

Considerando-se a distribuição das ocorrências de tipos de objeto direto apresentada pela autora, observa-se que, em textos orais, o clítico começou a aparecer na quinta e na sexta séries e esteve ausente no texto dos adultos não-

escolarizados. Esse fenômeno evidenciou-se também na pesquisa de Duarte (1986), revisada anteriormente.

Os resultados constantes no estudo de Corrêa (1991, p. 49) em relação ao uso do clítico como variante do objeto direto indicam que os clíticos gramaticais, isto é, empregados corretamente, de acordo com a gramática normativa, como no exemplo apresentado pela pesquisadora e transcrito abaixo, são pouco freqüentes: constituíram apenas 0,5% do total das ocorrências de objeto pressuposto do *corpus*. Na quinta e sexta séries, apareceram em 0,7%, na sétima e oitava séries, em 0,4% e, no terceiro grau, em 3% do total.

(55) *Levou-o até as moças para...*

Nos textos orais, a variante mais freqüente foi o objeto nulo, que decresceu a partir da primeira série: 38,9%, para representar 28,6% na terceira e na quarta séries, 24,4% na quinta e sexta séries, mantendo-se mais ou menos estável nas demais séries do primeiro grau e apresentando uma queda mais intensa no terceiro grau: 12,4%. O uso do pronome lexical foi a segunda variante na preferência do primeiro grau, mas quase inexistente na preferência do terceiro grau: 1,3%, cujos informantes preferiram o SN anafórico (3,1%). Já os adultos não-escolarizados seguiram a média dos alunos de primeiro grau, servindo-se do objeto nulo como os alunos de quarta e quinta séries (26,5%) e do pronome lexical, como os de primeira e segunda séries (10,2%).

Corrêa (1991) sintetizou esses resultados afirmando, à semelhança de Duarte (1986), que o objeto direto nulo foi a forma menos marcada de objeto pressuposto na fala de informantes de todos os níveis de escolaridade: 27,0%, com pequena concorrência do clítico: 0,5% e do SN anafórico: 3,1%, nas séries mais adiantadas. Esses resultados, de acordo com Corrêa, comprovam “que o Português Brasileiro é uma língua voltada para o discurso, pois a recuperação do sentido desse objeto dá-se através de elementos de fora da sentença” (CORRÊA, 1991, p.57).

Os clíticos não-gramaticais, hipercorrigidos, isto é, empregados erroneamente, de acordo com a gramática normativa, como no exemplo apresentado pela pesquisadora e transcrito abaixo (CORRÊA, 1991, p. 56), apareceram em textos orais na quinta e sexta séries, com um percentual de 0,4% - mesmas séries em que ocorreu pela primeira vez o clítico gramatical -, mas não



ocorreram nas outras séries, sequer nos textos dos adultos não-escolarizados. Esse fenômeno denota que realmente o clítico acusativo co-referencial com outro SN no período é adquirido na escola, durante o Ensino Fundamental. Indica, também, que, como em todo processo de aquisição de fenômenos da linguagem, é natural ocorrer um período de hipercorreção, a partir do qual o fenômeno evolui para uma estabilização imposta pelo uso.

(56) ... *para o identificá-lo*.

Na análise dos textos escritos (CORRÊA, 1991), pôde-se ver o decréscimo no uso de objeto nulo, que caiu de 27,7% nas séries iniciais do primeiro grau, para 14% nas finais e para apenas 2% no terceiro grau. O pronome lexical pleno, em contrapartida, desapareceu na escrita culta e os SNs anafóricos tiveram uso reduzido de 16,9% entre informantes de primeira e segunda séries, para 5,3% nos textos de informantes de terceira e quarta séries, 4,1% nos textos de informantes de quinta e sexta séries, 1,4% nos textos de informantes de sétima e oitava séries e apareceram nos textos de informantes com terceiro grau em um percentual de apenas 1,0%.

Os clíticos gramaticais foram valorizados no texto escrito, produção em que cresceram em número de ocorrências, como se vê a seguir:

- a) terceira e quarta séries: 2,7%;
- b) quinta e sexta séries: 5,5%;
- c) sétima e oitava séries: 8,0%;
- d) terceiro grau: 18%.

Com relação ao uso dos clíticos, é interessante observar que também o uso de clíticos hipercorrigidos começou na terceira e quarta séries (0,9%), subiu na quinta e sexta séries (2,3%), voltando a decrescer na sétima e oitava séries (0,9%), e não ocorreu em textos do terceiro grau.

Corrêa (1991, p. 58) observou, sobre isso:

Fato muito interessante é o aparecimento, na escrita, do clítico usado incorretamente. Ele surgiu na terceira e quarta séries com uma ocorrência apenas; na quinta e sexta séries surgem mais cinco casos e, nas séries finais, dois casos. Esse fato nos leva a acreditar que o clítico não é "natural" no PB, é "aprendido". Quando a criança o nota, tenta empregá-lo, mas, às vezes, o faz incorretamente. O aumento dos erros corresponde a tentativas

mais freqüentes de emprego do clítico. Como ele começa a fazer parte do vocabulário passivo da criança, ela tenta usá-lo na escrita, onde ele é mais empregado, e nem sempre acerta. No terceiro grau já se adquiriu a habilidade de usá-lo. Acaba grande parte da resistência contra seu uso, passando ele a ser empregado com naturalidade, enquanto o objeto nulo e os SNs anafóricos permanecem apenas como um resíduo das fases anteriores<sup>25</sup>.

A pesquisadora concluiu que o clítico acusativo tem na língua escrita culta seu contexto favorito, já que não aparece nas produções dos mais jovens, nem nas dos adultos não-escolarizados, demonstrando que o fenômeno é aprendido na escola. Essa aprendizagem, segundo a autora, coincide com a aquisição da concordância (pluralidade redundante). Concluiu, também, que há correlação entre a função sintática do co-referente e a do objeto nulo, de modo que, quando o referente é também um objeto direto, há maior ocorrência de não preenchimento em 80% dos casos, sem diferença significativa entre o comportamento de crianças e o comportamento de adultos escolarizados.

Com relação à avaliação sobre o uso dos pronomes com função de objeto, Corrêa afirmou que a relutância no uso do clítico na fala é comparável à que se dá em relação ao uso do pronome pleno na escrita culta.

Segundo a autora,

o uso residual, após anos de treinamento escolar, do objeto nulo, mesmo na fala culta nos leva a entender que o uso do clítico e o preenchimento do objeto nulo são comportamentos adquiridos com a aprendizagem da língua culta, no PB, e que a gramática do mesmo tem uma estrutura capaz de conter todas essas opções, sendo mais ampla que a do PE e das línguas românicas em geral, sendo o objeto nulo uma forma não-marcada de objeto referencial. (CORRÊA, 1991, p. 80).

O estudo de Corrêa (1991) finaliza com a retomada da pergunta que ela fez inicialmente sobre a possibilidade de ter havido uma refixação de parâmetro<sup>26</sup> na aquisição do objeto preenchido e com a discussão das hipóteses sobre a aquisição da linguagem pela criança: da continuidade e da maturação<sup>27</sup>. A autora, então,

<sup>25</sup> Os grifos são de Corrêa.

<sup>26</sup> ROBERTS, Ian (1993) apud GALVES, C. (1995, p 144) propõe uma distinção entre as noções de reanálise e mudança paramétrica baseada na dicotomia estabelecida por Chomsky (1985, 1988) entre Língua-E(externa), conjunto de enunciados produzidos por uma comunidade lingüística, e Língua-I(interna), saber interiorizado pelos falantes. Segundo o autor, a reanálise reflete a relação entre a Língua-E dos pais e a Língua-I dos filhos, enquanto a mudança paramétrica define a relação de uma gramática com a outra, ou seja, põe em relação duas Línguas-I.

<sup>27</sup> Na nota 8, apresentaram-se as duas versões da aquisição: maturação e continuidade, segundo KATTO (1999, p. 13).

acrescentou que os resultados obtidos em sua pesquisa podem ser relacionados com o que se convencionou chamar de diglossia<sup>28</sup>.

#### 1.2.4 O clítico acusativo em uma abordagem diacrônica

Dentre os estudos diacrônicos sobre a sintaxe do Português Brasileiro, a ordem dos constituintes na sentença e a reorganização do sistema pronominal do PB são as questões que têm recebido mais atenção por parte dos pesquisadores. Muitos deles trazem informações pertinentes ao nosso trabalho, por isso, a seguir, fazemos uma breve apresentação das conclusões de Berlinck (1989), Decat (1989), Tarallo (1991), Cyrino (1996), Pagotto (1996) e Nunes (1996), apenas no que se refere às menções feitas ao uso do clítico acusativo como variante de objeto direto pressuposto.

##### 1.2.4.1 A diminuição de frequência do clítico e sua relação com a ordem dos elementos na sentença

Berlinck, em sua dissertação de mestrado (1988), estudou a ordem V SN no PB sincrônica e diacronicamente. Em seu trabalho, os clíticos acusativos foram colocados em realce, pois o desaparecimento desses pronomes na fala é associado ao enrijecimento da ordem SN V da sentença.

A autora trabalhou com dois *corpus*: o sincrônico, que foi constituído a partir de gravações de conversas com 20 jovens, de 20 e 30 anos, naturais de Curitiba, todos de nível universitário; o *corpus* diacrônico, que foi composto por cartas de cunho pessoal, de três períodos: século XVIII (1750), século XIX (1850) e século XX (1987).

Na descrição que fez, demonstrou que a frequência de V SN, quando a estrutura contém verbo transitivo direto, cai de 34% no século XVIII para 21% no

---

<sup>28</sup> Diglossia é “o uso de duas línguas ou de duas variedades lingüísticas dentro de uma mesma comunidade lingüística, cada uma delas detentora de um *status* social determinado, o que lhe garante um conjunto específico de usos”, segundo CALVET (2002, p. 167).

século XIX e 3% no século XX. Ela associou esse fenômeno ao grau de possível ambigüidade da construção V SN, uma vez que os verbos com mais de um argumento podem permitir que o SN que lhe está posposto e a que deve ser atribuída a função de sujeito possa ser interpretado como objeto. Isso lhe pareceu estar relacionado à mudança nas estratégias de pronominalização que sofreu o PB, uma vez que houve acentuado decréscimo na retenção pronominal em objetos diretos. E, se o objeto, especialmente o anafórico, é apagado, como se vê no exemplo abaixo<sup>29</sup>, o SN posposto ao verbo facilmente poderia ser interpretado como objeto. Esse fenômeno já era ressaltado por Omena (1978), conforme mencionou-se em 1. 2.1.

(57) *Um professor e um aluno encomendaram o “Curso de Lingüística Geral”, mas a livraria só trouxe um exemplar. Então, comprou (0) o professor.*

A necessidade de manter o padrão SN V em estruturas que não sejam monoargumentais associa-se, então, à situação do sistema pronominal acusativo da língua. Reduzida a freqüência de retenção pronominal do objeto, a ordem V SN decresce com verbos transitivos diretos e com bitransitivos ao longo dos períodos analisados, chegando a apenas 3% com transitivos diretos e a nenhuma ocorrência com bitransitivos no *corpus* sincrônico. Além disso, os clíticos passam a ocorrer na posição proclítica ao verbo, o que não é sempre possível para os clíticos acusativos, que não ocorrem, por exemplo, no início de sentença, mas é facultado aos demais clíticos, como se vê nos exemplos abaixo, que criamos para ilustrar o fenômeno<sup>30</sup>:

(58) *Perdi meu livro. O acharam dias depois.*

(59) *Me trouxeram uma cópia do livro.*

Relacionando a ordem dos elementos na sentença à redução na freqüência dos clíticos acusativos, a autora afirma a noção de encaixamento lingüístico, segundo a qual, “todo fenômeno está encaixado em uma matriz e [...] as mudanças em um ponto dessa estrutura terão conseqüências sobre os demais” (BERLINCK, 1989, p.109), isto é, nenhuma mudança pontual ocorre em dada língua, sem que se tenham produzido outras mudanças. Para a autora, foi o decréscimo da

<sup>29</sup> O exemplo foi criado por esta pesquisadora para ilustração do fenômeno.

<sup>30</sup> Minha intuição de falante nativa do PB leva-me a rejeitar a construção do exemplo (58), enquanto a construção do exemplo (59) parece-me natural. Existe, inclusive, a letra da música de uma

produtividade do sistema pronominal acusativo que motivou a diminuição da frequência de V SN com verbos transitivos e o paralelo enrijecimento da ordem em SN V em tais casos.

#### 1.2.4.2 O preenchimento do objeto em cinco tempos

Nesta seção, apresentamos resumidamente as conclusões dos estudos de Tarallo (1991), sobre a emergência de uma gramática brasileira; de Decat (1989), sobre as construções de tópico à luz do encaixamento no sistema pronominal; de Cyrino (1996), sobre objeto nulo e clíticos no PB; de Pagotto (1996), sobre clíticos, mudança e seleção natural; e de Nunes (1996), sobre direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto no PB.

#### 1.2.4.3 Diagnosticando uma gramática brasileira

Tarallo (TARALLO In: ROBERTS; KATO, 1996, p. 69-105.) descreveu quatro mudanças sintáticas por que passou o PB entre 1725 e 1981, ou seja, ao longo de 256 anos, durante os quais o PB afastou-se do PE: (1) a reorganização do sistema pronominal; (2) a mudança sintática nas estratégias de relativização como decorrência da mudança no sistema pronominal; (3) a reorganização dos padrões sentenciais básicos, em que se ressalta o enrijecimento da ordem SVO e do princípio de adjacência na marcação do acusativo e, finalmente, (4) a mudança nos padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas. A partir dessas mudanças, o autor apresentou o argumento de que “a variedade portuguesa falada no Brasil já desenvolveu um número de traços sintáticos discerníveis o suficiente para possibilitar uma descrição de seu sistema no sentido de uma gramática brasileira” (TARALLO, 1991, p. 71).

O autor empreendeu a pesquisa, inserida no paradigma quantitativo, servindo-se do aparato analítico sociolingüístico, mas com motivação teórica para o

estudo das variáveis derivada do modelo gerativo. Contempla, então, somente o dado lingüístico das variáveis estudadas, atendo-se ao problema da origem da mudança, e não da propagação, a fim de responder às questões referentes às restrições e ao encaixamento lingüístico.

O *corpus* do pesquisador foi constituído por dados extraídos de cartas, diários e peças teatrais de autores brasileiros. Para fins de análise, o autor dividiu o período de 1725 a 1981 em cinco tempos: 1725, 1775, 1825 e 1880 e 1981.

Tarallo ocupou-se, inicialmente, da diferenciação dialetal entre PB e PE decorrente de objetos nulos e sujeitos lexicais, afirmando que um importante fato do moderno PB é a pronominalização do sujeito e a alta freqüência de anáfora zero na posição de objeto, como se pode ver no exemplo abaixo, que é um segmento extraído de entrevista com paulistanos e constitui ocorrência do *corpus* identificado por Tarallo como *corpus* de 1981:

(60) ***Eu** não sei como as pessoas conseguem ouvir o João no telefone. Às vezes **eu** estou do lado **dele** e não estou escutando (0). Parece que **ele** não está falando.*

Na análise que faz, Tarallo salienta a inversão repentina entre a pronominalização de sujeitos e de outros argumentos, que se acentua no século XIX e continua até o presente século. Em seus dados, aparece uma dramática redução dos objetos pronominais, em cláusulas matrizes, como se pode ver na reprodução que deles fazemos a seguir (sem mencionar os resultados para outros elementos, por não serem pertinentes aos propósitos do nosso trabalho):

- a) 1725: 89,2%;
- b) 1775: 96,2%;
- c) 1825: 83,7%;
- d) 1875: 60,2%;
- e) 1981: 18,2%.

No *corpus* sincrônico, de 1981, aparece uma retenção pronominal de 79,4% do sujeito, 40,8% do objeto indireto, 36,1% do oblíquo, 79,3% do genitivo e apenas 18,2% do objeto direto. Considerando os dados diacrônicos já expostos, Tarallo salientou que, por volta de 1880, acontece uma mudança no sistema pronominal do

PB e, que, como parte dela, os clíticos caem em desuso. A regra de apagamento pronominal, até ali apenas aplicável a sujeitos e variavelmente, mas menos freqüentemente a objetos, começa a afetar as posições sintáticas mais baixas, como a dos sintagmas preposicionados. A reversão do sistema pronominal abriu, então, espaço para sujeitos lexicais e objetos nulos. A relativa cortadora surgiu no sistema brasileiro a partir da mudança sintática nas estratégias de pronominalização, ao mesmo tempo em que decresceu a ordem VS, em função da tendência crescente de ocorrência de objetos nulos transformar a transitividade do verbo em obstáculo à ordem VS<sup>31</sup>.

Analisando quantitativamente os dados na perspectiva das outras três mudanças mencionadas, o pesquisador demonstrou que

cada mudança se encontra relacionada a outra e [...] cria as condições lingüísticas corretas e necessárias para que as outras se efetivem. Isso não significa, entretanto, que todos os processos de mudança são previsíveis: isto somente confirma nosso pressuposto inicial de que elas formam uma espécie de cadeia de fenômenos de mudança. (TARALLO, 1991, p. 99).

Tarallo concluiu que a possibilidade de objeto nulo é uma das importantes evidências de uma gramática do PB, que vem se distanciando do PE, marcando o primeiro como mais orientado para o discurso, e, o segundo, como mais orientado para a sentença. Ao mesmo tempo, assegurou que a rigidez da língua escrita padrão tem mantido os dois dialetos muito próximos.

#### 1.2.4.4 Relação entre as construções de tópico e a questão dos clíticos

Decat (1989, p. 114) relatou pesquisa sobre as construções de tópico em Português, em uma abordagem diacrônica, à luz do encaixamento no sistema pronominal. Em seu estudo, usou como referencial a perspectiva teórica gerativista subjacente à visão de Lightfoot (1979) a fim de “detectar as pressões estruturais que levaram as construções de tópico, em sua trajetória através de momentos anteriores do português, a serem, em alguns casos ‘reanalisadas’ como sujeito da sentença em que aparecem”. Aliou a esta as abordagens de Weinrich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1982) para o encaixamento lingüístico da mudança, procurando explicá-la

---

<sup>31</sup> As conclusões de Tarallo estão baseadas na pesquisa de Berlinck (1989), que está resenhada a

com base em princípios da própria gramática e propondo uma “leitura parametrizada dos fatores condicionadores detectados no ambiente lingüístico do encaixamento da mudança”.

A pesquisadora traçou a história das construções de tópico em cinco períodos de tempo: 1725; 1768-69; 1824-50; 1862-98; 1906-47 e comparou essas construções com a forma como se apresentavam no PB na década de 1980. Seus dados são oriundos de cartas e diários daqueles cinco períodos e, em sua análise, os clíticos são mencionados como parte da mudança que estabelece novas regras para o PB.

Na análise que faz, Decat relaciona a mudança nas estruturas de tópico à queda na ocorrência de clíticos e à questão da ordem dos constituintes na sentença. Segundo a autora, uma das forças internas condicionadoras de construções de tópico está relacionada à presença de clíticos como co-referentes dessas construções, como se vê nos exemplos abaixo, extraídos de Decat:

(61) *e chamando o Menistro, e a meza a minha prezca, aquem intimey a da ordem umildemente a respeitarão...* (ocorrência dos dados de 1725).

(62) *As fortalezas todas achei (0) muito bem reedificadas* (ocorrência dos dados de 1768)

(63) *Êste país o achei com pouco mais adiantamento que aquêle que lhe estabeleceu Pedro Álvares Cabral quando fêz a descoberta desta conquista...* (ocorrência dos dados de 1768)

(64) *Minha vida passo-a aqui numa rêde* (ocorrência dos dados de 1863)

A presença de clíticos como co-referentes nos dados diacrônicos opõe-se à eliminação desse pronome nos dados sincrônicos, onde se encontram ora a anáfora zero, ora a substituição do clítico por pronome pessoal reto, como se vê nos exemplos abaixo, que Decat compilou de Pontes (1987, p. 57-78):

(65) *Esse, mudei (0) de lugar.*

(66) *Esse buraco, menina, taparam **ele** outro dia.*

Decat (1989) salienta que essa diferença entre os dados diacrônicos e os dados do português atual pode ser indício de uma mudança nas construções de



tópico, produzidas, por sua vez, como consequência de mudança no sistema de clíticos. Na tentativa de explicar o fenômeno, apresenta dados referentes à diminuição de clíticos nas sentenças em geral ao longo do período estudado:

- a) primeira metade do século XVIII: 33,0%;
- b) segunda metade do século XVIII: 26,5%;
- c) primeira metade do século XIX: 27,0%;
- d) segunda metade do século XIX: 18,5%;
- e) primeira metade do século XX: 20,0%

Paralelamente, evidencia-se, na análise, uma queda na ocorrência de co-referentes com construções de tópico, de 60,0% na primeira metade do século XVIII a 33,3% na primeira metade do século XX. Segundo Decat (1989, p. 122), “essa queda na frequência da co-referência reflete-se, principalmente, na supressão paulatina dos clíticos nas sentenças em geral, nos textos dos diversos períodos examinados”.

Entretanto, quando analisa apenas as sentenças em que a co-referência se dá entre clíticos e tópicos-complemento, Decat verifica que a situação se inverte, revelando um aumento da ocorrência de clíticos que chega a ser categórico nos dados da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, como se vê a seguir:

- a) primeira metade do século XVIII: 66,6%;
- b) segunda metade do século XVIII: 75,0%;
- c) primeira metade do século XIX: 85,7%;
- d) segunda metade do século XIX: 100,0%;
- e) primeira metade do século XX: 100,0%.

A partir desses resultados, apresentou “duas possíveis conclusões”: a primeira, que se pode verificar nos dados do Português atual, é “a da tendência da língua a perder o sistema de clíticos, suprimindo-os e substituindo-os pelos pronomes tônicos”, conforme os exemplos (65) e (66), já apresentados. A segunda é de que as construções de tópico “funcionam como ‘gatilho’ desencadeador de co-referência, preferindo, nesse caso, manifestar essa co-referência através de clíticos,

o que pode ser devido à própria natureza dos dados diacrônicos, todos de língua escrita”<sup>32</sup> (DECAT, 1989, p. 123).

Relacionando a mudança na ordem dos constituintes na sentença à ocorrência de clíticos, Decat observa que “naqueles períodos em que ainda era marcante a ocorrência de clíticos em estruturas de tópico-complemento, o português tinha duas ordens dominantes – SOV e SVO – que se alternavam por força da presença de clíticos ou de objetos nominais”. O desaparecimento ou substituição do clítico pelo pronome pessoal reto configurou uma ordem intermediária – Tópico/Verbo/Objeto – antes de a ordem se enquadrar na tipologia SVO, resultado de mudança lingüística, a se considerar a ordem SOV, característica do latim clássico. Segundo a pesquisadora, uma das possíveis condições para a configuração das construções de tópico que existem no português atual é a mudança no sistema de clíticos.

Essa mudança no sistema, de acordo com Decat (1989, p. 130),

passou pelo enfraquecimento da morfologia de caso, que deu origem ao desaparecimento dos clíticos e a sua substituição por pronomes tônicos (retos). Não podendo mais contar com esses elementos visibilizadores de funções temáticas, o sistema se reorganizou de modo a que a reinterpretação das categorias fosse feita de acordo com a ordem dos constituintes, a qual fornecerá a marcação de função sintática [...]. Assim, a mudança no sistema geral da língua – o da ordenação de constituintes – dando origem à reinterpretação das construções de tópico, o que significa que se pode pensar a motivação da reanálise como causa interna, distribucional.

A autora, assim como Berlinck (1988), Corrêa (1991) e Duarte (1986), cujos trabalhos estão resenhados neste capítulo, relaciona o enrijecimento da ordem SV da sentença com o enfraquecimento do sistema de casos na língua, de que decorre a substituição do clítico por pronome pessoal reto na função de objeto, variante que alterna com a anáfora zero para objeto pronominal.

---

<sup>32</sup> Na apresentação dos dados diacrônicos, Decat (1989, p. 115) justificou a escolha de cartas e diários como corpus por estes serem de natureza mais pessoal, o que acarreta que, mesmo sendo escritos, aproximem-se um pouco mais da oralidade. Em contrapartida, permitem uma possível recuperação dos padrões da língua falada em períodos anteriores ao nosso, ao mesmo tempo em que evidenciam aspectos da língua oral que estão sendo incorporados pela língua escrita de uma determinada época.

#### 1.2.4.5 Objeto nulo, clíticos e a mudança no Português do Brasil

Cyrino (1996) sintetizou os resultados de suas investigações sobre ocorrência de objeto nulo e clíticos no PB, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Os dados com os quais trabalhou são oriundos de peças teatrais brasileiras, uma vez que estas seriam, segundo sua perspectiva, “uma melhor representação do vernáculo” (CYRINO, 1996, p. 166). O ponto de partida de seus estudos foi a observação das diferenças entre o PB e o PE e o referencial teórico foi sociolinguístico variacionista, associado aos postulados da teoria gerativa.

A pesquisadora afirma que, no PE, o objeto nulo pode ocorrer em construções específicas, como no exemplo (67), a seguir, enquanto, no PB, o contexto de ocorrência é muito mais livre. O exemplo (68) não ocorreria em PE, mas não causa estranhamento em PB<sup>33</sup>.

(67) *A Joana viu (0) na TV ontem.*

(68) *Que a IBM venda (0) a particulares surpreende-me.*

Em seu primeiro estudo, Cyrino (1990) observou um aumento na ocorrência do objeto nulo, como se vê a seguir:

- a) primeira metade do século XVIII: 14,2%;
- b) primeira metade do século XIX: 41,6%;
- c) segunda metade do século XIX: 23,2%;
- d) primeira metade do século XX: 69,5%;
- e) segunda metade do século XX: 81,1%.

A autora constatou que a partir do século XIX começam a ocorrer objetos nulos em contextos em que, antes, não apareciam, como no exemplo abaixo<sup>34</sup>, relacionando esse fato à perda concomitante do clítico de terceira pessoa no PB e ao aparecimento nos dados de pronomes lexicais em posição de objeto.

<sup>33</sup> Os dois exemplos que Cyrino (1996, p. 164) apresenta são oriundos de RAPOSO, Eduardo. On the null object in European Portuguese, In: O. Jaeggli e C. Silva-Corvalan (Eds.). *Studies in Romance Linguistics*, Foris, Dordrecht, 1986.

<sup>34</sup> O exemplo  de objeto nulo em ilha, conforme Cyrino (1996, p. 165).

(69) *Inferno, isso é: se de Dante, não sei, porque não conheço.* (Arthur Azevedo, p. 83).

Em seu segundo estudo, Cyrino (1990-b) investiga a mudança de posição dos clíticos no PB com a finalidade de verificar se ocorreu mudança sintática passível de ser relacionada com a reanálise da categoria vazia em posição de objeto, observando a distribuição dos clíticos quanto à colocação, através do tempo. Aqui não se reproduzem todas as suas conclusões sobre mudanças de posição, por não serem todas pertinentes ao propósito deste trabalho, mas ressaltam-se algumas das informações constantes do trabalho de Cyrino (1996).

Em sua investigação, Cyrino verifica que a posição do clítico em relação ao verbo se altera: os percentuais de ênclise caem à medida que os de próclise ao verbo principal crescem de 0% na primeira metade do século XVII para 100% na segunda metade do século XX, mesmo em contextos julgados impossíveis para o PE. Na primeira metade do século XVIII, encontravam-se sentenças como as dos exemplos (70), (71), (72), mas não se encontravam sentenças como a do exemplo (73), constantes todos em Cyrino (1996, p. 168), que são freqüentes no PB atual:

(70) *João queria falar-lhe.*

(71) *João queria-lhe falar.*

(72) *João lhe queria falar.*

(73) *João queria lhe falar.*

Os dados dessa investigação mostraram que na primeira metade do século XVIII havia 85% de ocorrência de clíticos, contra 17% de objetos nulos. Na primeira metade do século XIX, a ocorrência de clíticos havia caído para 58% contra 42% de sentenças sem o clítico e sem o pronome lexical, crescendo o percentual de objeto nulo.

Em seu terceiro estudo<sup>35</sup>, Cyrino novamente analisa dados oriundos de peças teatrais de autores brasileiros, desta vez especialmente comédias, verificando que, “além do clítico de terceira pessoa ter sido o primeiro a cair, é especificamente

---

<sup>35</sup> CYRINO, S.M.L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo diacrônico.* A referência a esse estudo consta no PB: o objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian.; KATO, Mary. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: uma homenagem a Fernando Tarallo.* 2.ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

o clítico 'o' proposicional o primeiro a ser atingido pela mudança". Em função desse resultado, a autora levanta a hipótese de que a origem do objeto nulo esteja relacionada com a queda desse clítico, isto é, que a reanálise que levou ao objeto nulo do PB poderia estar relacionada às reanálises diacrônicas que levaram à mudança no sistema de clíticos da língua.

#### 1.2.4.6 Clíticos, mudança e seleção natural

Pagotto (1996), investigou o processo de mudança na posição dos clíticos pronominais em PB, relacionando esse processo ao desaparecimento desses pronomes no PB, a partir dos resultados de Pagotto (1992). Seu estudo orientou-se pelo referencial gerativista, por um lado, e pelo variacionista, por outro.

De acordo com o autor, "a posição ocupada pelos clíticos no nível superficial da sentença constitui uma das mais radicais diferenças entre o PB e o PE" (PAGOTTO, 1996, p. 186). No PB a posição mais freqüente do clítico com verbos simples é a próclise, enquanto no PE próclise e ênclise se aplicam de acordo com regras bem definidas, motivo pelo qual os julgamentos de gramaticalidade pelos falantes de PB são diferentes dos de falantes do PE, como se vê nos exemplos abaixo, oriundos de Pagotto (1996, p. 186):

(74) *Maria me viu.* (PB) (\*PE)

(75) *Maria viu-me.* (PE)

No PE, (74) é agramatical; no PB (75) é típica de situações de alta formalidade. Fenômeno da mesma ordem ocorre em relação à colocação dos pronomes em construções que envolvem dois verbos, como se vê nos exemplos de Pagotto, a seguir:

(76) *Maria pode me encontrar hoje.* (PB) (\*PE)

(77) *Maria pode-me encontrar hoje.* (PE)

(78) *Maria pode encontrar-me hoje.* (PE)

Em seu estudo de 1992, sintetizado em Pagotto (1996), o autor investigou a posição dos clíticos no PB a partir do século XVI, servindo-se de dados extraídos de

cartas e documentos oficiais. Nesse estudo, verificou que, do século XVI ao XVIII, os clíticos “permanecem em próclise de uma forma bastante consistente”, em torno de 85% em quase todos os períodos. A próclise ocorre tanto em relação ao primeiro verbo, como se vê no exemplo (79), extraído de Pagotto (1996, p.191) como em relação ao segundo verbo.

(79) ... *afim deque entrando povo, que sem estabelecimento o não quer fazer ...*  
(Documentos históricos do Espírito Santo, primeira metade do século XVIII)

Nos dados do século XIX, entretanto, predomina a ênclise no PB. Para compreender como se chegou à situação atual, em que PB e PE apresentam padrões distintos em relação à colocação dos clíticos, predominando próclise no PB e ênclise no PE, Pagotto (1996, p. 189) propõe que tenha havido mudança no PB, visível apenas “no microscópio da teoria gramatical que trate diferentemente a superfície e níveis mais profundos da sentença”. Busca explicar essa face invisível da mudança, servindo-se do referencial gerativista, o que não reproduzimos aqui, por não ser pertinente aos objetivos desta pesquisa.

Para formular as hipóteses explicativas de seu estudo, Pagotto (1996) salientou a constatação, “mais ou menos patente, de que os clíticos são muito menos usados aqui do que em terras d’além mar”. Segundo o autor, que cita as pesquisas de Duarte (1986) e Corrêa (1991), o percentual de clíticos acusativos de terceira pessoa, no PB, é bastante pequeno. Além disso, a introdução do clítico na gramática de crianças e adolescentes brasileiros se deve à escola, de modo que, só depois de terem contato com o clítico na escola, as crianças passam a utilizá-lo em seus textos escritos.

Observando a face visível da mudança, Pagotto assegura que os clíticos neutros em relação à concordância: *lhe, me, te, se*, ainda estão presentes na gramática do PB, enquanto o clítico *o* que possui mais traços de concordância, parece ter saído do sistema atual de nossa língua.

Para Pagotto (1996) há relação entre a marca de concordância, a posição proclítica, predominante no PB, e o desaparecimento do clítico acusativo na fala do brasileiro. O clítico *o* não pode ocorrer entre dois verbos, conforme se pode observar no exemplo (80), compilado de Pagotto (1996, p. 202), por isso tende a desaparecer, diferentemente dos outros, cuja posição é mais livre, como se viu no exemplo (74).

(80) \* *Maria pode o ver amanhã.*

O autor concluiu que “a posição que teria restado para o clítico em PB atual não seria mais marcada por concordância. Sendo assim, os clíticos passaram por um processo de reanálise, uma luta de vida ou morte pela sobrevivência no sistema” (PAGOTTO, 1996, p. 203).

O autor analisa duas faces da mudança na posição do clítico: a face invisível e a face visível. Não menciona, contudo, o que poderíamos chamar de “face transparente da mudança”, que não é definida em termos linguísticos, mas como um julgamento da realidade. Esta face só pode ser percebida se levarmos em consideração que o documento do século XIX, analisado por Pagotto, foi a Magna Carta, primeiro documento oficial do Brasil redigido pela elite brasileira, que ascendia ao poder e provavelmente preferia se identificar com a nobreza européia a com a população do País. Não é de se estranhar, então, que ali o percentual de pronomes enclíticos seja maior que em documentos do século XVIII, embora atualmente, conforme indicam as pesquisas resenhadas, predomine a próclise, mesmo na escrita culta. É, afinal, a partir do século XIX que a classe hegemônica nacional fixa o padrão de língua para a escrita, seguindo o modelo do PE<sup>36</sup>.

#### 1.2.4.7 Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em PB

Nunes (1996) estuda a direção de cliticização no PB, relacionando-a ao fenômeno da extensão dos contextos em que o objeto nulo é aceito, bem como ao surgimento de pronomes tônicos na posição de objeto no PB.

Em seu trabalho, procura mostrar que “essas características do PB moderno decorrem de uma mudança na direção de cliticização fonológica ocorrida no século passado [século XIX], que impossibilitou o licenciamento da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa” (NUNES, 1996, p. 208). O autor explica que, ao contrário do que se dá nas outras línguas românicas, como se vê nos exemplos a

---

<sup>36</sup> Esta reflexão deriva de observações da Dra. Ana Maria S. Zilles, na palestra *Língua, política e preconceito no Brasil*, proferida em 12 nov. 2003, durante o II Seminário Linguagem, discurso e ensino, no Centro Universitário Ritter dos Reis, em Porto Alegre.

seguir, em PB o clítico acusativo de terceira pessoa parece não ter preservado o // dos demonstrativos latinos, aparentemente tendo perdido o *onset*<sup>37</sup> da sílaba do clítico.

(81) *He compado um libro y lo pasé al profesor.*

(82) *Ho comprato um libro e lo dato al professore.*

(83) *J'ai acheté um livre et je l'ai donné au professeur.*

(84) *Comprei um livro e o entreguei ao professor.*<sup>38</sup>

Para o pesquisador, existem, no entanto, indícios de que, em PB, a sílaba desses clíticos tenha um *onset* subjacente, necessitando ser licenciado, não pelo nóculo da sílaba, mas por outros processos, já que os clíticos podem se superficializar como lo(s), la(s), no(s), na(s) depois de algumas formas verbais, como nos exemplos a seguir.

(85) *Acabei de vê-lo(a).*

(86) *Trouxeram-no (a) aqui.*<sup>39</sup>

Nunes observou que existem diferenças entre o comportamento do pronome em Português antigo e no Português Europeu e Brasileiro modernos. No Português Europeu moderno, a direção de cliticização fonológica é da direita para a esquerda, impedindo a ocorrência de quaisquer clíticos em início de sentenças. Segundo o autor, essa direção é ativada por dois processos específicos. O primeiro prevê a assimilação das terminações em /s/ e /r/ aos traços presentes no *onset* da sílaba do clítico, como em se vê abaixo:

a) ver + o - < vê-lo

b) fizemos + o - < fizemo-lo

O segundo processo, específico dos clíticos acusativos de terceira pessoa, envolve multiassociação do traço [+ nasal] quando o clítico se coloca após uma forma verbal terminada em ditongo nasal, como em:

c) trouxeram + o - < trouxeram-no<sup>40</sup>

<sup>37</sup> *Onset* é o elemento que precede o núcleo da sílaba.

<sup>38</sup> Os exemplos foram criados pela pesquisadora para ilustrar o fenômeno.

<sup>39</sup> Os exemplos foram criados pela pesquisadora para ilustrar o fenômeno.

<sup>40</sup> Os exemplos são de Nunes (1996, p. 209).



Apesar de ser cauteloso em postular direção fonológica de cliticização para uma língua morta, tendo em vista não poder confirmá-la a não ser com dados de documentos escritos, o pesquisador presume que a direção de cliticização em português antigo também era da direita para a esquerda, com o *onset* da sílaba do clítico licenciado de modo similar ao do PE moderno. Não se detalha aqui a discussão que o autor apresenta, por não ser do interesse estrito desta pesquisa.

Em Português antigo, de acordo com Nunes (1996, p. 212), “o *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa já se apresentava enfraquecido. Esporadicamente, porém, podia superficializar-se”, como nos exemplos abaixo<sup>41</sup>:

(87)... *pois lo San Beento preguntou.*

(88)... *pois lo o meni~ ho vio.*

No PB moderno, a direção de cliticização fonológica é da esquerda para a direita, o que permite a ocorrência de clíticos não acusativos de terceira pessoa em início de sentença, embora não se encontrem clíticos acusativos na mesma posição. Em (89), reproduz-se um trecho de conhecida música de propaganda de iogurte para criança, largamente veiculada nos meios de comunicação, que contém o clítico em início de sentença. No Brasil, o público a que se dirige a música não aceitaria, atualmente, o pronome em posição enclítica.

(89) Me dá, me dá, me dá,  
me dá danoninho,  
danoninho dá,  
me dá.

Como tanto no Português antigo, como no PE moderno a direção de cliticização é da direita para a esquerda, com o clítico ocorrendo à esquerda do verbo apenas em circunstâncias definidas, a cliticização da esquerda para a direita apresenta-se como uma inovação do PB moderno.

Nunes realiza um mapeamento da mudança na direção de cliticização fonológica, valendo-se do estudo diacrônico de Cyrino (1990) e conclui que esta se

---

<sup>41</sup> Os exemplos são de MATTOS E SILVA, R. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1990, apud NUNES, 1996, p. 212.

deu no início do século XIX, quando as crianças “adquiriram um sistema de cliticização em que não havia meio de o *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa ser licenciado” (NUNES, 1996, p. 215), pois o *onset* // não ocorre quando os pronomes são proclíticos ao verbo e a direção de cliticização no PB havia se estabelecido como da esquerda para a direita.

Segundo o pesquisador, as crianças do século XIX, expostas aos dados lingüísticos, deveriam ou reanalisar os clíticos como sílabas sem *onset*, reformulando o sistema fonológico, ao introduzirem novas maneiras para licenciar o *onset* da sílaba dos clíticos, ou adquirir uma gramática sem clíticos acusativos de terceira pessoa. Como já se viu nos exemplos (87) e (88), que há casos nos quais o *onset* aparece licenciado, Nunes supôs que as crianças do século XIX tenham adquirido um sistema inovador, em que não constavam os clíticos acusativos de terceira pessoa. “Esse sistema inovador, por sua vez, abriu caminho para duas novas construções que substituíram a antiga construção com clíticos acusativos de terceira pessoa: construções com objetos nulos e construções com pronome tônico na posição de objeto direto”, conforme se verifica nos exemplos abaixo, extraídos de Nunes (1996, p. 216).

(90) *Eu entreguei (0) pro João.(PB) (PE)*

(91) *Eu entreguei **ele** pro João.(PB) (\*PE)*

Nunes reportou-se, então, à pesquisa de Corrêa (1991) para assegurar que a manutenção dos clíticos acusativos de terceira pessoa no PB atual deve-se à ação normativa da escola. Com o exemplo abaixo, Nunes (1996, p. 218) procurou evidenciar o conflito que se estabelece quando a criança está estudando os clítico.

(92) ... *para o identificá-lo.*

De acordo com Nunes, o exemplo mostra “tanto a direção de cliticização da esquerda para a direita já internalizada (*o identificar*), quanto o licenciamento do *onset* da sílaba do clítico (*identificá-lo*), que está sendo aprendido na escola”.

### 1.3 Questões deste trabalho

A revisão dos estudos sincrônicos, procedida neste capítulo, assegura que é válido investigar a influência das variáveis lingüísticas, *tipo de verbo, traço de animacidade do objeto e função sintática do referente do objeto pressuposto* para a realização do objeto direto pronominal pressuposto. Duarte (1986) investigou a realização do objeto direto, tomando como uma das variáveis relevantes a forma verbal. O traço de animacidade e a função sintática do referente do objeto foram variáveis analisadas por Omena (1978), Duarte (1986) e Corrêa (1991) em suas pesquisas.

A atualização do estudo sobre o objeto pronominal pressuposto, que se propõe nesta pesquisa, poderá, então, acrescentar informações relevantes para o conhecimento do tema.

Com relação às variáveis extralingüísticas, a revisão que procedemos assegura que a escolaridade é relevante para a ocorrência das diferentes variantes de objeto direto pronominal pressuposto. Os três estudos sincrônicos que resenhamos, de Omena (1978), Duarte (1986) e Corrêa (1991), apontam correlação entre escolaridade e freqüência de clíticos no texto escrito. Duarte assegura que é a escola que municia os sujeitos para o uso do clítico e Corrêa comprova que o clítico é adquirido ao longo da vida escolar.

A relação entre o uso do clítico e a modalidade escrita é evidente em todos os trabalhos resenhados. Segundo Omena (1978), no texto escrito arcaico houve um percentual considerável de clíticos usados adequadamente em função própria, mas também percentual expressivo de substituição do clítico por pronome reto e por apagamento do objeto. De acordo com a autora, já no período antigo, o apagamento do objeto pressuposto e o pronome reto concorriam com a forma culta do clítico, mais própria do registro escrito.

De acordo com Duarte (1986), a escolaridade revelou-se uma variável pertinente, uma vez que os informantes mais escolarizados se distinguem dos menos escolarizados em termos de preferência por variantes. O mais escolarizado prefere a categoria vazia às demais variantes, enquanto os menos escolarizados preferem o pronome reto de terceira pessoa qualquer outra variante. Na avaliação

dos informantes, o apagamento é despercebido, enquanto o clítico é estigmatizado no registro informal e o pronome pessoal reto de terceira pessoa é estigmatizado no registro formal. O clítico, então, aparece novamente associado ao registro formal e ao texto escrito dos informantes com nível de escolaridade mais alto.

Conforme Corrêa (1991), o objeto nulo é a forma menos marcada de objeto pressuposto em todos os níveis de escolaridade, apesar de, nos textos escritos, o objeto nulo diminuir à medida que cresce a escolaridade. O pronome pessoal reto de terceira pessoa desaparece na escrita culta, enquanto aumenta o percentual de uso de clíticos nos textos do terceiro grau. Nos dados de Corrêa, o percentual de SNs decresce no texto escrito com o aumento da escolaridade, aparecendo junto com o objeto nulo apenas como resíduo das fases anteriores.

O texto escrito escolar produzido por informantes de diferentes níveis de escolaridade configura-se, portanto, como o ambiente mais indicado para se verificar a ocorrência de objeto direto pronominal pressuposto, uma vez que o clítico acusativo, segundo as pesquisas resenhadas, tem aí seu contexto favorito.

Os estudos diacrônicos, por sua vez, concluem que o clítico acusativo de terceira pessoa é cada vez menos freqüente desde o século XIX. Consoante Tarallo (1991), a redução das ocorrências de clítico abre espaço para sujeitos lexicais e objetos nulos. O aumento da ordem SN V decorre desse aumento de objetos nulos, que teriam transformado a transitividade do verbo em obstáculo à ordem V SN. Essa é a mesma conclusão a que chegaram Berlinck (1988) e Decat (1989): quanto menos clíticos, menos V SN e mais SN V com verbos transitivos diretos e bitransitivos.

Segundo Decat (1989), evidenciou-se supressão dos clíticos nas sentenças em geral nos textos dos períodos analisados, mostrando uma tendência de perda do sistema de clíticos, que passam a ser suprimidos ou substituídos pelos pronomes tônicos.

De acordo com Cyrino (1996), no século XIX os pronomes tônicos começam a aparecer na posição de objeto direto em função da perda do clítico. Entre o século XVII e XX diminui a ênclise e aumenta a freqüência de próclise, o que é confirmado pelos estudos de Nunes (1996) e de Pagotto (1996), que versam sobre a direção de cliticização.

A revisão desses estudos indica, então, que a posição do clítico em relação ao verbo no texto escrito escolar é uma variável que merece investigação, pois pode trazer contribuição ao estudo das características do clítico acusativo no PB.

Revisitada a literatura sobre o clítico acusativo co-referencial no PB, no próximo capítulo apresenta-se a metodologia e, no seguinte, a análise dos dados do *corpus* da pesquisa e se vê, então, quanto do percurso dos estudos já empreendidos pode ser confirmado pela análise dos dados emergentes dos textos de escolares produzidos em 2002.

## II - PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA

Desenvolver pesquisa de cunho científico requer a delimitação de um objeto, o apoio de um referencial teórico consistente e uma metodologia que permita observar a realidade empírica e depreender as regularidades na manifestação de um dado fenômeno.

Na Introdução deste trabalho delimitou-se o objeto de estudo, definiu-se o referencial teórico da pesquisa como sendo o da Teoria da Variação, perspectiva sociolingüística laboviana e expuseram-se os objetivos do estudo. No Capítulo I, apresentaram-se alguns dos trabalhos mais importantes desenvolvidos sobre o objeto direto pronominal pressuposto no Português do Brasil e refletiu-se sobre suas conclusões.

Neste capítulo serão expostos os procedimentos para coleta dos dados, definidas as variáveis de estudo e será apresentada a metodologia usada para análise dos dados.

### 2.1 Procedimentos

Os dados foram coletados em quatro escolas: duas de Educação Básica e duas de Ensino Superior, Curso de Letras, durante o mês de setembro de 2002. O segundo semestre letivo foi escolhido como o período para coleta de todos os dados, pois desejava-se que as quatro escolas estivessem na mesma etapa de desenvolvimento dos programas de língua portuguesa. Esperava-se, desse modo, minimizar os efeitos de uma possível diferença entre a distribuição dos conteúdos nos cronogramas da disciplina nessas escolas.

O número de escolas foi fixado em dois de cada nível de ensino, para que se pudesse chegar a algum grau de generalização nas conclusões. Como os resultados representarão um universo maior que o de um grupo de alunos de uma única escola, o risco de serem ocasionais fica reduzido.

As quatro instituições de ensino, às quais os informantes estão vinculados pertencem à rede de ensino privada de Porto Alegre. Essa opção decorre de nosso

cuidado em relação à homogeneização da amostra, apesar de as pesquisas resenhadas não apontarem a classe social como relevante para a descrição do objeto pressuposto. Segue, também, a metodologia usada por Mattoso Câmara Júnior, na década de sessenta, ao analisar textos redigidos por crianças matriculadas em escola da zona sul do Rio de Janeiro, região habitada pela população mais abastada da Cidade, em busca de “erros de escolares”.

Ambas as escolas de Educação Básica estão localizadas na região Sul da Capital e são freqüentadas por um público classe média alta e classe alta. Os dados do Ensino Superior foram coletados em instituições tradicionais na oferta de licenciatura em Letras. Embora, nesse nível de ensino, a matrícula em instituição privada não signifique maior poder aquisitivo, o mesmo procedimento foi mantido, para propiciar homogeneidade a essa amostra.

Os instrumentos de pesquisa são duas propostas de produção de textos, ambas aplicadas a alunos da Educação Básica, oitava série do Ensino Fundamental e terceira série do Ensino Médio e a graduandos em Letras, quarto semestre do curso de Licenciatura. Para que a presença de um indivíduo estranho ao meio dos informantes não interferisse nas produções<sup>42</sup>, as propostas foram aplicadas pelos professores titulares das turmas, em condições normais de aulas de língua portuguesa.

A primeira proposta se constrói a partir do episódio do ataque terrorista às torres gêmeas do *World Trade Center* de *New York*, EUA, ocorrido em 2001, conhecido como “O 11 de Setembro”<sup>43</sup>. Pela formulação da questão, os alunos foram instados a dissertar sobre o tema, ou abordando causas e conseqüências dos atentados, ou manifestando como eles e seu grupo social se sentiram a respeito do ocorrido<sup>44</sup>.

Todos os alunos de uma turma de oitava série do Ensino Fundamental e de uma turma do terceiro ano do Ensino Médio das duas escolas de Educação Básica produziram os dois textos. O mesmo ocorreu em relação ao curso de Letras. A partir do conjunto de textos, foram escolhidos, aleatoriamente, dez textos de cada série,

---

<sup>42</sup> Trata-se de um modo de evitar o “paradoxo do observador”, termo cunhado por Labov para a criação de condições para os dados ocorrerem, evitando, ao mesmo tempo, que sejam artificiais.

<sup>43</sup> O tema foi sugerido pelo Professor Doutor Göz Kaufmann, em conversa informal, preliminar à coleta dos dados, por se tratar de um tema bastante explorado pela mídia, sobre o qual os alunos teriam formado opinião a partir de informações suficientes para dissertar.

de cada escola, observando-se que cinco fossem produzidos por alunos do sexo feminino e cinco por alunos do sexo masculino, a fim, apenas, de que a amostra fosse representativa, uma vez que o gênero não foi considerado, nesta pesquisa, como uma variável. E não o foi porque, nos estudos revisados, não aparece como condicionante da variação entre objeto pronominal realizado e objeto nulo, apesar de o sexo<sup>45</sup> tradicionalmente ser considerado fator condicionante em pesquisas sobre variação.

Dessa forma, coletaram-se vinte textos de alunos da oitava série do Ensino Fundamental, vinte textos de alunos do terceiro ano do Ensino Médio e vinte textos de estudantes do curso de Letras.

Optou-se por levantar os dados em textos dissertativos por duas razões. A primeira delas é porque ambas as escolas de Educação Básica dão ênfase ao preparo de seus alunos para o concurso vestibular, centrando a produção de textos no gênero dissertativo. Os alunos, então, teriam maior familiaridade com a redação desse tipo de texto, o que acarretaria uma produção idêntica às que estavam habituados a realizar em exercícios cotidianos. Isso é bastante importante, nesta pesquisa, já que se deseja verificar a ocorrência do objeto pronominal em textos produzidos em situação normal na escola. A segunda razão é a pretensão desta pesquisa de verificar se, para esse tipo de texto, o clítico acusativo é um recurso relevante, ou seja, se o tipo de texto é uma variável que condiciona o aparecimento desse pronome.

Uma segunda proposta foi formulada e aplicada nas mesmas condições, para que se pudesse comparar a frequência de ocorrência do objeto pronominal pressuposto no texto dissertativo com a possível em um texto narrativo orientado, isto é, um texto narrativo para a produção do qual se criaram condições ideais para a ocorrência do fenômeno. Desse modo, a segunda proposta se constrói a partir de uma história em quadrinhos, com vinte e sete quadros, em que não há diálogos, apenas duas falas. O texto apresenta um episódio narrativo, cuja personagem principal é um gato que tenta fisgar um peixe. Os alunos foram instados a recontar a história por meio de texto verbal.

---

<sup>44</sup> Cópias dos instrumentos estão em apêndice deste trabalho.

<sup>45</sup> Se considerássemos esse tipo de variável, preferiríamos chamá-la de “gênero”, ao invés de “sexo”, pois que acreditamos que a produção verbal de um homossexual tende a se identificar com a do sexo oposto.



Em relação a essa segunda produção, escolheram-se os textos dos sujeitos cujas dissertações já haviam sido selecionadas aleatoriamente, a fim de que a comparação pudesse ser feita entre as ocorrências das duas produções dos mesmos alunos.

Assim, coletaram-se vinte textos de alunos da oitava série do Ensino Fundamental, vinte textos de alunos do terceiro ano do Ensino Médio e vinte textos de estudantes do curso de Letras.

Esse total de 120 textos, sessenta narrações e sessenta dissertações constituem o *corpus* da pesquisa. Os dados foram codificados de modo a identificar pelas letras **J,L,F,R**, as quatro escolas em que os dados foram coletados; pelas letras seguintes, o nível de ensino: **f** (Fundamental), **m** (Médio) e **s** (Superior). As letras **D** e **N** identificam o tipo de texto: dissertação e narração e, os números, o informante. **JfN09**, por exemplo, é o texto narrativo do sujeito número 9, aluno do Ensino Fundamental de uma das escolas de Educação Básica.

## **2.2 Definição operacional das variáveis**

O objetivo desta pesquisa é verificar se o objeto direto pronominal pressuposto – clítico acusativo co-referencial de terceira pessoa – ocorre, ou não, em textos produzidos na escola, considerados os três níveis de ensino. No caso de ocorrer, deseja-se apontar que fatores favorecem ou desfavorecem a sua ocorrência. Dessa forma, definem-se, binariamente, as variáveis do estudo.

### **2.2.1 Variável dependente**

Neste estudo, a variável dependente é o clítico acusativo de terceira pessoa, considerando-se que houve aplicação da regra quando o clítico estiver expresso, ocupando a função de objeto direto pressuposto, como nas seqüências (93) e (94), em oposição ao objeto direto pressuposto não pronominal, em contexto no qual o objeto pronominal seria possível, como em (95) a (101).

O objeto direto pronominal pressuposto realizado aparece nos dados representado por clítico co-referencial de terceira pessoa anafórico:

(93) *Mingau vai até o rio tomar água, Lá ele acha um peixe e ele **o** joga para fora do rio.* (JfN02).

(94) *Dois aviões, sequestrados por muçulmanos e sobre o comando dos mesmos, entraram em colisão com as torres gêmeas do World Trade Center, derrubando-as.*(LmD01).

O objeto direto pressuposto representado por outras categorias, em contextos em que o clítico acusativo seria possível, aparece nos dados em seqüências como as reproduzidas abaixo:

a) objeto direto representado por pronome pessoal reto:

(95) ... *Mingau pisa no canto do prato e seu leitinho voa todo na sua cara, sujando **ele todinho**...* (LmN4).

b) objeto direto representado por pronome pessoal oblíquo átono

(96) *Quando [Mingau] grita por socorro, quem vem **lhe** ajudar é o pequeno peixinho que ele tentava pegar.* (Jmn4).

c) objeto direto lexical: reiteração em contexto no qual poderia ocorrer objeto pronominal

(97) ...*Mingau não desistiu e ficou esperando o peixe voltar. Novamente, Mingau tirou **o peixe** do lago e...* (JfN07).

d) objeto direto lexical: hiponímia em contexto no qual poderia ocorrer objeto pronominal

(98) *Esta tragédia vai ficar marcada para sempre na vida de todos que viram **aquelas cenas horríveis**.* (LmD05).

e) objeto direto anafórico apagado (0) em contexto em que poderia ocorrer objeto direto pronominal

(99) *Toda a nação se uniu para ajudar **(0)** com os estragos<sup>46</sup>...* (LmD19).

---

<sup>46</sup> Reproduziu-se o modo como o informante grafou as palavras, por isso, em lugar de *uniu*, temos, neste exemplo, *uniou*.

No caso da sentença acima, o referente não está expresso; é inferível pelo contexto. Em (08), o antecedente é uma oração e, em (97), é um SN, com função de objeto direto do verbo anterior.

(100) *Paciente, Mingau, tenta novamente tirar o peixe da água e consegue (0).* (JfN14).

(101) *Então eu peguei minha rede de pesca e botei (0) na água.* (JfN05).

Os exemplos recém apresentados distribuem-se pelos tipos de ocorrência de objeto direto co-referencial encontrados nos dados e representam um levantamento prévio, feito para se ter uma visão sobre como o fenômeno aparece nos textos dos escolares.

Preliminarmente à análise dos dados oriundos das redações escolares, analisaram-se também alguns textos não escolares, a fim de se verificar que tipos de ocorrências de objeto direto pressuposto apareciam nesses outros textos. O objetivo era ter uma visão sobre o uso do recurso sintático por sujeitos proficientes em escrita, em situação normal de comunicação. Seguem exemplos de cada tipo detectado:

a) Clítico acusativo de terceira pessoa anafórico, com antecedente expresso:

(102) *Eles me odiavam da mesma maneira que todos os estudantes odeiam quando um professor **os** obriga a ler.* (MEDEIROS, M., 2002).

(103) ... o mérido, [...] atormentado e sobressaltado pelos golpes que ele desferia na cama de metal, olhou-**o** com grande comiseração ... (FONSECA, R., 1994).

(104) E independente de ela ser de CDs, livros ou revistas, é essencial mantê-**la** organizada para não perder tempo ... (REVISTA DO CD-ROM, set.2002, p. 14).

b) Clítico acusativo de terceira pessoa catafórico, com conseqüente expresso:

(105) *Essa é uma forma de incentivá-**lo** a escrever: você já sabe, quem aparece no jornal recebe uma camiseta da Galera da Redação.* (UNIFICADO, 2002).

c) SN lexical pleno:

(106) *É de se observar, ainda, que o distrato só produz efeito para o futuro (ex nunc), ou seja, não produz **efeito retroativo**; ele só se faz necessário se o contrato ainda não tenha sido executado.* (DOWER, Néilson G.B., 2001, p. 30).

d) Objeto nulo (0) com antecedente expresso:

(107) *Odiei o livro e odiei a escritora antes de abrir a primeira página. Tinha 13 anos [...] e não queria ficar em casa lendo (0).* (MEDEIROS, M., 2002).

(108) *... e também do relógio de bolso ordinário que quebrou no primeiro dia que usou (0), e também...* (FONSECA, R., 1994).

(109) *Observemos como os requisitos de uma mesclagem conceptual se fazem presentes: dois domínios ativados, uma situação comunicativa em que se instauram e informações importadas dos domínios para se combinarem – como signos entrelaçados – no espaço mental da mescla. A figura a seguir, sintetiza: (0) [aparece a figura 4 – entrelaçamento de signos na mescla.] (CHIAVEGATTO, In: HENRIQUES; PEREIRA, 2002, p. 120).*

f) objeto nulo (0) com antecedente inferível pelo contexto:

(110) *A surpresa não se esconde só dentro da caixa. A própria caixa, enfeitada com uma rosa natural, revela todo seu carinho e desejo de agradar (0).* (CASA CLÁUDIA, set. 2002, p. 44).

g) pronome tônico de terceira pessoa em estrutura complexa (objeto da oração anterior e sujeito do infinitivo):

(111) *... ele chegando atrasado ao consultório médico [...] e o médico apressado, [...] mandando **ele** tirar o paletó...* (FONSECA, R., 1994).

h) outras categorias gramaticais:

(112) *No nível do universo da sala de aula, o poder do convencimento, a capacidade de produzir adesão e de formar consensos é um atributo fundamental para o educador. Se não alcançarmos **isso** em sala de aula, estamos fracassando na nossa linguagem...* (ALENCAR, In: HENRIQUES; PEREIRA, 2002, p. 170).

Pelos levantamentos prévios, é possível ver que o objeto direto pressuposto em contexto no qual o clítico poderia figurar pode ser representado por um conjunto de categorias. Nesta pesquisa, eliminaram-se dos dados todos os objetos diretos que, apesar de serem pressupostos, no contexto em que aparecem não poderiam alternar com o clítico de terceira pessoa, como os representados por pronomes relativos, conforme em (113), ou os representados pelo substantivo “mesmo”, como em (114):

(113) Aquele peixinho que Mingau estava tentando pegar desde o começo... (JfN04).

(114) ... *mediante ao “sucesso” dos atentados do dia 11 de setembro, outros grupos terroristas podem vir a tentar fazer o mesmo, pois o passo inicial já foi dado.*<sup>47</sup> (LmD09).

Também eliminaram-se os objetos diretos que compunham expressões cristalizadas, como em (115), (116) e (117):

(115) ... *não se deu conta...*

(116) ... *deu azar...*

(117) ... *vai sobrar...*

## 2.2.2 Variáveis independentes

Partindo dos estudos sobre a variação entre objeto preenchido e objeto nulo no PB, apresentados no Capítulo I, chega-se à definição das variáveis independentes, a seguir explicitadas, como hipóteses para o condicionamento da realização da variável dependente. Verificar-se-ão quatro variáveis lingüísticas, apontadas pelos estudos anteriores como sendo pertinentes para ocorrência de variação do objeto direto pronominal pressuposto, o clítico acusativo: *tipo de verbo*, *traço semântico do objeto*, *função sintática do referente* e *colocação do clítico em relação ao verbo*. Verificar-se-ão, também, uma variável extra lingüística: escolaridade, e uma variável discursiva: *tipo de texto*.

### 2.2.2.1 Tipo de verbo

Nesta pesquisa usa-se a terminologia de Frege (1978) para classificar os verbos em tipos, considerando-se verbos tanto as formas simples como as locuções verbais, que se apresentam como: monoargumentais, biargumentais e triargumentais, conforme as seguintes ocorrências oriundas do *corpus*:

## a) monoargumental

(118) *O futuro do mundo poderá ser melhor se não **houver** mais ataques terroristas...*(JfD01).

## b) biargumental

(119) *Dois aviões se chocam contra as torres gêmeas do World Trade Center, **derrubando-as**.* (JfD04).

(120) *Ele tentou agarrá-lo, mas não **conseguiu** (0), então o peixe pulou para fora do lago...* (LfN02).

(121) *Mingau ficou muito feliz, mas quando **foi tomar** o leite pisou no pote...* (LfN02).

## c) triargumental

(122) *...um peixe gigante [...] bateu nele, **deixando-o zozno**...* (LmN02).

(123) *...uma das possíveis causas que **levou** esse povo praticar todo esse terrorismo ...* (LmD07).

(124) *(...) o peixinho que **havia lhe cuspidado** (0) na cara o salvou [...]* (LmN04).

Na primeira rodada do programa estatístico, verificamos que não havia ocorrências de clítico acusativo com verbos monoargumentais e que o número de ocorrências de outras categorias gramaticais no contexto em que o clítico seria possível era muito pequeno, produzindo *knockout*<sup>47</sup>. Para podermos prosseguir na análise, amalgamamos o primeiro e o segundo fator, de modo que na variável *tipo de verbo* subsistiram dois tipos: *mono* ou *biargumentais*, de um lado, e *triargumentais* de outro.

---

<sup>47</sup> As aspas constam da redação.

<sup>48</sup> Um *knockout* é um resultado categórico. *Knockout* acontece quando todas as ocorrências caem em um ou outro valor de aplicação. Optamos por manter em inglês as palavras *Knockout*, *input*, *output*, *default*, *step up*, *step down*, uma vez que essa é a forma mais usual na bibliografia existente.

### 2.2.2.2 Traço semântico do objeto

Nesta pesquisa, à semelhança do procedimento utilizado nas pesquisas revisadas, investigamos se o traço de animacidade aparece como condicionante das ocorrências de objeto pressuposto representado por clítico. São considerados fatores da variável independente *traço semântico do objeto: antecedente de objeto pressuposto com traço [+animado]* e *antecedente de objeto pressuposto com traço [-animado]*, conforme as seguintes ocorrências oriundas do *corpus*:

a) antecedente do objeto pressuposto com traço [+animado]

(125) ...Mingau fica feliz com a nova sugestão de comida [...] mas quando vai apreciar-la pisa no canto do prato e seu leitinho voa todo na sua cara, sujando **ele todinho**. (LmN04).

(126) ...Mingau (...) estava à beira de um rio para pegar um peixe. Quando conseguiu apanhar um peixe e colocá-**lo** para terra firme, pula em direção de sua presa... (JfN01).

Na seqüência (126), acima, o SN *um peixe* da primeira oração é uma expressão genérica representada por pronome indefinido (*um*) e substantivo (*peixe*), equivalente a *qualquer peixe*. Na segunda oração, é uma expressão referencial, representada por numeral (*um*) e substantivo (*peixe*). É com esta última que o clítico mantém co-referência. Na seqüência (127), abaixo, o referente do objeto é personificado, por isso recebe o traço [+animado]:

(127) Osama Bin Laden acredita que os EUA são “encarnação do mal” e quer destruí-**lo**<sup>49</sup>. (JfD05)

Na seqüência (128), aparece um objeto co-referencial nulo, que à primeira vista poderia parecer resultado do apagamento de objeto cujo referente é [+animado]. Porém, naquela sentença, *um saboroso peixe* é uma expressão genérica, o que ilustra também as conclusões de Omena (1978) sobre o apagamento de objetos cujos referentes sejam SNs não especificados.

(128) Ele estava tentando apanhar um saboroso peixe para comer (**0**). (JfN08).

a) antecedente do objeto pressuposto com traço [-animado]

(129) *Mingau (...) decide ir buscar sua rede de pesca, quando volta enfia-a no lago.* (LmN01).

(130) *...explodir o maior centro financeiro dos EUA e assim desestabilizando financeiramente **os EUA**.* (JfD06).

(131) *...além de terem matado vários milhares de pessoas e ter destruído o maior centro econômico do mundo, os árabes estavam comemorando **(0)**.* (JfD08).

(132) *Magali veio com uma tigela de leite para dar **(0)** para Mingau...*(JfN04).

### 2.2.2.3 Função sintática do referente

Tomam-se como referência os estudos de Omena (1978), Duarte (1986) e Corrêa (1991) para elencar como variável independente a *função sintática do referente do objeto*. Consideramos quatro fatores: *antecedente objeto direto*, *antecedente sujeito*, *antecedente oração* e *antecedente com outra função sintática*, conforme os exemplos abaixo, oriundos do *corpus*:

#### a) antecedente objeto direto

(133)... *lá ele acha um peixe e ele **o** joga para fora do rio.* (JfN02).

(134) *Então Mingau foi à beira da lagoa mais uma vez, aguardou **(0)** e pegou um peixe. Segurou **ele**, mas quando ia mordelo<sup>50</sup>...*(JfN09).

#### b) antecedente sujeito

(135) *Aquele peixinho que Mingau estava tentando pegar desde o começo, acaba por salvá-**lo**...*(JfN04)

#### c) antecedente oração

(136) *Não desisti de pegar aquele peixinho, então tentei **(0)** novamente e...* (JfN05).

(137) *Este atentado foi idealizado por Osama Bin Laden, [...] que assume a culpa e diz que fez **isso** para se vingar dos EUA...* (LfD05).

<sup>49</sup> As aspas constam da redação.

<sup>50</sup> Reproduzimos a grafia tal qual o informante registrou em seu texto.



d) antecedente com outra função sintática

(138) adverbial: *...dois aviões se chocariam contra as torres gêmeas do World Trade Center e derrubando-as...*(JfD01).

(139) complemento nominal: *Certo dia, ele estava a espreita do peixinho, só esperando o momento certo de atacar (0)*.(RsN1).

(140) adjunto adnominal: *era o peixe grande, provavelmente o pai do peixinho, que na vontade de defender **seu filhinho** se joga velozmente contra o gato* (RsN3).

Na primeira rodada do programa estatístico, verificamos que não havia ocorrências de clítico acusativo com antecedente *oração*, o que produzia *knockout*. Para prosseguirmos na análise, amalgamamos esse fator com o *antecedente com outra função*, de modo que na variável *função sintática do referente* do objeto pressuposto subsistiram três fatores: *antecedente objeto direto*, *antecedente sujeito* e *antecedente com outra função sintática*.

Na segunda rodada do programa estatístico, constatamos que o peso relativo do *antecedente objeto direto* praticamente não tinha diferença estatística do peso relativo do *antecedente com outra função sintática*. Amalgamamos, então, os dois fatores, de modo que remanesceram dois fatores: *antecedente objeto direto ou outra função* e *antecedente sujeito*.

#### 2.2.2.4 Colocação do clítico em relação ao verbo

A colocação do clítico em relação ao verbo evidenciou-se, na revisão bibliográfica, como outro fator condicionante do apagamento do objeto. Berlinck (1988) relaciona a ordem dos elementos na sentença à redução na frequência dos clíticos acusativos; Cyrino (1996) associa o crescimento dos percentuais de próclise à redução dos percentuais de ocorrência de clíticos acusativos; Pagotto (1986) e Nunes (1996) relacionam a mudança na direção de cliticização por que passou o PB com a redução dos percentuais de ocorrência de clíticos acusativos.

Tomam-se, então, as referências dos estudos mencionados para definir, como variável independente, as posições do clítico acusativo em relação ao verbo simples ou em relação ao verbo principal no caso de locução verbal: ênclise e

próclise, que aparecem nos dados desta pesquisa, conforme os exemplos a seguir listados. A posição mesoclítica do objeto pronominal pressuposto não é uma variável, já que inexistem ocorrências de mesóclise no *corpus*.

a) posição enclítica

(141) *Vou tentar pegar um peixe e comê-lo...* (RsN04).

(142) *...governantes loucos [...] têm o poder de dirigir nações inteiras submetendo-as aos seus despropósitos políticos.*

b) posição proclítica

(143) *... pegou uma espécie de rede e a jogou na água...* (RsN01).

(144) *... foi logo tratando de lhe dar uma cacetada na cabeça que o deixou estonteado.* (RsN10).

Como a variável dependente de nosso estudo, considerada regra, é o clítico acusativo expreso, após a primeira rodada do programa estatístico, em que verificamos a frequência de ênclise e de próclise em relação ao total de ocorrências do *corpus* e às variáveis extralingüísticas, a variável *colocação do clítico em relação ao verbo* foi elidida da análise a fim de não produzir resultados categóricos e para que fosse possível prosseguir a análise estatística.

### 2.2.3 Variável independente discursiva: tipo de texto

Optou-se, nesta pesquisa, por verificar o aparecimento do clítico acusativo em dois tipos de textos escritos, a *dissertação* e a *narração*, produzidos na escola de ensino regular, o que define uma variável independente discursiva. Os textos foram coletados em duas escolas de Educação Básica e duas Instituições de Ensino Superior. Estabeleceu-se que as produções dos textos seriam propostas por escrito, pelo professor regente de Língua Portuguesa, em situação normal de aula, a fim de não criar fatores que pudessem interferir no aparecimento dos dados.

Os tipos de textos foram definidos em função de nossa prática como professora nos três níveis de ensino: o texto dissertativo é o tipo mais elaborado do ponto de vista cognitivo, é o tipo que requer as habilidades de abstração e aplicação

e de reflexão usadas na direção de uma conclusão mais geral. A dissertação é o tipo de texto pelo qual a maior parte das Instituições de Ensino Superior seleciona seus ingressantes e aquele em cuja produção os professores mais insistem. O narrativo é o primeiro tipo de texto escrito que as pessoas escutam, através das histórias de fadas, das lendas e fábulas; é o primeiro tipo de texto que produzem na escola, organizando suas experiências e é aquele em que os mecanismos de referência são fundamentais para situar o leitor/ouvinte em termos de tempo e espaço e também em relação às personagens.

Constituem-se, então, como fatores, nesta pesquisa, os dois tipos de textos:

- a) dissertação;
- b) narração

#### 2.2.4 Variável independente extralingüística: escolaridade

Nas pesquisas resenhadas no Capítulo I, definiram-se, como variáveis extralingüísticas, a *escolaridade*, apresentada como fator altamente condicionante para o apagamento do clítico acusativo, a *idade* e a *modalidade de língua, oral ou escrita*.

À variável *escolaridade*, nesta pesquisa, acrescenta-se a informação sobre idade, já que, em curso natural, freqüentam a oitava série do Ensino Fundamental sujeitos entre 13 e 15 anos; a terceira série do Ensino Médio, sujeitos entre 16 e 19 anos. Já, no Ensino Superior, a faixa etária é mais elástica: há no quarto semestre do curso de Letras alunos de 20 a 45 anos.

A hipótese inicial desta pesquisa é de que, se a manutenção do clítico acusativo no PB é decorrência do trabalho da escola, o pronome deve aparecer no texto escolar em alta freqüência. Conseqüentemente, espera-se que, quanto mais adiantado o sujeito estiver em termos de escolaridade, mais hábil seja no uso desse recurso morfossintático. Imagina-se que deva se servir dele em maior escala. A fim de verificar empiricamente essas hipóteses, definimos como variável a *escolaridade*. Constituem-se, como fatores, três níveis de escolaridade:

- a) oitava série do Ensino Fundamental;

- b) terceiro ano do Ensino Médio;
- c) quarto semestre do Curso de Letras.

### 2.2.5 A substituição

Em se tratando de objeto direto pressuposto, ou co-referencial, nas produções escritas, não podemos simplesmente opor o clítico acusativo de terceira pessoa ao objeto nulo (0), já que outras manifestações da função são possíveis. A língua coloca à disposição do falante recursos para que ele escolha os mais adequados à situação específica de interação. São os objetivos do usuário, junto com seu domínio de língua que definirão a escolha que este fará para cumprir seus objetivos. Por isso, nesta pesquisa, optou-se por observar, também, as formas de realização do objeto direto pressuposto, exemplificadas abaixo, e verificar que tipo de realização ocorre com maior frequência, isto é, por quais elementos o clítico acusativo é substituído mais frequentemente.

- a) por zero: apagamento propriamente dito, como no exemplo (101)

(101) *Então eu peguei minha rede de pesca e botei **(0)** na água.* (JfN05).

- b) por pronome demonstrativo ou indefinido, como no exemplo (137)

(137) *Este atentado foi idealizado por Osama Bin Laden, [...] que assume a culpa e diz que fez **isso** para se vingar dos EUA...* (LfD05)

- c) por sintagma nominal, como no exemplo (97)

(97) *...Mingau não desistiu e ficou esperando o peixe voltar. Novamente, Mingau tirou **o peixe** do lago e...* (JfN07).

- d) por pronome tônico, o pessoal reto de terceira pessoa: *ele(s),ela(s)*, como no exemplo (134):

(134) *Então Mingau foi à beira da lagoa mais uma vez, aguardou **(0)** e pegou um peixe. Segurou **ele**, mas quando ia mordelo...* (JfN09).

- e) por pronome pessoal oblíquo *lhe*, como no exemplo (96)

(96) Quando [*Mingau*] grita por socorro, quem vem **lhe** ajudar é o pequeno peixinho que ele tentava pegar. (Jmn4).

Esses resultados são apresentados apenas em termos de frequência, a fim de elucidar quais são as categorias pelas quais os informantes costumam substituir o clítico acusativo, o que pode trazer subsídios para a explicação dos demais resultados.

### 2.3 Método de análise

Para a realização da análise dos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa, após sua codificação, foi utilizado o programa GOLDVARB 2001, desenvolvido por Robinson, Lawrence e Tagliamonte, em York, através de uma parceria entre o Departamento de Língua e Linguística da Universidade de York e os Serviços de Computação, cuja versão para Windows é de responsabilidade de David Rand e David Sankoff. Trata-se de um aplicativo para análise multivariada, baseado em um programa já existente, o GoldVarb 2.0, de Rand e Sankoff, desenvolvido em 1990.

O pacote GOLDVARB 2001 é um aplicativo autônomo, contido em um único arquivo, que, portanto, não requer o uso de nenhum outro tipo de programa. Testa a aplicação de regras variáveis, que podem ser formuladas nos termos de qualquer abordagem ou área da gramática, mas levam em consideração a variação entre formas que competem, não o *output* linguístico estático. Esse tipo de análise é designado para examinar os fatores que restringem a variação entre variáveis que competem, isto é, determinam onde a regra é aplicada e onde não é. A análise examina o efeito de cada fator individualmente e mede a influência relativa de tais fatores na variável estudada, examinando um fator enquanto controla todos os outros (GUY, 1992, p.237). A seguir, a análise testa a significância estatística dos fatores que influenciam a regra.

A análise estatística é um conjunto de testes qui-quadrado realizados passo a passo a fim de permitir que os efeitos de inúmeras variáveis sejam desembaraçados, gerando resultados que mostram que fator(es) exerce(m) o efeito mais forte na variável dependente.

Para se operar com o programa, cria-se um arquivo de ocorrências, *Token File*, a partir do qual, pela função *Checktok*, o programa realiza três operações básicas: compara o conteúdo das seqüências codificadas com o grupo de fatores, indicando os fatores ilegais; substitui cada ocorrência de um caractere *default* por um valor *default* especificado para cada grupo; preenche as seqüências codificadas com o caractere determinado ou com o valor *default* para cada grupo. Se não houver erro, o *Checktok* cria uma seqüência de dados igual à original, mas com as modificações determinadas pelo programa.

A partir dessa nova seqüência de dados, através da função *No Recode*, o programa realiza a análise distribucional geral de cada um dos fatores em cada grupo de fatores em relação à variável dependente, criando um arquivo de resultados. O programa permite, ainda, observar a interface entre determinados grupos de fatores, através do cruzamento, que realiza por meio da função *Cross-tabulation*.

A função de regressão é executada quando há um conjunto de resultados com um valor de aplicação binário com variação em cada fator. Se houver *knockouts* ou grupos de um só fator no arquivo de resultados, o programa não executa essa função. É necessário, então, aperfeiçoar a análise por meio da aglutinação motivada lingüisticamente e ou exclusão de fatores ou grupo de fatores para, só depois disso, realizar a análise regressiva nos dados.

Uma vez perfeita a análise, o programa executa o *Binomial Varbrul*, mostrando as rodadas de cima para baixo, *step down*, e de baixo para cima, *step up*. No *step up*, nível 0, não inclui nenhum grupo, de modo que a lista de células é compactada em uma única célula. No nível 1, inclui um único grupo; o nível 2 contém dois grupos; o nível 3, três grupos; e assim por diante. O GOLDVARB 2001 vai subindo até não encontrar nenhum grupo cuja inclusão aumentaria significativamente a probabilidade logarítmica.

A seguir, a análise é realizada novamente, *step down*. Dessa vez, elimina grupos em cada nível, até que o programa não mais encontre um grupo que, se incluído, diminuiria a probabilidade logarítmica. Essas questões estão documentadas ao longo do manual do GOLDVARB 2.0, de Rand e Sankoff (1990).

Os números, entretanto, não podem ser tomados como absolutos, uma vez que é a interação dos diversos fatores que pode levar à ocorrência do fenômeno de expressão do objeto pressuposto por meio de clítico.

Explicitadas as etapas da metodologia utilizada nesta pesquisa, a seguir apresentam-se a descrição e a análise dos dados, o que se fará no próximo capítulo.

## III DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 3.1 Introdução

A análise dos 120 textos, constituintes do *corpus* de pesquisa, revelou um total de 628 ocorrências de objeto direto pressuposto. Neste capítulo, apresentam-se e discutem-se os resultados estatísticos obtidos por meio da análise computacional realizada pelo GOLDVARB 2001 sobre a realização do objeto direto pressuposto na redação escolar dos três níveis de ensino e, em especial, sobre a realização do clítico acusativo e seu *status* entre as variantes de objeto pressuposto.

Optou-se por empreender a descrição e a análise dos dados simultaneamente, uma vez que a exposição dos resultados próxima à análise pode facilitar a leitura e a conseqüente compreensão das descobertas.

As referências aos estudos realizados sobre o clítico acusativo no PB, resenhados no Capítulo I desta pesquisa, serão feitas à medida que a análise dos dados for sendo procedida, sempre tomando por base as conclusões daqueles estudos que sejam referentes ao texto escrito.

O capítulo está subdividido, além da Introdução, em sete partes. No item 3.2, apresenta-se uma visão panorâmica dos dados; nos itens 3.3, 3.4, 3.5, 3.6 descrevem-se e analisam-se os fatores selecionados pelo GOLDVARB 2001 como relevantes para a realização do clítico acusativo como objeto direto pressuposto. No item 3.7, trata-se da colocação do clítico em relação ao verbo e, no item 3.8, apresentam-se as variantes de objeto pressuposto na redação escolar.

### 3.2 Uma visão panorâmica dos dados

Na introdução deste trabalho, fixamos como objetivos para esta pesquisa buscar respostas para algumas questões. A primeira delas refere-se à ocorrência do objeto pronominal pressuposto na redação escolar: *o objeto direto pronominal pressuposto está, neste momento, presente na redação escolar de estudantes da oitava série do Ensino Fundamental, da terceira série do Ensino Médio e do quarto*



*semestre da Licenciatura em Letras?* Uma observação superficial serviu para indicar que o clítico acusativo é uma variante de objeto pressuposto presente nos textos.

A segunda indagação é sobre a frequência de aparecimento do clítico em textos escolares: *a frequência dos clíticos é significativa, ou o número de clíticos está se reduzindo também na redação escolar, o que seria um forte indício de mudança lingüística?* Constatamos que o clítico acusativo representa 34% das ocorrências de objeto pressuposto na redação escolar, o que justifica a investigação dos contextos em que ocorre.

A terceira pergunta é sobre os fatores que condicionam o aparecimento do clítico acusativo: *que fatores lingüísticos e extra lingüísticos e discursivo condicionam as ocorrências do objeto direto pronominal pressuposto nos textos escolares?* O programa estatístico, na realização do *step up*, selecionou como variáveis relevantes quatro fatores, um dos quais é extralingüístico. Foram considerados como importantes para a realização do clítico acusativo o *tipo de verbo*, o *traço semântico do antecedente* do objeto direto, a *função sintática do referente* e a *escolaridade*.

Constatamos que os verbos triargumentais, embora menos freqüentes na língua, são os mais acompanhados por objeto representado por clítico, o que permite supor que o clítico prefira os contextos mais complexos, em que figurem verbos bitransitivos ou transobjetivos.

Observamos que, confirmando as conclusões de Duarte (1986) e Corrêa (1991), os referentes com o traço semântico [+animado] favorecem a ocorrência do clítico acusativo e que os referentes com traço [-animado] favorecem a substituição do clítico por outra variante de objeto pressuposto, preferencialmente os sintagmas nominais e a substituição por zero.

Verificamos que, conforme as conclusões das pesquisas resenhadas no Capítulo I deste estudo, não é o referente com função de objeto direto que mais favorece a ocorrência do clítico acusativo. Nossos resultados indicam que é o sujeito.

Em relação à escolaridade, constatamos que são os informantes da oitava série do Ensino Fundamental que mais usam o clítico acusativo e que os informantes do Ensino Superior são os que menos se servem dessa variante. A

observação desse resultado foi surpreendente, uma vez que acreditávamos, como Corrêa (1991), que o número de ocorrências de clítico na redação escolar aumentasse com a progressão da escolaridade.

A quarta indagação é sobre quais variantes de objeto pressuposto alternam com o clítico. *Com qual forma o objeto direto pronominal pressuposto compartilha contextos: com a categoria vazia, com o pronome lexical, ou tônico, isto é, pronome pessoal reto usado em função acusativa, ou com sintagmas nominais, isto é, substantivos que reiteram, mantendo identidade referencial com o antecedente do objeto, ou com qual outra forma?* Uma observação, ainda sem profundidade, mostrou que os informantes preferem usar os sintagmas nominais em contextos nos quais o clítico acusativo seria possível. Além dos SNs e dos clíticos, naqueles contextos também ocorre a substituição do objeto pronominal pressuposto por zero, embora com menor frequência.

Nas próximas seções, apresentam-se a descrição detalhada e a análise desses resultados.

### **3.3A função sintática do referente do objeto direto**

Ao realizar a análise dos fatores que contribuíram para a realização do clítico acusativo como objeto direto pressuposto, constatou-se que, em termos de importância, o programa selecionou a *função sintática do referente do objeto direto* como sendo o primeiro no processo de favorecimento da realização do clítico acusativo como objeto pressuposto. Vejam-se os resultados obtidos na tabela a seguir.

**Tabela I**  
**Distribuição do total de ocorrências de clítico acusativo em relação à função sintática do referente do objeto**

Função do referente	Aplicação Clítico		Total		Peso relativo
	Núm.	%	Núm.	%	
Objeto direto ou outra função	120	26	460	73	0,44
Sujeito	95	56	168	27	0,66
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>	<b>34</b>	<b>628</b>	<b>100</b>	

Input: 0,32

Os dados descritos na Tabela I demonstram que, de 460 sentenças em que o antecedente do objeto pressuposto é um *objeto direto ou outra função*, o clítico acusativo aparece em 120. Tal número corresponde a 26% do total de ocorrências em que o antecedente é *objeto direto ou outra função*.

A função sintática do referente do objeto direto vem sendo identificada como relevante no processo de realização do objeto direto pressuposto, repetidamente apontada pelas pesquisas resenhadas no Capítulo I como relacionável ao apagamento do objeto pronominal pressuposto. Segundo Omena (1978), o paralelismo de função favorece o apagamento do clítico. Conforme Duarte (1986), se o objeto pressuposto tem como antecedente um objeto direto, há alto índice de apagamento do clítico acusativo. De acordo com Corrêa (1991), a função do antecedente condiciona a ocorrência de objeto nulo. Conforme as pesquisas, então, antecedente com função de objeto direto favorece mais o objeto nulo, enquanto com outras funções pode favorecer o aparecimento do clítico.

Na análise dos dados desta pesquisa encontramos resultados similares aos dos estudos anteriormente desenvolvidos.

Antecedente objeto direto ou outra função

Os números sugerem que a probabilidade de ocorrência de clítico acusativo como objeto direto pressuposto de antecedente *objeto direto ou outra função* (peso

relativo 0,44) é menor que a probabilidade de ocorrência com sujeito. Os exemplos abaixo ilustram as construções em que os clíticos figuram como objeto pressuposto relacionado com um *antecedente objeto direto ou outra função*.

(145) ... *vai até em casa e busca uma rede de pesca e a lança na água.* (LmN4).

(146) ... *Mingau fica feliz com a nova sugestão de comida, já que a primeira foi frustrada, mas quando vai apreciá-la pisa no canto do prato...* (LmN4).

No primeiro exemplo, o antecedente do clítico é o objeto direto e, no segundo, é um complemento nominal, ambos representando o *antecedente objeto direto ou outra função*.

#### Antecedente sujeito

Ao observarmos a Tabela I em relação às construções em que o antecedente do clítico acusativo é o sujeito de oração anterior, os números têm um aumento: de 168 construções em que o antecedente do objeto direto é sujeito, em 95, o clítico é realizado. Isso corresponde a 56% do total dos contextos em que o clítico poderia figurar.

Reduzida com antecedente *objeto direto ou outra função*, a realização do objeto direto pressuposto como clítico acusativo, parece indicar uma tendência determinante em ocorrências em que o sujeito de outra oração é o antecedente do objeto pressuposto. O peso relativo de 0,66 permite supor que é muito provável a realização do clítico acusativo como objeto pressuposto em construções nas quais seu antecedente seja sujeito de outra oração. Vejam-se abaixo alguns exemplos ilustrativos.

(147) ... *o peixe se aproximou da margem e, desta vez, Mingau conseguiu pegá-lo.* (FsN7).

(148) *Naquele instante o peixe saltou e Mingau ficou olhando-o com uma cara de satisfeito.* (LmN2).

(149) ... os EUA são “encarnação do mal” e quer destruí-**lo**. (JfD5).

(150) Os EUA ao longo da história muito prejudicaram esse povo que **os** atacaram. (LmD7).

Parece interessante analisar esse resultado à luz das conclusões dos estudos diacrônicos de Decat (1983), Berlinck (1988) e Tarallo (1991) sobre a ordem dos constituintes na sentença. Os autores apontam a perda do clítico como um dos fatores condicionantes do enrijecimento da ordem SN V. Nos exemplos acima, temos a ordem canônica dos constituintes da sentença e o clítico como objeto pressuposto retomando o sujeito. Nesse caso, esperar-se-ia maior índice de apagamento do objeto pressuposto.

Nossa hipótese é de que esse resultado deva-se ao tipo de *corpus* que constitui nossa pesquisa. Retomando o exemplo (147), em que o clítico é co-referente de *o peixe*, exercitamos outras possibilidades de preenchimento do objeto pressuposto.

(147) ... o peixe se aproximou da margem e, desta vez, Mingau conseguiu pegá-**lo**. (FsN7)

(147-a) ... o peixe se aproximou da margem e, desta vez, Mingau conseguiu pegar **o peixe**.

(147-b) ... o peixe se aproximou da margem e, desta vez, Mingau conseguiu pegar **(0)**.

(147-c) ... o peixe se aproximou da margem e, desta vez, Mingau conseguiu pegar **ele**.

(147-d) ... o peixe se aproximou da margem e, desta vez, Mingau conseguiu pegar **o animalzinho**.

A construção de (147-a) foi preterida pelo informante, que cursa a oitava série, provavelmente porque deve estar habituado a anotações do tipo “evite repetições” na correção feita pelo professor de português a pedido de quem ele compôs o texto. A construção (147-b) foi descartada pelo informante, provavelmente por, na oitava série, ele já ter sido advertido para preencher todas as posições

sintáticas das sentenças de seus textos escritos a fim de não correr o risco de receber a anotação “escreva frases completas” na correção feita pelo professor. A terceira construção também não foi escolhida, provavelmente porque o informante sabe que o pronome tônico com função de objeto direto constitui uma fórmula da fala coloquial, inadequada, segundo o professor, para figurar em um texto escrito. A última foi igualmente preterida pelo informante, provavelmente por causa da grande probabilidade de gerar ambigüidade, já que as duas personagens principais da história em quadrinhos são animais: um peixe e um gato.

É bastante provável, então, que o resultado a que chegamos sobre a relação entre função sintática do referente e aparecimento do clítico, em que o antecedente com função de sujeito é o que mais propicia o aparecimento do clítico acusativo seja válido apenas para o universo dos textos com os quais trabalhamos e somente consideradas as condições de produção desses textos.

#### **3.40 Traço semântico do referente do objeto direto**

Na realização da análise dos fatores que contribuíram para a realização do clítico como variante de objeto pressuposto, o programa estatístico selecionou o traço semântico do referente do objeto direto como o segundo no processo de favorecimento da aplicação da regra de manifestação do clítico acusativo como variante de objeto pressuposto. Os resultados obtidos podem ser vistos na tabela a seguir.

**Tabela II**  
**Distribuição do total de ocorrências de clítico acusativo em relação ao traço semântico do referente do objeto**

Traço Semântico do referente	Aplicação Clítico		Total		Peso relativo
	Núm.	%	Núm.	%	
[+animado]	175	42	407	65	0,59
[-animado]	40	18	221	35	0,34
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>	<b>34</b>	<b>628</b>	<b>100</b>	

Input: 0,32

Na Tabela II, podemos observar que, de 221 construções com antecedente do objeto pressuposto contendo o traço [-animado], apenas 40 das ocorrências são representadas por clítico, o que equivale a 18% sobre o total das construções em que o referente do objeto direto pressuposto apresenta o traço [-animado]. Em contrapartida, há 175 sentenças, em um universo de 407, em que o clítico acusativo aparece como objeto pressuposto relacionado a antecedente com traço [+animado]. Isso significa que 42% dos objetos pressupostos cujo antecedente apresenta o traço [+animado] são representados por clítico acusativo.

O peso relativo de 0,59 permite supor que a probabilidade de o clítico figurar como objeto direto pressuposto relacionado a referente com o traço [+animado] é bem maior que a de ocorrer como objeto co-referencial de sintagma nominal com traço [-animado], peso relativo 0,33. Vejam-se, abaixo, exemplos das ocorrências de clíticos acusativos, relacionadas com o traço semântico do referente.

(151) *Casualmente, o mesmo peixe que ele estava caçando o salvou e...* (JmN3).

(152) *Soldados americanos [...] causaram um estado de guerra, e procurando o responsável pelos ataques, o saudita, Osama Bin Laden, mas nenhuma busca adiantou, pois nunca o acharam.* (JmD3).

(153) *Entretanto, inesperadamente, ao se aproximar do leite, Mingau derrama-o todo sobre si...* (LmN8).

(154) *... dois aviões se chocariam contra as torres gêmeas do World Trade Center e derrubando-as, mas foi surpresa...* (JfD1).

Nos exemplos (151) e (152), o clítico retoma um antecedente animado, enquanto nos exemplos (153) e (154), relaciona-se com um antecedente inanimado.

Ao que indicam os resultados alcançados, a referência do objeto pressuposto relacionado a antecedente com traço [-animado] é mais facilmente recuperável se o clítico não estiver presente que a referência do objeto pressuposto relacionado a referente com traço [+animado]. Daí a tendência dos informantes para o uso do clítico acusativo como objeto pressuposto quando o antecedente é um sintagma nominal com traço [+animado].

Nas pesquisas resenhadas no Capítulo I, o traço semântico do antecedente do objeto pressuposto foi considerado relevante para apagamento do clítico acusativo. Segundo Omena (1978), o traço [-animado] favoreceu a aplicação da regra de apagamento, enquanto o antecedente com traço [+humano] favoreceu em até 80% o aparecimento das formas pronominais. De acordo com Duarte (1986), o uso do clítico apareceu fortemente condicionado pelo traço [+animado], produzindo 78,4% das ocorrências de clítico. Também no estudo de Corrêa (1991) o traço de animacidade mostrou-se relevante para o aparecimento do clítico.

Na análise dos dados desta pesquisa, encontraram-se resultados similares aos elencados nas pesquisas revisadas.

### **3.5A escolaridade**

Como terceira variável em importância para a realização do clítico acusativo como objeto pressuposto, o programa estatístico indicou a *escolaridade*.



**Tabela III**  
**Distribuição do total de ocorrências de clítico acusativo em relação à escolaridade**

Escolaridade	Aplicação Clítico		Total		Peso relativo
	Núm.	%	Núm.	%	
Oitava série	86	39	217	35	0,60
Terceiro ano	76	34	223	36	0,49
Ens. Superior	53	28	188	30	0,40
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>	<b>34</b>	<b>628</b>	<b>100</b>	

Input: 0,32

A Tabela III revela que, em um total de 188 sentenças de informantes do Ensino Superior, 53 apresentam-se com o clítico acusativo como objeto pressuposto, equivalendo a 28% do total de sentenças produzidas por esses informantes. O peso relativo de 0,40 permite pressupor que a probabilidade de o clítico acusativo ocorrer em sentenças de informantes do Ensino Superior é menor que a de figurar em sentenças de informantes da oitava série do Ensino Fundamental e do terceiro ano do Ensino Médio. O peso relativo para o fator *terceiro ano do Ensino Médio* aproxima-se bastante do ponto neutro, indicando que não favorece nem desfavorece o aparecimento do clítico. Segundo o programa, os informantes da oitava série usam mais o clítico acusativo como objeto direto pressuposto (peso relativo 0,60) que os informantes de outros níveis de escolaridade; o uso do clítico, então, decresce no Ensino Médio e decresce mais um pouco no Ensino Superior.

É interessante observar esses resultados à luz das conclusões de Corrêa (1991). A pesquisadora assegura que o clítico é adquirido, progressivamente, na escola, e que essa aquisição passa, inclusive, por uma fase de hipercorreção, até que o clítico acusativo encontre, na língua culta escrita, seu contexto favorito (CORRÊA, 1991, p. 80). Segundo as conclusões do estudo de Corrêa, quanto maior o nível de escolaridade, maior a preferência por clíticos acusativos para representar o objeto pressuposto.

A Tabela III, entretanto, apresenta resultados que parecem se opor às conclusões de Corrêa, contrariando, inclusive nossas expectativas iniciais a respeito da distribuição do clítico em relação à escolaridade.

Duarte (1986) e Corrêa (1991) já apontavam a relevância do fator escolaridade para a definição das variantes de objeto pressuposto. Corrêa verificou que o clítico tem seu lugar privilegiado na língua escrita culta, crescendo em número de ocorrências à medida que aumenta a escolaridade. Duarte estudou os condicionamentos lingüísticos, sociais e estilísticos relevantes na escolha de diferentes formas para a representação do objeto direto, assim como sua avaliação por parte dos informantes e concluiu que a escola municia o indivíduo com a habilidade de usar o clítico e que esse fator, associado à idade é relevante para a realização dessa variante. De acordo com Duarte, entretanto, mesmo apto a usar essa forma, o indivíduo se utiliza dela parcimoniosamente, buscando formas substitutivas de realização do objeto, como os sintagmas nominais e a substituição por zero, o que se verá também na análise dos dados do presente estudo.

Na análise dos textos escritos, Corrêa (1991) apontou o crescimento dos clíticos em textos escritos à medida que cresce o nível de escolaridade, apresentando um percentual de 8,0% de clíticos na oitava série e 18% no terceiro grau, diferentemente do que se expôs na Tabela III, acima, em que se vê uma pequena, mas gradativa redução dos clíticos à proporção que os informantes progredem em termos de escolaridade. Veja-se a Tabela IV, a seguir, que reproduz parcialmente a Tabela 3<sup>51</sup>, de CORRÊA (1991, p. 58).

---

<sup>51</sup> A tabela 3, de Corrêa, intitula-se *Ocorrência de Tipos de Objeto Direto em Textos Escritos*. Dela reproduzimos apenas as informações relativas ao uso do clítico. Fizemos uma adaptação, também, em relação à apresentação, pois invertemos colunas e linhas, de modo que, em nossa Tabela IV, as linhas correspondem às colunas, em CORRÊA, 1991, p. 58.

**Tabela IV**  
**Ocorrência de clíticos em textos escritos**

Escolaridade	Clíticos gramaticais		Clíticos hipercorrigidos	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Primeira e Segunda	0	0	0	0
Terceira e Quarta	3	2,7	1	0,9
Quinta e Sexta	12	5,5	5	2,3
Sétima e oitava	17	8,0	2	0,9
Terceiro grau	18	18,0	0	0
TOTAL	50	6,9	8	1,1

Segundo Corrêa, o clítico hipercorrigido surge na terceira/quarta série, sua frequência aumenta na quinta/sexta série e, na sétima/oitava série surgem mais dois casos. Isso a faz crer que o clítico não é “natural”, mas “aprendido”<sup>52</sup> no PB. Os casos de hipercorreção corresponderiam a tentativas mais freqüentes, apesar de nem sempre com sucesso, de empregar o clítico na escrita. No terceiro grau, os indivíduos já teriam adquirido a habilidade de usá-lo e perdido a resistência ao seu emprego, usando-o com naturalidade.

Para refletir sobre essa divergência entre os resultados deste estudo e as conclusões de Corrêa, vejamos os exemplos abaixo, oriundos do *corpus* da presente pesquisa.

(155) *Peguei então uma redezinha. Joguei-a no lagozinho, mas...* (JfN5).

(156) *Mingau, enfurecido, pegou uma rede para capturar de vez o peixe. Quando ele jogou a rede no lago...* (RsN2).

Nas ocorrências (155) e (156), o mesmo evento é narrado. O primeiro exemplo é de um informante da oitava série do Ensino Fundamental e, o segundo, de um informante do Ensino Superior. Podemos observar que o informante da oitava série prefere o clítico acusativo no contexto em que o informante do Ensino Superior opta pela definitivização e reiteração do sintagma nominal.

<sup>52</sup> Os grifos são de Corrêa.

A hipótese a partir da qual se pode pensar sobre por que na presente pesquisa não há aumento do número de clíticos ao longo da escolarização, mas, ao contrário, redução, é que as condições de produção desses textos tenham interferido na escolha da variante de objeto pressuposto. Como os textos foram escritos em situação normal de aula e a pedido do professor de português, é possível que o uso mais freqüente do clítico na oitava série esteja associado à também possivelmente freqüente insistência dos professores do Ensino Fundamental para que os escolares não repitam palavras e expressões em seus textos.

Conforme o indivíduo progride em termos de escolaridade, entretanto, é provável que se vá libertando da pressão exercida pelo professor do Ensino Fundamental. Ao chegar à metade do Curso de Letras, no caso de nossos informantes, é possível que tenham construído sua autonomia redacional e estejam passando a escolher os recursos que melhor se ajustem a seu estilo, o que pode estar produzindo a queda no uso de clíticos.

### **3.6 O Tipo de Verbo**

O tipo de verbo é um fator que já havia sido identificado como relevante para a ocorrência de clítico acusativo em outros estudos. Conforme a apresentação sobre a variável no Capítulo II, seção 2.2.2.1, consideramos duas classes de verbos: *mono/ biargumentais* e *triargumentais*. Os *monoargumentais* são verbos impessoais, que só definem o argumento interno: o objeto; os *biargumentais* são os verbos transitivos, neste caso, transitivos diretos, que definem dois argumentos: o argumento externo, sujeito, e o argumento interno, objeto direto. Os *triargumentais* são os verbos bitransitivos, ou transobjetivos, que definem três argumentos: o argumento externo, sujeito, e, no caso do bitransitivo, dois objetos, um direto e o outro indireto. No caso do transobjetivo, um objeto e um predicativo.

Na realização da análise dos fatores que contribuíram para a realização do clítico como variante de objeto pressuposto, o programa selecionou o fator *tipo de verbo* como sendo o quarto no processo de favorecimento da aplicação da regra de

manifestação do clítico acusativo como variante de objeto pressuposto. Vejamos os resultados obtidos na tabela a seguir.

**Tabela V**  
**Distribuição das ocorrências de clítico acusativo**  
**em relação ao tipo de verbo**

Tipo de verbo	Aplicação Clítico		Total		Peso relativo
	Núm.	%	Núm.	%	
Mono ou biargumental	142	31	448	71	0,47
Triargumental	73	40	180	29	0,59
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>	<b>34</b>	<b>628</b>	<b>100</b>	

Input: 0,32

Os dados descritos na Tabela V demonstram que, de 448 sentenças cujo verbo é *mono ou biargumental* em que o clítico poderia figurar, ele ocorre em 142. Esse número corresponde a 31% do total de 448 sentenças em que o clítico poderia ocorrer com esses tipos de verbo. Em sentenças cujo verbo é *triargumental*, o clítico ocorre em 40% dos contextos em que poderia aparecer.

Pela análise da Tabela V, verificamos que, mesmo não se mostrando fortemente acentuada, a diferença entre clítico acusativo com verbos *mono ou biargumentais* e clítico com verbos *triargumentais* foi selecionada como condicionadora do aparecimento do clítico. Podemos observar que, mesmo com resultados aproximando-se do ponto neutro, a diferença favorece os verbos triargumentais: peso relativo de 0,59. Nos exemplos abaixo, podemos observar ocorrências oriundas do *corpus* de nossa pesquisa, em que figuram os dois tipos de verbo:

(157) ... *se ele pudesse pegar um peixe, mataria sua fome. A própria idéia de matá-la, deixava-o com mais fome.* (JmN8)

No exemplo acima, observamos o clítico *o* como objeto pressuposto de verbo triargumental (*deixava*), retomando o sujeito da oração anterior.

No mesmo exemplo, o clítico *la* aparece como objeto pressuposto de verbo biargumental (*matar*), retomando o objeto direto da oração anterior. No próximo exemplo, vemos o clítico como objeto pressuposto de verbo biargumental, ligado ao sujeito da oração anterior.

(158) *Naquele instante, o peixe saltou e Mingau **o** agarrou.* (LmN2)

No exemplo abaixo, vemos o clítico como objeto pressuposto de verbo triargumental, retomando um antecedente com outra função na oração anterior e, a seguir, um exemplo de clítico retomando objeto pressuposto de verbo biargumental recuperando um antecedente com outra função na oração anterior.

(153) *Entretanto, inesperadamente, ao se aproximar do leite, Mingau derrama-o todo sobre si...* (LmN8)

(159) *Ficou triste e disse a Magali, que (...) ele **a** agrediria...* (LmN3)

Para podermos evidenciar se os fatores função sintática do referente do objeto direto pressuposto e tipo de verbo se correlacionam para a realização do clítico acusativo, uma vez que na análise dos resultados mencionávamos um na descrição do outro, como fizemos acima, resolvemos, em nova rodada do programa estatístico, cruzar os fatores. Os resultados são apresentados a seguir, na Tabela VI.

**Tabela VI**  
**Cruzamento dos fatores “função do referente” e “tipo de verbo”**

Fatores combinados	Peso relativo
Triargumental /objeto	0,48
Triargumental/sujeito	0,78
Biargumental/objeto	0,43
Biargumental/sujeito	0,69
Outros	0,37

Input: 0,33

Observando os resultados acima, verificamos que a combinação dos fatores *triargumental* e *sujeito* aumenta sensivelmente a probabilidade de o clítico acusativo ocorrer como objeto pressuposto (peso relativo de 0,78); do mesmo modo, a combinação de *biargumental* e *sujeito* faz crescer a probabilidade de aparecimento de clítico (peso relativo de 0,69).

É possível cogitar que o clítico com os verbos triargumentais seja mais freqüente em função de a estratégia preferida dos indivíduos para retomada de objeto ser o sintagma nominal, como veremos a seguir. Com verbos triargumentais, já haveria dois argumentos representados por sintagma nominal, de modo que o uso do pronome funcionaria como um recurso para evitar a ambigüidade, além de não produzir problemas para a recuperação da referência.

### 3.7 A colocação do clítico em relação ao verbo

Na Tabela VII, podemos observar a freqüência das variantes usadas em relação à colocação, no texto escolar. Como a colocação não poderia condicionar o aparecimento do clítico acusativo, mas acarretaria, na análise, resultados categóricos em relação à variável dependente, depois de obtidos os resultados apresentados a seguir, esse fator foi retirado da análise, a fim de que fosse possível proceder às etapas posteriores de análise.

**Tabela VII**  
**Freqüência do clítico segundo a colocação em relação ao verbo**

Posição do clítico em rel. ao verbo	Freqüência	
	Número	%
Ênclise	145	68
Próclise	70	32
Total	215	100

Observamos, no quadro acima, que no *corpus* de nossa pesquisa predomina a ênclise, 68%, sobre a próclise, 32%, em situação diversa da relatada pelas

pesquisas resenhadas, o que contraria também nossa expectativa inicial de que encontraríamos maior percentual de próclise que de ênclise.

É provável que os resultados acima sejam determinados pela modalidade escrita e pela situação de produção. Afinal, se os indivíduos aprendem a usar o clítico na escola, evidentemente a escola lhes ensina também as regras de colocação. Como vimos nos Prolegômenos do Capítulo I, a escola continua ensinando as regras de colocação do PE, que prevêem a ênclise, ou como afirma NUNES (1996), a cliticização da direita para a esquerda, diferentemente da regra da modalidade oral do PB, em que a direção de cliticização é da esquerda para a direita. Os exemplos abaixo ilustram os dados encontrados no *corpus*.

(160) ... quando sua caça resolveu salvá-**lo**... (LmN3)

(161)... o felino não quisesse mais comê-**lo**... (JmN7)

(162) ...chocaram-se contra as torres (...) derrubando-**as**. (JfD5)

(163) Quando botou-**a** no lago... (JfN10)

Nos dois primeiros exemplos, os clíticos se anexam a verbos terminados em /r/, licenciando o *onset* da sílaba, tal como NUNES (1996) expõe e como a escola ensina que deva ser feito. É interessante que nos dados de nossa pesquisa não exista sequer um exemplo de clítico nesse contexto que apareça sem o segmento //.

No terceiro exemplo, o clítico se anexa a verbo no gerúndio, e o segmento // não está presente, indicando que a escola é competente no ensino dessa regra. No contexto do quarto exemplo, o uso já consagrou, na fala, a colocação proclítica. Apesar disso, o informante da oitava série prefere a ênclise à próclise.

Os estudos diacrônicos resenhados no Capítulo I apontam a mudança ocorrida na colocação do pronome em PB, de ênclise para próclise, como um fator relevante para o desaparecimento do clítico do sistema desta língua. De acordo com Pagotto (1992), Cyrino (1996) E Nunes (1996), a posição proclítica, preferida no PB, é uma posição em que não cabem clíticos marcados pela concordância em número. Isso teria concorrido para seu desaparecimento.



Se é verdade que a escola é uma instituição conservadora, que tende a reproduzir a corrente hegemônica, não é surpresa que predomine a ênclise em nosso *corpus*, uma vez que é constituído por redações produzidas a pedido do professor de Português, na escola. A tendência nesse *corpus* é de reprodução das regras da gramática tradicional com as quais a escola trabalha.

Os resultados de nosso estudo apontam para a importância de se desenvolver pesquisa a fim de verificar que contextos, no texto escrito escolar, favorecem a próclise do clítico acusativo, o que não fazemos, aqui, por exceder os objetivos fixados para nosso estudo.

### 3.8 As variantes de objeto pressuposto na redação escolar

Nossa primeira hipótese em relação à ocorrência do objeto pronominal pressuposto foi a de que, se o clítico, conforme as pesquisas resenhadas indicam, não integra mais o sistema do PB e vem sendo adquirido na escola, seria no texto escolar escrito que o pronome deveria ter lugar.

Como vimos nas seções anteriores, o clítico representa 34% das ocorrências de objeto pressuposto. Observemos, novamente, essa distribuição a seguir, na Tabela VIII.

**Tabela VIII**  
**Frequência das variantes na redação**

Variantes	Número	%
Clítico expresso	215	34
Clítico apagado	413	66
<b>TOTAL</b>	<b>628</b>	<b>100</b>

Concebemos que o objeto direto pressuposto em contexto no qual o clítico seria possível, sempre que o clítico não esteja presente, é representado por outra categoria. Pela observação dos dados, evidenciam-se os seguintes tipos de

substituição do clítico por outra forma de representação do objeto direto: por sintagma nominal; por categoria vazia, também chamada objeto nulo, ou substituição por zero; pronome demonstrativo ou indefinido; pronome tônico *ele* e pronome átono *lhe*. Na Tabela IX, abaixo, vemos essa distribuição.

**Tabela IX**  
**Tipo de substituição do objeto**

Variante	Número	%
Sintagma nominal	309	75
Substituição por zero	63	15
Pronome demonstrativo ou indefinido	24	6
Pronome tônico <i>ele</i>	8	2
Pronome átono <i>lhe</i>	9	2
TOTAL	413	100

A preferência dos escolares para representar o objeto pressuposto, como mostram os resultados, recai sobre os sintagmas nominais, 75%, diferentemente do que se revela na pesquisa de CORRÊA (1991), em que os sintagmas nominais são menos numerosos que o clítico e o objeto nulo. Considerando-se que o *corpus* é constituído por redações produzidas em situação normal de aula de língua portuguesa, é muito provável que essa escolha pela reiteração seja feita para garantir a clareza do processo de referência, evitando ambigüidade.

O clítico aparece como a segunda escolha mais freqüente, representando 34% do total das ocorrências de objeto pressuposto, enquanto a substituição por zero figura com um percentual de 15% e pronome demonstrativo ou indefinido com o percentual de 6%.

Embora as pesquisas que revisamos apontem para o desaparecimento do clítico e o aumento da freqüência do objeto nulo, verificamos, pelos resultados acima descritos que, no texto escrito na escola, o clítico ainda é mais freqüente, 34%, que a substituição por zero, 15%. Esses resultados permitem supor que o escolar transfira para seu texto o recurso de referência que, segundo CORRÊA (1991), aprende na escola.

O escolar parece saber que deve usar o pronome oblíquo no lugar do objeto; nem sempre, entretanto, demonstra domínio sobre qual o pronome adequado. Daí haver no *corpus* nove ocorrências do pronome *lhe*, próprio para a função de objeto indireto, no lugar do clítico acusativo. É possível que a presença do pronome *lhe* resulte de os informantes desconhecerem a regência de determinados verbos na língua padrão. Supomos que o caso do pronome *lhe* possa ser o que CORRÊA (1991) trata como hipercorreção. Enquanto o pronome reto figurou nos textos narrativos de informantes dos três níveis de escolaridade, o pronome *lhe* não ocorreu nos textos do Ensino Superior, provavelmente porque esses informantes já dominam as idiossincrasias das relações regenciais dos verbos.

Na pesquisa de CORRÊA (1991) evidencia-se o desaparecimento do pronome tônico como variante de objeto pressuposto no texto escrito. No *corpus* de nossa pesquisa, encontramos apenas oito ocorrências desse pronome com essa função, 2% do total; todas elas no texto narrativo, presentes nas produções dos três níveis de ensino. Isso parece indicar que o uso do pronome reto com função de objeto não está condicionado à escolaridade, mas ao tipo de texto. É possível que a narração favoreça o uso do pronome reto com função de objeto, mas nosso objetivo aqui não é fazer essa investigação, já que o programa estatístico não selecionou o *tipo de texto* como fator relevante para ocorrência do clítico acusativo.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho desenvolvemos uma pesquisa sociolingüística, orientada pela Teoria da Variação, cujo objetivo principal, fixado na Introdução, foi verificar se o clítico acusativo apareceria como uma variante de objeto pressuposto em dois tipos de textos - dissertação e narração - produzidos durante as aulas de língua portuguesa, por informantes dos três níveis de ensino: Fundamental, Médio e Superior. Propusemo-nos, também, a investigar se a freqüência do clítico, caso ele figurasse como uma possibilidade de expressão do objeto direto pressuposto, seria significativa, ou comprovaria conclusões de estudos anteriores, segundo os quais o clítico é cada vez menos freqüente em PB.

Além desse objetivo principal, estabelecemos os objetivos de verificar com quais formas o clítico acusativo alternaria nesse corpus e que fatores lingüísticos e extra lingüísticos condicionariam a ocorrência dessas formas, buscando apoio em estudos já realizados sobre o tema, a fim de procurar explicar as possibilidades de variação.

Partimos do pressuposto de que, segundo afirma DUARTE (1986), *é na escola que se aprende a usar o clítico*, empreendemos a verificação a fim de conferir se esse pronome, praticamente inexistente na fala coloquial, estaria presente no texto escrito produzido dentro da escola. Supusemos que, se esse pronome ainda tem lugar na escrita, seu ambiente mais favorável seria a redação escolar.

Constatamos que o clítico acusativo não só está presente na redação dos alunos dos três níveis de ensino, mas que corresponde a aproximadamente um terço (34%) das ocorrências de objeto pressuposto nesse universo. Verificamos, também, que a progressão escolar não favorece o aparecimento do clítico; ao contrário, a desfavorece. Informantes da oitava série recorrem mais ao uso do clítico acusativo para representar o objeto que informantes do Ensino Médio. Os informantes do Ensino Superior são os que menos usam o clítico.

Nossos resultados levam-nos a supor que o objeto nulo, no texto escrito escolar, vá sendo preenchido preferencialmente por SNs e apenas eventualmente por clíticos. Essas eventualidades seriam muito mais determinadas pela situação de uso da língua e pela necessidade de atender às exigências do contexto social em

que o texto é produzido que por qualquer outro fator. É uma hipótese que poderia ser investigada em outra pesquisa.

Nossa investigação indicou que há três fatores lingüísticos capazes de condicionar a ocorrência do clítico acusativo na redação escolar: a função sintática do referente, o traço semântico do referente e o tipo de verbo.

Verificamos que há maior probabilidade de o clítico ocorrer quando seu antecedente é um sujeito na oração anterior, o que não surpreende, pois o clítico também é mais provável como complemento de verbos

Com relação ao traço semântico do antecedente do objeto pressuposto, constatamos que o clítico acusativo tem maior probabilidade de ocorrer quando relacionado a antecedentes com traço [+animado].

Os resultados de nossa pesquisa relacionados à questão da colocação do pronome em relação ao verbo foram bastante surpreendentes. Revelaram preferência por ênclise, apesar de esperarmos maior freqüência de próclise, em função de ser a opção mais "natural" para os falantes do PB.

É bastante provável que os informantes, mesmo os da oitava série, estejam já se tenham convencidos de que as regras da escrita são distintas das regras da fala. Possivelmente optaram pela colocação enclítica do pronome por não ser a colocação pela qual optariam se estivessem falando. Afinal, possivelmente supõem que, quando o professor de português pede para escrever, é necessário usar a linguagem mais sofisticada possível, a qual, para ser adequada, precisa ser diferente da linguagem usada na fala.

Na Introdução deste estudo nós nos propusemos a investigar, também, se o tipo de texto - dissertação e narração - condicionaria o aparecimento do clítico acusativo. Como o programa estatístico não selecionou como relevante esse conjunto de fatores, podemos afirmar que o tipo de texto não exerce influência sobre escolha das variantes de objeto pressuposto, pelo menos no universo desta pesquisa.

O conjunto dos resultados a que chegamos nesta pesquisa aponta para a necessidade de a escola ser transformada em um laboratório para pesquisa sobre uso da língua, já que é naquele ambiente que se formam as concepções sobre a importância da língua para expressão do sujeito.

Como a escola, entretanto, possivelmente é também o lugar em que a maior parte dos mitos sobre a língua são construídos e os preconceitos são reforçados, pesquisar fenômenos lingüísticos tomando como fonte o texto escolar pode vir a trazer informações importantes sobre como alterar a perspectiva do ensino de língua a fim de que seja transformado em um ensino libertador.

Evidentemente, nesta pesquisa não esgotamos o tratamento do tema, ao contrário, evidenciamos a necessidade de empreender novas pesquisas sobre o uso do clítico acusativo no PB, especialmente, no texto produzido na escola.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 6.ed. São Paulo: Graal, 1996.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- BALDINI, Lauro. A NGB e a autoria no discurso gramatical. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*. São Paulo: Pontes, 1998.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. A constuição V SN no português do Brasil: uma visão diacrônico-fenômeno da ordem. In: TARALLO, Fernando. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes: Editora da UNICAMP, 1989, p. 95-112.
- BISOL, Leda; BRECANCINI, Cláudia (orgs.) *Fonologia e Variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto: *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*, 1998.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CASA CLÁUDIA. São Paulo: Abril, ano 26, n. 09, set. 2002, p. 44.
- CEDERGREN, Henrietta J.; SANKOFF, David. *Variable rules: performance as a statistical reflection of competence*. In: *Language*, 1974.
- CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and binding*. Dordrech: Foris, 1981.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no PB: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian.; KATO, Mary . (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: uma homenagem a Fernando Tarallo*. 2.ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1996, p.163-184.
- CORRÊA, Vilma Reche. *O Objeto Direto Nulo no Português do Brasil*. 1991. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1979.

DOWER, Néelson Godoy Bassil. *Direito Civil simplificado: obrigações, contratos*. São Paulo: Nelpa, 2001.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Variação e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil*. 1986. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DUBOIS, Jean. et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1986.

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, Rubem. Orgulho. In: *Contos reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix : EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, Charlotte. Princípios, Parâmetros e aquisição da linguagem. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 29, jul./dez. 1995, p. 137-152.

GUY, Gregori R. Vabrul, análise avançada. In: NEUSA, Matte. (Org.). *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, 1998, p.27-49. Tradução de Ana Maria S. Zilles.

HENRIQUES, Claudio Cezar; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. (orgs.) *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões e sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João W. *Semântica*. 3.e d. São Paulo: Ática, 1987.

JORNAL DE REDAÇÃO DO UNIFICADO. Editorial. Porto Alegre: Unificado, jul. 2002.

KASPARY, Adalberto José. *O português das comunicações administrativas*. 10.ed. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos. 1986

KATO, Mary. Questões atuais da aquisição de L1 na perspectiva da teoria de princípios e parâmetros. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 36, jan./jun. 1999, p. 11-16.

LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.

\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change*. Volume 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 1994.



\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change*. Volume 2: Social Factors. Malden, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LIGHTFOOT, David. *The Development of Language: acquisition, change and evolution*. Malden, MA: Oxford, 1999.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1996.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1982.

MARCUSCHI, Luiz. *Linguagem e classes sociais*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. São Paulo, s.e., 1934.

MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

MEDEIROS, Martha. *Mestres, lhes devo esta*. *Zero Hora*, 15 out. 2002, p. 3

MILROY, James. *Linguistic variation & change*. Cambridge, MA; Oxford: Basil Blackwell, 1992.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NUNES, Jairo M. *Direção de cliticização, o objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro*. In: ROBERTS, Ian, KATO, Mary A. (Org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

OMENA, Nelize Pires de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ORGANON. Instituto de Letras. v. 5, n. 18, Porto Alegre: UFRGS, 1991.

PAGOTTO, Emílio G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian.; KATO, Mary . (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: uma homenagem a Fernando Tarallo*. 2.ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1996, p.185-206.

PAGOTTO, Emílio G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1992.

PAIVA BOLÉO. *Brasileirismos*. Coimbra, s.e., 1943.

PONTES, Eunice Souza Lima. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

REVISTA DO CD-ROM. São Paulo: Editora Europa, ano 8, n.86, set. 2002, p. 14.

ROBERTS, Ian.; KATO, Mary. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: uma homenagem a Fernando Tarallo*. 2.ed. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 27.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

SAID ALI, Manoel. *Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. Brasília: Editora da UNB, 1964.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Aspectos da sintaxe de clíticos e artigos em português. In: *Revista Letras*. Curitiba; Editora da UFPR, n.56, jul./dez. 2001, p. 177-191.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Ática, 1977.

SILVA, Fábio Lopes da.; MOURA, Heronides Maurílio de Melo. (Orgs.). *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes: Editora da UNICAMP, 1986.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Porto: Almedina, 2001.

## APÊNDICE A

### Proposta de Redação

Na manhã de 11 de setembro de 2001, ocorre uma inesperada onda de ataques terroristas em New York, EUA. Dois aviões se chocam contra as torres gêmeas do World Trade Center, derrubando-as. Cerca de três mil pessoas morrem no atentado e muitas outras ficam feridas. Enquanto a ilha de Manhattan pára a fim de atender as vítimas e o País se mobiliza para prevenir novos atentados, cai um Boeing com oitenta e um passageiros na Pensilvânia e, em Washington, outra aeronave atinge o Pentágono. Dias depois, o milionário saudita Osama Bin Laden assume a responsabilidade pelos ataques.

Um ano após os atentados terroristas nos EUA, você está sendo convidado a escrever sobre o 11 de setembro. Seu texto poderá abordar as possíveis causas e as conseqüências dos atentados, ou versar sobre como você e seu grupo se sentiram a respeito do ocorrido.

## APÊNDICE B

## Proposta de Redação

Reescreva a história em quadrinhos abaixo. Para tanto, use apenas palavras.

